

Universidade do Algarve
Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Departamento de História, Arqueologia e Património

**Estruturas arquitectónicas militares
de defesa da Ria Formosa**

**Dissertação para a obtenção do grau de mestre em
Teoria e Métodos da Arqueologia**

Leonor Mendes Nobre de Sousa

Aluna nº 18423

Faro

2009

Título do trabalho: Estruturas arquitectónicas militares de defesa da Ria Formosa

Orientadores: Professor Doutor João Pedro Bernardes
Professor Doutor Luís Filipe Oliveira

Agradecimentos:

Este trabalho teve a incitação e apoio dos meus Professores Dr. Nuno Ferreira Bicho e Dr. João Pedro Bernardes, este último meu orientador, ao qual deixo aqui o meu muito obrigada por todo o esclarecimento que me facultou ao longo deste trabalho e que muito me ajudou a compreendê-lo e a estruturá-lo. Agradeço em geral aos meus professores da UALG e em particular ao Dr. Luís Filipe Oliveira.

Obrigada à minha mãe, pelas tardes de discussões profícuas, que muito me ajudaram a concretizar a extensa pesquisa bibliográfica, necessária para este trabalho. Ao meu pai, por me ter acompanhado e mostrado os sítios das estruturas para recolha de dados, bem como a sua preciosa ajuda na localização destas. Agradeço, ainda, ter tido esta oportunidade, que parecia ser de início uma tarefa quase impossível e que, graças às pessoas acima indicadas, vejo agora realizada. A todas elas, bem-hajam.

Resumo

Pela sua posição estratégica e condições desafogadas de vida, o Algarve foi alvo de cobiças e de ataques constituindo a defesa da costa a principal preocupação de populações e governantes.

A área hoje conhecida como Ria Formosa mereceu-nos especial atenção no tocante à defesa e arquitectura militar. Para o efeito, foram objecto de estudo:

- As características geomorfológicas do Algarve em geral e da Ria Formosa em particular;
- A evolução da artilharia que determinou a morfologia das construções;
- Condicionalismos geográficos e antrópicos que levaram ao desaparecimento e/ou destruição de muitas estruturas.

Foi elaborada uma descrição individualizada de cada construção, partindo de uma análise comparativa entre autores. Após avaliação geral do estado de conservação, são apresentadas propostas de valorização para algumas estruturas existentes.

Abstract:

In the past the province of Algarve was a place of greed and attacks by the pirates because of its strategical situation and good conditions of life. Special attention was paid to the defence of the coast which was the major concern of population and governing classes. Our focus goes to the area known today as Ria Formosa, its defence and its military architecture. For this, we concentrated upon:

- Algarve's geo-morphological characteristics in general as well as upon Ria Formosa's in specific.
- Artillery evolution and its effects on military building feature;
- Geographical and anthropic conditions leading to the disappearance and/or destruction of many defensive structures. For each structure we have done a description as complete as possible comparing different authors' opinions. After

a general evaluation we present suggestions of improvement for some still existing structures.

Índice

I

1. Introdução: O património de vigia e defesa da Ria Formosa.....	1
2. Enquadramento: Condições físicas e históricas	
2.1. O Território do Algarve.....	3
2.2. O Algarve e o mar.....	6
3. A Ria Formosa	
3.1. Características físicas.....	8
3.2. Parque Natural da Ria Formosa. Protecções Legais e Programas de Desenvolvimento e Ordenamento.....	16

II

1. Estudo do tema.....	21
2. Fontes.....	24
3. Objectivos.....	26
4. Metodologia.....	27

III

1. As estruturas de vigia e defesa: Ruínas arqueológicas e fragmentos de arquitectura militar	
1.1. Tipificação do objecto de estudo.....	32
1.2. A introdução da artilharia.....	34

1.3. A artilharia e as construções militares na Ria Formosa.....	42
--	----

IV

1. Inventário (fichas)

Ficha nº 1 - Torre de Farrovilhas.....	51
Ficha nº 2 - Torre de Quarteira ou Forte Velho.....	53
Ficha nº 3 - Forte Novo de Loulé.....	56
Ficha nº 4 - Bateria do Ancão.....	59
Ficha nº 5 - Bateria de Farrovilhas.....	62
Ficha nº 6 - Castelo e Muralhas de Faro.....	65
Ficha nº 7 - Atalaia do Cabo de Santa Maria.....	74
Ficha nº 8 - Torre do Natal.....	76
Ficha nº 9 - Torre de Santo António do Alto.....	78
Ficha nº 10 - Cerca Seiscentista.....	81
Ficha nº 11 - Bateria da Barra Nova.....	87
Ficha nº 12 - Bateria da Barreta.....	89
Ficha nº 13 - Bateria da Lama.....	91
Ficha nº 14 - Torre de Alfanxia.....	94
Ficha nº 15 - Torre da Amoreira.....	97
Ficha nº 16 - Torre de Bias I.....	99
Ficha nº 17 - Torre de Bias II.....	104
Ficha nº 18 - Torre de Marim.....	106
Ficha nº 19 - Torre de Quatrim.....	108
Ficha nº 20 - Forte de São Lourenço.....	110

Ficha nº 21 - Bateria da Armona.....	116
Ficha nº 22 - Bateria da Fuzeta.....	118
Ficha nº 23 - Bateria Nova da Armona.....	120
Ficha nº 24 - Bateria ou Posto de Olhão.....	123
Ficha nº 25 - Bateria ou Posto de Porto de Mós.....	124
Ficha nº 26 - Castelo e Muralhas de Tavira.....	126
Ficha nº 27 - Atalaia da Abóbora.....	132
Ficha nº 28 - Atalaia Grande.....	133
Ficha nº 29 - Atalaia Pequena.....	135
Ficha nº 30 - Atalaia dos Três Irmãos.....	137
Ficha nº 31 - Torre de Aires.....	139
Ficha nº 32 - Torre do Mar.....	142
Ficha nº 33 - Torre de Nuno Pereira.....	144
Ficha nº 34 - Torre da Raposa.....	146
Ficha nº 35 - Forte de Santo António de Tavira ou do Rato.....	148
Ficha nº 36 - Fortaleza de São João de Tavira.....	153
Ficha nº 37 - Forte do Torrão do Lastro.....	156
Ficha nº 38 - Bateria do Registo de Tavira.....	158
Ficha nº 39 - Torre dos Frades.....	159
Ficha nº 40 - Fortaleza de Cacela.....	161
2. Torres inexistentes ou de existência duvidosa	
Ficha nº 41 - Torre de São Lourenço.....	165
Ficha nº 42 - Forte da Torre.....	168

Ficha nº 43 - Atalaia do Torrejão.....	170
Ficha nº 44 - Torre da Cumeada	173
Ficha nº 45 - Torre da Fuzeta.....	175
Ficha nº 46 - Torre de Quintela.....	177

V

1. Avaliação geral do estado de conservação das estruturas e contabilização.....	181
2. Estado do objecto de estudo.....	186
3. Da ruína ao turismo cultural. Propostas de valorização.....	189
3.1. Propostas de intervenção específicas.....	195

VI

1. Conclusão.....	204
2. Bibliografia	206
3. Anexos	232

I

1. Introdução: O património de vigia e defesa da Ria Formosa

Observado o estado de ruína e abandono de algumas construções militares, decidimos dedicar-lhes este trabalho de investigação, contribuindo, de alguma forma, para o conhecimento e preservação da memória e identidade de tão importantes elementos que marcaram a história algarvia e que permanecem ainda hoje como traços de uma colectividade. Dado o seu valor simbólico e monumental, embora já libertas das funções originais, estas construções, além de marcasterritoriais, constituíram o sistema defensivo da costa do Algarve – tendo hoje uma relevância histórica e patrimonial.

Apesar de alguns exemplos conservados em bom estado, é, infelizmente, um parco número comparativamente com o conjunto total que existiu, estando actualmente grande parte já desaparecida. Das estruturas ainda restantes, muitas estão esquecidas, abandonadas e degradadas; e dado que são tão importantes como alguns casos já conhecidos e acarinhados, vangloriados com preocupações e acções de preservação, dever-se-á, pois, distribuir equitativamente este interesse de modo a que todas as estruturas usufruam da benéfica acção de recuperação e valorização pelas autoridades competentes .

É evidente a necessidade de intervenção em algumas estruturas que ainda estão “esquecidas”, tais como a torre de Bias I, o Forte do Rato e naquelas que estão em risco iminente de desaparecerem (torre de Bias II, Amoreira, Alfanxia e os vestígios arqueológicos do Forte de São Lourenço). Estas deverão ter também

a oportunidade de integrar o grupo dos poucos exemplares conservados (e referenciados) dado que, e por princípio, devem partilhar dos mesmos critérios, pois partilham da mesma importância histórica e patrimonial.

A integração destes exemplos em acções de valorização iria não só enriquecer o conjunto já existente, como também reforçar o interesse nesta e em outras áreas, podendo acrescentar algo de novo à nossa vivência, e, face à sua importância histórica e arqueológica, ao conhecimento da nossa própria cultura perpetuando a sua integridade.

Urge, então, dar conta de qual o estado actual dessas estruturas (estado de conservação, ameaças naturais e antrópicas) partindo de uma abordagem arqueológica e bibliográfica, clarificando também vários dados que ainda se encontram “miscelanizados”, para avançar com propostas de valorização para os casos mais prementes, necessárias para a preservação e continuidade do conjunto.

2. Enquadramento: Condições físicas e históricas

2.1. O Território do Algarve

Muito embora não cabendo no âmbito deste trabalho uma descrição geográfica pormenorizada do Algarve, considerámos não ser de todo despropositada uma breve caracterização da região, tanto mais que existem traços morfológicos que impulsionaram a ocupação e os ataques ao território condicionando os consequentes esforços de vigilância e de defesa. A grande extensão de costa navegável, com cerca de 200km, e os inúmeros ancoradouros facilitaram os contactos com o exterior e o mar foi uma porta aberta para o bem e para o mal: propiciou novos conhecimentos e novas culturas, mas também cobiças, ataques e invasões. E numa época em que as guerras e as pilhagens eram frequentes, a necessidade de acautelar bens e colheitas, tal como o modo de vida, levou a que as populações se protegessem. Meios de vigilância e de defesa foram, assim, construídos ao longo do litoral, assumindo particular relevância defensiva em especial onde a articulação com o mar era mais efectiva – à entrada das barras.

Situada no extremo Sul de Portugal, a província do Algarve tem os seus limites a Norte confrontando com o Baixo Alentejo, a Sul e a Oeste com o Oceano Atlântico e a Este com o Rio Guadiana.

É a província mais pequena do País e apesar da sua pequena extensão forma como que uma espécie de “anfiteatro” comportando três zonas

geomorfológicas individualizadas: a Serra, o Barrocal e o Litoral, cujas diferenças morfológicas constituem uma inter-complementaridade a nível de recursos, diferenciando paisagem, usos e ocupação (KOPP *et alii*, 1989).

Nos seus 4990km² (MAGALHÃES, 1988:17) sobressai a Norte a Serra do Algarve, uma cadeia montanhosa com acidentes geográficos entre 100m a 600m (nmm). De Oeste para Leste é constituída pelas serras de Espinhaço de Cão, Monchique e Caldeirão, sendo a Serra de Monchique a mais elevada, atingindo o seu pico (Fóia) 902m, formada por xistos e sienitos; Espinhaço de Cão e o Caldeirão são também formações xistosas. Esta cadeia montanhosa separa o Algarve da província do Baixo Alentejo protegendo-o dos ventos frios do Norte. É na serra onde há maior pluviosidade, a floresta é mais densa e com árvores de maior porte; predominam o sobreiro, o amieiro, o eucalipto, o carvalho; nesta zona, as altitudes variam entre 100-400m (nmm) (KOPP *et alii*, 1989).

No Barrocal, a zona “central” do Algarve, as altitudes variam entre os 100m-300m (nmm), apresentando pontualmente cotas da ordem dos 400m (*IDEM*), com declives suaves, formada por rochas areníticas e calcárias (GOUVEIA, 1938); predominam as árvores de sequeiro como a amendoeira, a oliveira, a figueira e a alfarrobeira.

O litoral, pouco acidentado, apresenta uma altitude inferior aos 100m (nmm). As zonas com altitude até 50m (nmm) compreendem 1180km² (22% da área total do Algarve) (KOPP *et alii*, 1989:9); salpicado por árvores de sequeiro e manchas de pinhal, é a zona de hortas por excelência.

A orla costeira também ela própria é diferenciada; a Oeste, na Costa Vicentina, é formada por rochas xistosas e apresenta-se com altas e abruptas arribas, exceptuando-se as desembocaduras das Ribeiras de Odeceixe, Aljezur e Carrapateira.

De Sagres a Quarteira a costa apresenta-se com rochas calcárias e argilosas e com altas arribas, exceptuando-se as reentrâncias da baía de Lagos-Alvor e da praia da Armação de Pêra. Cerca de 4km a Leste de Quarteira até Vila Real de St.º António a costa caracteriza-se por ser baixa e arenosa.

Se exceptuarmos a zona do Barlavento entre a costa atlântica e a serra de Monchique onde sopram ventos mais frios e húmidos, a temperatura é moderada e predominam as características mediterrânicas no clima e na flora (RIBEIRO, 1985).

Um cordão dunar delimita o sul entre o oceano e a terra firme e que se estende desde a península do Ancão, interrompendo-se nas ilhas arenosas da Barreta, Culatra, Armona, Tavira e Cabanas, até à Península de Cacela, circunscrevendo a zona lagunar conhecida como Ria Formosa.

2.2. O Algarve e o mar

“As terras que vizinham com o mar são fronteiras de todo o mundo”.

Ayres de Saldanha de Menezes e Souza, Governador do Algarve entre 1692-1698, (*in* IRIA, 1976:170).

O mar foi a principal via de comunicação e transporte por excelência. Desde a Antiguidade que pelo mar circularam outras gentes, viajaram ideias e produtos, estabeleceram-se correntes comerciais e rotas de civilização sendo o Mediterrâneo o seu veio de propagação.

Ocupando Portugal uma posição atlântica e tendo dela feito jus quando nos séculos XV e XVI enveredou pelas rotas das Descobertas, são, contudo, as características mediterrânicas que predominam; quanto mais para sul, mais se faz sentir a influência do Mar Mediterrâneo no clima, na vegetação, nas culturas agrícolas, nos usos e nos costumes, sendo o Algarve a província de Portugal onde essas influências são mais notórias.

Por via de proximidade, o Mediterrâneo deixou a matriz na nossa cultura em função dos povos daí oriundos que nos visitaram e ocuparam, tendo sido a nossa história conduzida por esse “mar entre montanhas” até finais da Idade Média. “O papel do Mediterrâneo foi, portanto, o de difusor de ideias e de técnicas que entram hoje em tão larga parte no património europeu” (RIBEIRO, 1985:293).

Dos Fenícios e Cartagineses herdámos as artes da pesca e da salga e a cultura Greco-Latina entrou na organização administrativa de todo o território, no traçado viário e na unificação linguística.

Dos Árabes ficámos com as técnicas da rega, da agricultura hortícola e das almadravas, eles que fizeram a síntese entre o quotidiano e o espiritual, no modo de estar, usar e habitar.

Embora periférico na sua posição geográfica, o Algarve sempre exerceu uma grande atracção pelo seu clima ameno, bons solos agrícolas e variados recursos. “Terra muito deleitosa e aprazível, de fontes abundantes e frescos bosques (...) muito conveniente e acomodada para a vida humana”, descrevia Sarrão, (GUERREIRO e MAGALHÃES, 1983:138). Se bem que já não seja o lugar onde corre um “rio de leite e mel” por via da erosão, das secas, dos incêndios e da acção antrópica, foi considerada terra muito deleitosa e exaltada por Al-Razi e Idrisi, geógrafos dos séculos X e XII, respectivamente (TORRES *et alii*, 1999:136 e 138).

A abundância de peixe e sal, azeite e mel, passas, figos, madeiras e até algum minério de cobre e prata (LOPES, 1988:32) tornaram a região muito apetecível. Como comentava o Padre A. O. de Azevedo, “É o Algarve bem provido de todo o género de víveres, de tal sorte, que tem o que lhe basta para si sem necessitar de outro subsídio;” (MESQUITA, 1995:82).

3. A Ria Formosa

3.1. Características físicas

“Esta cidade de Faro é de muito trato e meneio por respeito do seu formoso Rio”.
Massai, (*in* GUEDES, 1985:107).

A zona hoje conhecida como Ria Formosa deverá o seu nome à “Barra Formosa” localizada entre Faro e Quarteira, à beira da qual se situava a povoação de Farroilhas (GAMITO, 2001:840) ou à apropriação linguística de “Vale Feroso”, vale que se estende ao longo do Rio Seco. O Professor Pinheiro e Rosa escreveu que “Ria do Vale Formoso é o seu nome tradicional” (1991:54).

Zona húmida, rica em salinas e pisciculturas, o Algarve é a província de Portugal com maior superfície de sapais e de terrenos halomórficos – 7261ha, dos quais cerca de 6000ha estão na Ria Formosa (OLIVEIRA, 1982:14-15).

De vastos sapais, restingas, bancos de areia e de vasa, entrecortada por ilhotas e canais, dunas, lagoas de água doce e salobra, cursos de água, vegetação ripícola, áreas agrícolas, matas e pinhais, nesta zona húmida existe uma grande variedade de habitats e grande diversidade biológica dependentes destes (RIA FORMOSA:1). A sua configuração geográfica assemelha-se a um triângulo, com um vértice em Quarteira, a partir do qual toma a direcção NO-SE até ao Cabo de Santa Maria, em frente à cidade de Faro, cabo “formado pela extremidade meridional de uma ilha de areia muito rasa chamada dos Cães” (LOPES, 1988:28), onde forma segundo vértice; para Leste deste cabo flecte na direcção SO-NO até Cacela, onde se encontra o terceiro vértice (WEINHOLTZ, 1978:8). A Ria Formosa estende-se ao longo de aproximadamente 57km com uma área

total de 85.406,67ha, onde se integra o Parque Natural com uma área de 17664ha. (REVISÃO DO PLANO DE ORDENAMENTO DO P.N.R.F.:2).

Os seus tipos de solos caracterizam-se pela presença de litorais anamórficos (marinhos, eólicos e fluviais), dominando os calcários, areia e arenitos (<http://portal.icnb.pt/>). O cordão arenoso litoral que separa a Ria do Oceano Atlântico é alimentado pelos produtos desagregados das arribas, pelas chuvas e pelas correntes.

As características dos solos da zona da Ria Formosa são variáveis conforme a sua estrutura (ou arranjo das partículas), em que a densidade, peso, textura (propriedades que condicionam os tipos de solos), determinam as suas características físicas – permeabilidade, densidade, erodibilidade. Acresce, ainda, a reduzida capacidade de conservação de água e instabilidade das zonas arenosas, solos da bacia hidrográfica, de baixa proporção de areias e maioritariamente lodosos – que rondam os 53% de volume poroso (KOPP *et alii*, 1989:164). Estas características determinam os tipos de solos da ria na sua generalidade como arenosos, porosos e instáveis. A zona interna é ainda sujeita constantemente às correntes de entrada e saída das marés, sendo as barras pontos “máximos” dessas forças, e sujeitos, bem como as ilhas, à tendência da deriva litoral. A deriva litoral dominante é apenas contrariada pelas condições esporádicas do chamado “Levante” (o vento mediterrânico) que afecta especialmente a zona oriental do cordão dunar, pois que este caracteriza-se pelos cordões arenosos mais baixos e mais susceptíveis a transgressões marinhas. A área total da zona lagunar apresenta uma profundidade média de 2m, em que 14% encontra-se

permanentemente submersa. Em ocasião de marés vivas, a maré baixa revela até 80% dos fundos (<http://portal.icnb.pt/>).

A laguna encontra-se protegida do mar por um sistema de “ilhas barreira” (MENDES, FERREIRA e MATIAS, 1999:491), linha descontínua de dunas estreitas, as quais formam cinco ilhas e duas penínsulas (fig. 1). Entre as penínsulas do Ancão e de Cacela desenrolam-se as ilhas arenosas da Barreta, Culatra, Armona, Tavira e Cabanas separadas por seis barras que dão acesso ao mar.

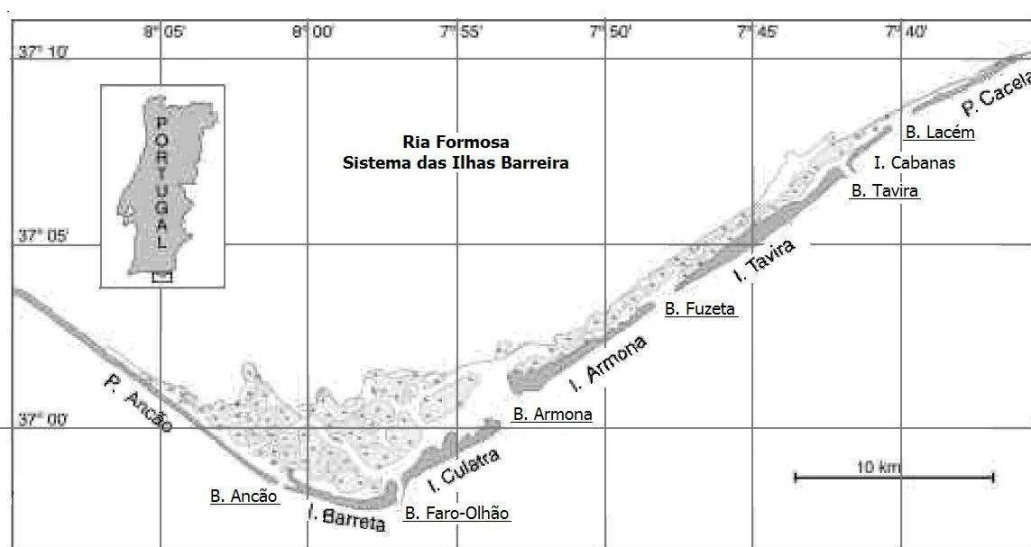


Fig.1 – Sistema das ilhas-barreira da Ria Formosa e respectivas barras (VILA-CONCEJO *et alii*, 2002:2).

A forma triangular da Ria Formosa é o resultado da acção das ondas, ventos e correntes marítimas produzindo duas áreas diferenciadas em relação à exposição às ondas do oceano: o flanco ocidental e o oriental. O flanco ocidental é onde as ondas são normalmente incidentes de O-SO (68% do total de

incidência), enquanto que o flanco oriental é exposto ao “Levante” que produz ondas de orientação E-SE (29% do total), segundo C. Costa (1994), *in* (IDEM:2002).

As duas zonas diferenciam-se na dinâmica de funcionamento reflectindo a sua acção na mobilidade das barras e ilhas: o flanco ocidental está sujeito a uma acção mais enérgica, caracterizado como “de alta energia” e o flanco oriental “de baixa energia”, influenciando a movimentação das barras e formações dunares (fig. 2).

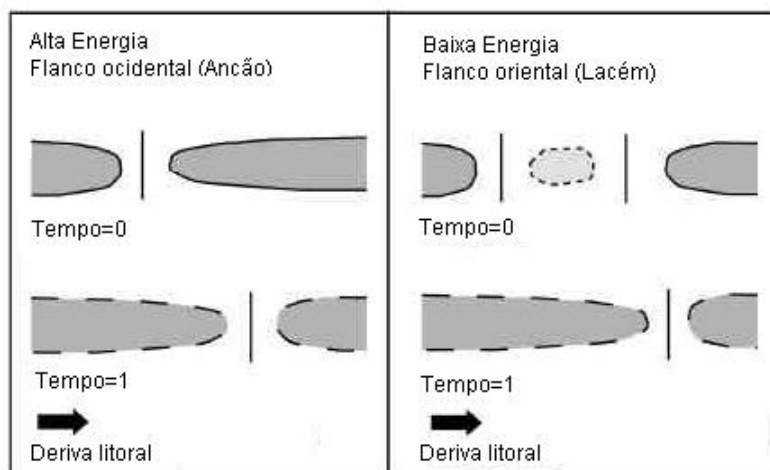


Fig. 2 – Os dois tipos de migração dunar (IDEM, 2002:10).

Apesar da península do Ancão estar mais sujeita à acção do oceano, esta consiste numa única crista dunar que chega a atingir alturas de 7m (nmm) (IDEM, 2002:2). O flanco oriental dispõe de menos energia construtiva dunar pelas suas condições de deposição sedimentar. As dunas são de altura muito baixa sendo, assim, mais susceptíveis à acção destrutiva das ondas em ocasião de tempestades (sendo especialmente afectada a parte oriental das ilhas), podendo provocar a quebra da barreira dunar por galgamento oceânico. Conforme as

condições de erosividade e deposição sedimentar, é afectado o deslocamento das barras, influenciando, em relação directa, o comprimento das ilhas em detrimento da largura da barra.

A deriva litoral reflecte-se em uma movimentação dunar que se processa tendencialmente para oriente (exceptuando-se as condições de levante). As barras acompanham estes movimentos, sendo a sua migração tendencialmente padronizada (VILA-CONCEJO *et alii*, 2006:12). A deriva litoral e consequente movimentação das ilhas afecta directamente a largura das barras (distância entre duas ilhas, ou entre ilha e península - interrupção do cordão dunar), no entanto, apesar das barras terem grande influência na movimentação hidro-dinâmica da laguna, a barra de Tavira, por exemplo, depois de estabilizada, não causou grandes alterações no comportamento geral do sistema (VILA-CONCEJO *et alii*, 2002:2).

De acordo com o Instituto da Conservação da Natureza, “A conjuntura actual caracteriza-se por uma tendência para o retorno a comportamentos e valores do processo erosivo semelhantes a um estado natural” (VULNERABILIDADE DO MEIO FÍSICO E CARTOGRAFIA DE RISCOS:9).

Concluimos, então, que o comportamento deste sistema natural se caracteriza por se manter em equilíbrio dinâmico.

Em síntese, as características físicas dos solos são determinantes para a sua instabilidade e percolatividade aliando-se a constante dinâmica de correntes, marés e consequentes movimentações nos cordões dunares –factores inter-

relacionados, determinantes nas condições “impostas” às estruturas a eles sujeitas– com consequências na sua conservação e preservação.

Este conjunto de factores afectou a escolha de sítios estratégicos para as construções defensivas.

Influenciou resoluções construtivas (nem sempre com os resultados esperados), como no Forte de S. Lourenço, caso *sui generis*, em que a resposta para o problema da estabilidade da massa da estrutura “apoiou-se” na solução adoptada – estacaria de madeira para a base.

Estabeleceu técnicas de construção utilizando baterias em madeira, por serem rápidas de construir e de reparar; fisicamente mais leves, não iriam sofrer danos estruturais sendo melhor suportadas pelo terreno; embora sendo matéria-prima perecível a médio prazo, era a solução imediata, prática, eficaz e mais de acordo com as condições mutáveis da Ria.

Determinou a conservação e a manutenção enquanto as estruturas se mantiveram activas.

Contribuiu igualmente para a inutilização das suas funções primárias pela deslocalização estratégica em virtude das modificações naturais do meio (a mudança da barra sua visada, como aconteceu no Forte do Rato).

Reflectiu-se (como ainda se reflecte) na conservação das estruturas sujeitas a estas condições.

Para avaliar estas influências, partimos de relatos passados e descrições sobre mudanças de barras e ilhas e suas consequências; também de diversos estudos actuais que incidem sobre a mutabilidade do meio e que esclarecem sobre: as dificuldades de construção e conservação quando mesmo ainda em seu tempo funcional; a constatação da rápida inutilidade da estrutura em função da mudança da barra que era sua visada; as próprias dificuldades durante a construção; o estado de conservação actual, diferenciado pelos locais mais ou menos susceptíveis a estas condições; a preservação das estruturas ao longo do tempo sujeitas ao meio onde se encontram.

Estes factores reflectiram-se nas questões relativas à escolha de locais onde as estruturas foram construídas, nas remodelações, destruições das mesmas pelas condições naturais da ria e na diferença do actual estado de conservação de algumas estruturas em relação a outras, as torres de vigia, cronologicamente mais antigas.

Temos, então, a considerar a mutabilidade da ria como: factor destrutivo e principal influente nas condições de conservação das estruturas a ela sujeitas; a forma como ao longo dos tempos, e até hoje, tem causado alterações na linha dos cordões dunares e barras; a sua dinâmica influenciou soluções adoptadas para construção e contribuiu também para a destruição de estruturas.

Acresce, ainda, como causa de destruição, factores geológicos – terremotos que tiveram as suas consequências – e factores antropológicos – perda de funcionalidade, abandono, destruição para outros fins (exemplos afectados:

Torrão do Lastro, Torre de Quarteira). Consideramos estes aspectos determinantes para a degradação e desaparecimento de grande parte das estruturas defensivas.

3.2. Parque Natural da Ria Formosa. Protecções Legais e Programas de Desenvolvimento e Ordenamento

Localização geográfica: Algarve. Abrange os concelhos de: Faro, Loulé, Tavira, Vila Real de St.º António.

Coordenadas geográficas:

Latitudes: 36° 95' 87'' N e 37° 17' 53'' N

Longitudes: 8° 04' 97'' W e 7° 51' 69'' W

Altitude: 0 – 39 m

A ameaça pela pressão antrópica, intensificação agrícola, drenagem, modificação dos aquíferos, industrialização, urbanização, recreio e turismo, exploração não sustentável, aliando-se a falta de educação ambiental e cívica, levou a que a Ria Formosa fosse protegida e regulamentada, sem que, no entanto, correspondessem as expectativas à realidade actual. Surgem, assim, um conjunto de normas com vista à sua protecção legal e ao seu ordenamento e desenvolvimento:

Estatuto de Reserva Natural da Ria Formosa pelo Dec. Lei nº 45/78 de 02 de Maio, sendo oficialmente considerada zona de “alto significado ecológico e grande valor científico, económico e social”.

Está contemplada na Convenção de Ramsar de 24 de Novembro de 1980, Tratado Internacional sobre a conservação e utilização responsável das terras húmidas e seus recursos, integrando 16.003ha, com o código 7PT002.

Reclassificada como Parque Natural da Ria Formosa pelo Dec. Lei nº 373/87 de 9 de Dezembro, com 17.664ha. O decreto redefine os limites do Parque Natural da Ria Formosa desde a praia do Ancão até perto da Manta Rota e cria uma zona para além dos limites do Parque, área circundante que funciona como linha de fronteira e protecção.

Contemplada pela Convenção de Berna, convenção relativa à conservação da vida selvagem e dos habitats naturais da Europa, regulamentada pelo Dec. Lei 316/89 de 22 de Setembro.

A Resolução do Conselho de Ministros nº142/97 de 28 de Agosto cria o sítio “Ria Formosa/Castro Marim” proposta para Sítio de Interesse Comunitário – SIC – Rede Natura 2000 (criada para a conservação de habitats e espécies selvagens raras, compõe-se por duas directivas principais: Directiva Aves / Directiva Habitats) com 17.520ha, código PTCON0013.

Classificada como Sítio de Especial Interesse para a Conservação da Natureza e Zona de Protecção Especial para as Aves da Ria Formosa (ZPE, Biótopo CORINE – base de dados dos Sítios de interesse relevante para a Conservação da Natureza). Em sequência, surge o Dec. Lei nº 384-B/99 de 23 de Setembro criando a ZPE – Zona de Protecção Especial para aves selvagens – que integra directamente a Rede Natura 2000, instrumento comunitário de conservação da natureza, consubstanciado pela Directiva Aves 79/409/CEE de

08 de Abril e Directiva Habitats 92/43/CEE de 22 de Maio, com 23.296ha e o código PTZPE0017.

Designada pela SPEA/ *Bird Life International* (organização não governamental) como zona importante para aves – IBA – com 23.296ha coincidentes com ZPE e o código PT034.

O PNRF insere-se também na rede europeia de conservação denominada Sítios Geminados Europeus geminando com Domaine de Certes, Le Teich (França).

O Parque Natural da Ria Formosa está sob jurisdição do Instituto da Conservação da Natureza (ICN).

Programas de Desenvolvimento e Ordenamento:

No âmbito dos valores culturais, sociais, económicos, de desenvolvimento e de gestão, em 19 de Junho de 1986, a Presidência do Conselho de Ministros elaborou a Resolução nº 63/86, ao abrigo do Dec. Lei nº 86/84 de 19 de Março criando o Gabinete Coordenador do Programa Integrado de Desenvolvimento Regional da Ria Formosa, tendo como objectivos preservar e melhorar o ambiente e proteger o património histórico, natural e cultural da zona. Refere, ainda, ter havido uma auscultação prévia aos Municípios revelando estes interesse e comprometimento em prol dos objectivos pretendidos.

O Decreto Regulamentar nº2/91 de 24 de Janeiro elabora e aprova o Plano de Ordenamento e Regulamento do Parque Natural da Ria Formosa, cuja revisão, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº37/2001 de 15 de

Março, decorreu em 2005 e objecto de discussão pública entre 24 de Abril a 06 de Junho de 2007. O POPNRF tem como principal objectivo a protecção dos valores naturais enquadrando as actividades humanas de uma forma harmoniosa, concentrando esforços nas áreas consideradas prioritárias para a conservação da natureza e estabelecendo áreas com vários níveis de protecção. De entre os 55 Artigos e 3 Anexos, salienta-se o Artigo 2º 2. f), o qual tem como propósito assegurar a salvaguarda e a valorização do Património Arqueológico (terrestre e sub-aquático), cultural, arquitectónico e histórico.

No Plano de Ordenamento e Regulamento do Parque Natural da Ria Formosa integra-se o Plano de Ordenamento da Orla Costeira – de Vila Moura a Vila Real de Santo António – pela Resolução do Conselho de Ministros nº103/2005 de 02 Junho. Os POOC foram regulados pelo Dec. Lei nº309/93 de 02 de Setembro; são planos sectoriais destinando-se ao ordenamento, zonamentação e regulamentação do Domínio Público Marítimo, excepto áreas sob jurisdição portuária; definem actividades específicas da orla costeira, regulamentando o uso balnear, a defesa e conservação da natureza, o desenvolvimento sócio-económico, a utilização racional do espaço, bem como a protecção do ambiente e recursos naturais. Entre outros objectivos, o POOC Vila Moura – Vila Real de Santo António estabelece defender e valorizar o Património Histórico e Cultural. Nos POOC inserem-se os Planos de Arranjo da Orla Costeira (PAOC) com planos de arranjo de praias; o POOC do Algarve contempla 30 planos de praia, dos quais 10 são abrangidos totalmente e 2 parcialmente pela área protegida da Ria Formosa.

Em paralelo, existe o PROT Algarve (Plano Regional de Ordenamento do Território do Algarve) elaborado na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº33/88 de 14 de Julho e aprovado pelo Decreto Regulamentar nº11/91 de 21 de Março. O PROT Algarve estabelece linhas orientadoras e normas de ocupação, uso e transformação do solo tendo em vista o desenvolvimento harmonioso da região. Na sequência da Resolução do Conselho de Ministros nº126/2001 de 14 de Agosto, o PROT Algarve iniciou a sua revisão em que se propõe defender e valorizar os recursos naturais e o Património Histórico e Cultural, entre outras propostas de cariz sócio-económico e de ordenamento.

Existe plano para ordenamento para PN (Decreto Regulamentar nº 2/91 de 24 de Janeiro), mas não existe plano de gestão para PNRF ou para sítio Rede Natura 2000 (RIA FORMOSA:2).

Não esgotámos aqui toda a regulamentação existente sobre o assunto em epígrafe, nem tão pouco faz parte do propósito deste trabalho; apenas procurámos abordar aquela que mais directamente tem a ver com o tema e com as propostas de valorização que trataremos mais adiante.

II

1. Estudo do tema

Se o sistema lagunar da Ria Formosa constituiu por si só uma defesa natural foi paradoxalmente um atractivo para a entrada num território periférico, situado no corredor comercial marítimo entre o Mediterrânico e o Atlântico e entre a Europa e o Norte de África. Sendo terra aprazível e de terrenos férteis e dada a sua localização geográfica, sempre foi muito cobiçada por todos os que por aqui passaram.

Desde a época Medieval que a defesa deste território foi uma preocupação com que as populações se confrontaram; embora ao longo dos tempos os inimigos fossem diferentes, os objectivos eram os mesmos – defender pessoas e bens.

Particularmente desde a época Islâmica até meados do séc. XIX, foi recorrente a pirataria e investidas de exércitos invasores. Consequentemente, sucessivos e diferentes meios de defesa foram construídos e usados.

Com o uso generalizado da artilharia e sendo os seus efeitos mais demolidores, as defesas teriam de ser mais sofisticadas para dar uma resposta mais eficaz, facto a que já não correspondiam as simples torres de vigia, não se integrando totalmente nas novas necessidades. As exigências da guerra requeriam, então, construções mais resistentes e que suportassem o novo material bélico; a resposta foi a arquitectura militar com sistemas abaluartados integrados em baterias, fortes e fortalezas.

A introdução da artilharia pesada nas construções vai originar alterações nas estruturas que as suportam, tais como diminuir a altura das torres, espessar e inclinar as paredes, com suportes sólidos para a artilharia. É assim gradualmente adoptado um novo sistema fortificativo que tem a sua raiz em Itália, sustentado pelo estudo matemático em planta e no terreno, com flanqueamento de tiro e cruzamento de fogos para protecção dos perímetros a defender. Define-se, então, o sistema abaluartado e uma nova concepção construtiva irá paulatinamente surgindo. As antigas fortificações medievais perdem as suas características sendo adaptadas ou usadas ainda como vigias, ou abandonadas de suas funções.

Do que foi o esforço da arquitectura militar na Ria Formosa, algumas das estruturas que o revelam já desapareceram, como a Bateria da Armona e o Forte da Fuzeta; outras estão em ruínas, como a Torre de Alfaxia e a Torre da Amoreira; outras, pela sua situação geográfica mais salvaguardada, ainda persistem como a Torre de Quatrim e Bias 1. De outras ainda, não se sabe ao certo a sua localização exacta, como a Atalaia do Cabo de St.^a Maria, perto da cidade de Faro. Por razões óbvias, os centros urbanos são os que ainda detêm mais património reconstruído ou restaurado, salvo uma ou outra excepção, como a Torre de Aires, perto de Tavira, ou a Torre de Marim, perto de Olhão e pertença de privados.

O esquecimento e o abandono levaram a que muitas destas construções deixassem de ter interesse e fossem vistas como «coisas velhas».

Apesar deste panorama, houve (e felizmente ainda há) os «resistentes», aqueles que não quiseram deixar que a memória se perca: Alberto Iria, Pinheiro e

Rosa, Teresa Júdice Gamito fizeram estudos e investigações sobre este nosso Património, grande parte publicados nos Anais do Município de Faro e separatas ou jornais, sem, contudo, e apesar do seu valioso contributo, terem conseguido alterar o rumo dos acontecimentos.

Só recentemente, a partir dos anos 90, é que a situação se começou a inverter, fruto dos avanços científicos e das novas tecnologias.

De referir os projectos de reconstituição e consolidação da Torre de Aires promovidos pelo Ministério do Ambiente e ICN / Parque Natural da Ria Formosa, que são um bom exemplo de valorização turística. Neste âmbito, incluem-se ainda os projectos da CCDR onde se inserem os trabalhos de Valdemar Coutinho, numa perspectiva histórica aliada à valorização patrimonial.

Também têm sido desenvolvidos estudos pontuais levados a cabo pela UALG, como o que ocorreu no Verão de 2006 na Fortaleza de São Lourenço.

O presente trabalho aborda toda a malha defensiva na zona de estudo, quer a ainda existente, quer a desaparecida ou mesmo ainda aquela para a qual temos apenas alguns dados bibliográficos.

2. Fontes

Para o nosso estudo começámos pelo *Levantamento Arqueológico-Bibliográfico* de Mário e Rosa Varela Gomes como referenciador de estruturas e autores. Imprescindível foi a consulta de algumas obras históricas, *Visitações*, *Memórias Paroquiais e Relatórios*, bem como estudos actuais, *Cartas Militares* e *Mapas*.

Em fontes consultadas, reflectem-se alguns pontos já apresentados tais como as mudanças naturais das barras, bem como as dificuldades construtivas, de manutenção e o abandono por desuso.

As constantes ameaças de turcos e berberes e o uso generalizado das armas de fogo determinaram as modificações na ciência da fortificação em que os italianos foram mestres. É nesta conjuntura que se insere o trabalho de Alexandre Massai (1617-1618), engenheiro italiano, a quem é mandado elaborar um relatório de inspecção às fortalezas do Algarve; é graças a ele que se conhece o estado das fortificações e da artilharia da altura. A sua *Descrição do Reino do Algarve*, para além de um levantamento cartográfico, vem chamar a atenção para o estado das fortificações numa época em que as práticas do corso eram devastadoras. Nessa *Descrição*, além de alertar para a situação das estruturas militares e carências defensivas, faz um levantamento, caracteriza-as, como também sugere remodelações ou novas construções.

Por conseguinte, utilizámos, como base para estudo, a *Descrição*, a qual se nos apresenta como o documento mais fiel à realidade do início do séc. XVII;

ela trata não só das fortalezas dos centros urbanos, como também não descarta torres de vigia nos pontos considerados mais estratégicos. Em particular, debruçámo-nos sobre as defesas de Cacela, Tavira, Faro e Quarteira, por se inserirem no âmbito deste trabalho.

Também importante foi a consulta de: *Duas descrições do Algarve do século XVI*, de Frei João de São José e de Henrique Fernandes Sarrão, ambas compiladas na obra de Guerreiro e Magalhães; “Notícia Geral do Reino do Algarve”, do Padre António Oliveira de Azevedo *in* Mesquita, *O Algarve nos Primórdios da Academia Real da História Portuguesa*; de João Baptista da Silva Lopes, *Corografia ou memória económica, estatística e topográfica do Reino do Algarve*, volumes I e II, de 1841, reedição de 1988, entre outras obras.

Não podemos deixar de referir a importância que tiveram os estudos levados a cabo por Carlos Pereira Callixto, valiosos auxiliares deste trabalho no âmbito da artilharia.

3. Objectivos

Pretende-se clarificar questões sobre informações díspares ou contraditórias relativas às próprias estruturas, nomeadamente a sua designação, localização e planta, dados estes que devem ser confrontados – se possível esclarecidos – pois que se reflectem de especial importância para uma correcta informação sobre as mesmas. Verificar quais as estruturas ainda existentes, avaliando no terreno qual o actual estado de conservação e se se encontram em risco de desaparecimento.

O levantamento *in loco* de dados (planta da estrutura, estado de conservação) é indispensável para uma comparação e esclarecimento da informação recolhida, como também para avaliar as condições presentes das estruturas, do local em que se encontram e de como este pode influir na sua preservação.

Pretendemos, ainda, apresentar propostas de valorização e acções de integração de todas as estruturas existentes na área em estudo sugerindo a sua inserção em circuitos turísticos (turismo da natureza ou turismo cultural), pois ainda são pouco conhecidas do público em geral, salvaguardando não só a estrutura, como mantendo a integridade da sua e nossa história, lembrando-a a vindouros.

4. Metodologia

Para a elaboração deste trabalho baseámo-nos na pesquisa bibliográfica referente às estruturas defensivas integradas no espaço físico da Ria Formosa, bem como nas imediações desta, pois que houve estruturas que se lhes relacionaram pela proximidade, alcance visual e função estratégica.

Em relação à recolha de dados, apesar de já existirem alguns estudos, são observadas algumas discrepâncias, lacunas e descrições contraditórias, que necessitam ser cruzadas e analisadas.

Assim, decidimos contrastar a informação de entre diversos autores de modo a que, por comparação, ajude ao esclarecimento, por exemplo, da identificação e localização de algumas estruturas. É o caso em que para a mesma estrutura existe a designação de “Forte do Rato, Forte das Lebres, Forte de Santo António” ou ainda “Atalaia do Torrejão, Torre de Bias, Torre da Cumeada”.

Para análise e confronto de dados, recolhemos plantas e utilizámos Mapas, Cartas Militares, Memórias Paroquiais, Relatórios e Descrições.

Foi também efectuado trabalho de campo com a finalidade de localizar as estruturas e recolher os dados necessários referentes a estas, para confrontar a informação recolhida com os dados obtidos. Foram tiradas fotografias, medidas, feito levantamento de plantas, de áreas e de estruturas em ruínas.

Quanto à pesquisa on-line efectuada para o nosso trabalho, é de referir a dificuldade de interpretação e de leitura em alguns documentos portugueses, em oposição a espanhóis. No processo de pesquisa, foi de notar a acessibilidade a

documentos on-line sobre requalificações e restauro – o que não acontece nos casos em estudo na área, em Portugal, por não os haver. Os documentos nacionais, no geral, são de difícil leitura, politizados, maçudos, em que o seu cerne se dilui na preocupação de que fique tudo explícito mas, ao invés, leva o leitor a cair no cansaço e na perda do próprio intuito do documento. Os textos espanhóis são concisos, de linguagem depurada e directa. Acresce, ainda, que em notícias internacionais, é visível o interesse das populações locais espanholas pelo seu património cultural, bem como o conhecimento deste, o que não se verifica no geral da população portuguesa.

Noutros casos, temos, felizmente, textos de base científica que foram uma grande ajuda para o entendimento de questões críticas e complexas, nomeadamente a mutabilidade da Ria Formosa. No entanto, não são muitos os documentos disponíveis on-line acerca deste assunto. Temos, afortunadamente, o site do ICN com preciosa informação em que se incluem as cartas de susceptibilidade.

Para o corpo de texto, quando se transcreve português antigo, são desdobradas as abreviações, mantidas as maiúsculas e minúsculas assim como a pontuação.

A recolha será apresentada em forma de levantamento, apresentando os dados em fichas individuais para cada estrutura (por ordem de concelhos, orientados de ocidente para oriente, organizadas por tipologias e estas por ordem alfabética), com os seguintes campos:

Designação: Nome da estrutura; nos casos em que as designações não sejam coincidentes é escolhida aquela que se apresente mais coerente a partir dos dados obtidos, ou mais citada pelos diferentes autores; no entanto, as outras designações por que são conhecidas as estruturas serão igualmente referidas em “Outras designações”. Em caso de manifesta confusão, far-se-á clarificação.

Outras designações: Outras designações atribuídas à estrutura; sempre que possível, será dada uma justificação para as diversas designações atribuídas.

Referências bibliográficas: A indicação das obras é feita pelo sistema autor-data por ordem alfabética. No final deste campo são indicados os sites consultados, quando os houver.

Descrição: Descrição da estrutura, vertente histórica e funcional.

Localização: Coordenadas, referência à localização, freguesia e concelho. Nas estruturas já desaparecidas de que não se conhece a localização exacta, é feita a referência ao seu suposto local.

Alcance visual: Área visual abrangida directamente relacionada com a função de defesa desempenhada pela estrutura.

Cronologia: Da fundação da estrutura, ou de diferentes cronologias atribuídas, sempre que for o caso.

Planta: Apresentam-se desenhos ou plantas, quando disponíveis ou ambos. Estes dados, quando díspares, são, sempre que possível, comparados com a estrutura existente; nos casos já desaparecidos, apresenta-se planta, se a houver, ou descrição.

Técnica de construção: Descrita, se conhecida, ou provável.

Intervenções: Referidas as intervenções conhecidas até à actualidade.

Artilharia: Referida nas fontes, apresentada por ordem cronológica, com indicação do nº de Peças, não sendo discriminados os calibres.

Data de abandono: Quando conhecida e causas; ou deduzida pela mudança de funções.

Estado actual: Existente ou desaparecida. Se existente, relato do estado de conservação actual da estrutura. Tipos: bom estado (habitado, reutilizado); razoável; devoluto; mau estado; ou em ruínas (medida a área de dispersão abrangida). Apontadas as prováveis causas de destruição; é feita a descrição das ruínas, inclusão de fotografia, esboços e medidas da área de dispersão no terreno.

Utilização actual: Descrita para os casos existentes.

Situação patrimonial actual: Conforme os termos legais, se aplicável.

Categoria de protecção: Conforme os termos legais, se aplicável.

Propriedade: Indicado se privada, pública ou estatal.

Quando não há informação pertinente para qualquer destes campos, utiliza-se “ – ”.

Esta recolha pretende conciliar dados sobre as estruturas enquanto monumentos históricos ou ruínas arqueológicas para, numa outra fase do trabalho, serem apresentadas propostas de valorização específicas para cada caso.

No final do trabalho, são apresentados, em anexo, um conjunto de fotografias e plantas que considerámos relevantes e referenciadas no corpo de texto; três mapas e um glossário. Os mapas são respeitantes a três períodos

cronológicos: Mapa 1 com indicação de estruturas defensivas e sua utilização até ao séc. XV; Mapa 2 com estruturas defensivas e sua utilização desde o séc. XVI até 1640 (ou construídas no período anterior e em utilização); Mapa 3 estruturas defensivas posteriores a 1640 (ou dos períodos anteriores, mas ainda em utilização).

A enumeração das construções nos mapas acima referidos é de acordo com o número das fichas respectivas. Quando não há certeza da efectiva utilização, mas apenas uma conjectura, apresenta-se, no mapa, o número da estrutura acompanhado por “?”. Esta conjectura advém da posição estratégica da construção, da sua funcionalidade em virtude do meio envolvente ou, ainda, por não haver indicações que contrariem a sua utilização numa lógica racional de aproveitamento.

III

1. As estruturas de vigia e defesa: Ruínas arqueológicas e fragmentos de arquitectura militar

1.1. Tipificação do objecto de estudo

Castelos, Torres de Vigia, Fortes e Baterias, são paradigmas de concepções defensivas diferentes, levando-nos a agrupá-las em tipologias.

Castelos, amuralhados e Cerca Seiscentista

Época – medieval / moderna

Localização – núcleos urbanos (normalmente em pontos altos).

Materiais – cantaria, alvenaria, taipa.

Caracterização formal – planta poligonal irregular (castelos e Cerca); circunvalação de áreas populacionais (amuralhados e Cerca).

Função – vigilância e defesa.

Torres Atalaia

Época – medieval / moderna

Localização – arrabaldes e meios rurais (normalmente em pontos altos, junto a cursos de água).

Materiais – alvenaria e taipa

Caracterização formal – planta rectangular, circular ou quadrada.

Função – vigilância e alerta.

Fortes e Fortalezas

Época – moderna.

Localização – entrada de barras, rios, braços de mar. Zonas urbanas.

Materiais – alvenaria e cantarias.

Caracterização formal – planta poligonal abaluartada, com bateria (s).

Função – vigilância, defesa e ataque.

Baterias

Época – moderna.

Localização – entrada de barras ou braços de mar (isoladas ou associadas a estruturas defensivas).

Materiais – alvenaria, terra, faxina e madeira.

Caracterização formal – planta poligonal, com bocas de fogo.

Função – vigilância, defesa e ataque.

1.2. A introdução da artilharia

Já antes da utilização da pólvora como agente propulsor de projecteis existia a artilharia neuro-balística em que engenhos do tipo catapulta com um conjunto de cabos e cordas submetidos a torção lançavam objectos contundentes, como pedras, flechas e blocos de substâncias inflamadas. Foi, contudo, a pólvora o principal agente de mudança revolucionando as artes da guerra, a organização militar e as estruturas defensivas, constituindo uma nova artilharia, a artilharia pirobalística.

A pirobalística ou artilharia da pólvora fora introduzida, provavelmente, pelos árabes na Península por volta do séc. XII (BAËNA, 1989:73) mas os primeiros contactos com os trons ou bombardas no nosso País só datam de 1381; estas armas equipavam a frota do Conde de Cambridge que nos trouxe auxílio aquando do cerco de Lisboa por D. João I de Castela; e D. Nuno Álvares utilizou um trom na Batalha dos Atoleiros, em 1384; porém, a pirobalística só veio a ser utilizada em campanha, pela primeira vez por tropas portuguesas, na Batalha de Aljubarrota, em 1385 (MORENO, 1941a:1). Os primeiros projecteis eram de pedra, daí a designação de “pedreiros” para os canhões que disparavam esse tipo de balas. Se bem que as balas de ferro começassem a ser utilizadas em Portugal a partir de 1492 (*IDEM*, 1941a:1), as balas de pedra continuaram a ser usadas em Portugal até ao séc. XVI, apesar de já em desuso por muitos países. Eram mais leves do que as de ferro e exigiam menos pólvora, sendo que a bala de pedra pesava três vezes menos do que a de ferro e eram também mais baratas. Tinham

como senão o requerer muito trabalho e perícia de fabrico, facto que não atormentou Portugal, porque dispunha de cativos em África e no Oriente para trabalhar a pedra (PEDROSA, 2000:112).

Com o aperfeiçoamento do fabrico da pólvora e da fundição do ferro e do bronze, a nova artilharia atingiu grande desenvolvimento em Portugal nos séculos XV e XVI. A artilharia vai ser a força de ataque e de defesa por excelência sendo montada em navios que sofrerão alterações para o efeito, como o reforço das estruturas para suportar o impulso de recuo das peças; vai ocupar as Praças do Reino e ser montada em construções de raiz em África e no Oriente.

D. João II mandara instalar no bojo das caravelas de maior porte bombardas grossas ou pedreiros, grandes peças de tiro rasante que atiravam pedras e D. Manuel ordenara que a totalidade da armada fosse equipada com berços, colubrinas, canhões de ferro forjado ou de bronze que disparavam pedra ou bala de ferro, peças bastante manobráveis e de elevada cadência de tiro (*IDEM*:121 e 129).

Foi o poder da artilharia que fez com que os Portugueses tivessem o controlo das comunicações marítimas e o domínio das Índias Orientais, sendo mesmo a artilharia naval portuguesa considerada, em finais do séc. XV, uma das melhores do mundo.

Evoluindo muito rapidamente em modelos e calibres, pois não havia regra fixa para a sua fundição, só em 1540 é que surgiu em Espanha o primeiro documento a definir calibres e dimensões (*IDEM*:112). Era grande a diversidade da artilharia, quer portátil, quer pesada e a nomenclatura muito vasta, existindo

nomes diferentes para o mesmo tipo de peça; cerbatana, serpentina, passavolante eram sinónimos de colubrina, peça em forma de cobra ou serpente. Bombarda era a designação genérica para todo o tipo de peças e espingarda designava qualquer arma de fogo portátil, embora também fossem usados os termos escopeta e arcabuz e até bombarda espingarda. O mesmo se passava em relação a canhão, nome genérico para armas de grande calibre e pequeno comprimento de cano; eram utilizadas para atingir muralhas ou alvos a curta distância. Colubrina era uma peça de pequeno calibre e grande comprimento de cano, usada para atingir alvos muito distantes; distinguindo-se, contudo, a artilharia grossa da artilharia miúda.

Os alemães foram dos primeiros fabricantes de peças de artilharia marcando presença no nosso País desde inícios do séc. XV. Com eles se especializaram portugueses no fabrico do armamento que em 1445, no reinado de D. Afonso V, seguiu a bordo dos navios para a costa da Guiné.

Em virtude do grande avanço tecnológico conseguido na Alemanha na fundição do bronze, as peças de artilharia inicialmente fundidas em partes, passaram a ser fundidas em monobloco o que lhes conferia um aumento de potência e de alcance jamais conseguido em peças fabricadas em partes, aliando-se as vantagens que o bronze tinha em relação ao ferro – não enferrujar. São monoblocos os berços, peças mais manobráveis e mais leves e de grande eficácia de tiro, que vão equipar a Armada de D. Manuel, em que se inclui a Armada do Estreito com base no porto de Tavira, altura em que o Algarve manteve um papel estratégico nas ligações com o Norte de África. São, ainda, do tempo de D.

Manuel as oficinas de fundição, construção e conservação de material de artilharia montadas em Cata-Que-Farás (Cais do Sodré) (GUEDES, 1988:225).

Quando no reinado a seguir, D. João III decide abandonar as Praças de Safim, Azamor e Arzila, não só por deficiências demográficas como também para aliviar o erário público, havia nos armazéns armas e abastecimento para quarenta mil homens. E D. Sebastião, ao partir para a jornada de Alcácer-Quibir, levava consigo uma numerosa artilharia de bronze de maior calibre e peso do que a usada nos anteriores reinados (MORENO, 1941a:2).

Com a dominação Filipina grande parte das fortalezas foi desguarnecida, abandonada e material e pessoal vão reforçar os exércitos de Castela, só vindo o Algarve a merecer alguma atenção por parte de Filipe III na zona de Budens, Ferragudo e Praia da Rocha para controlo da estrada costeira. É bem significativo o Relatório de Inspeção realizado por Massai às costas do Algarve, em tempo de Filipe II, quanto às condições das fortalezas e estado da artilharia, condições que se foram agravando com o passar do tempo. Em 8 de Junho do ano de 1638, o Governador e Capitão-Mor do Algarve, Henrique Correia da Silva, enviou uma carta a Filipe III queixando-se da falta de dinheiro “para o reparo das fortificações e serviço de artilharia” (IRIA, 1940:14). A carência de armamento para fazer face às investidas turcas e inimigos de Espanha, agora também nossos inimigos, também seria grande, dado que, por ordem de Filipe III, o mesmo Governador dirige uma carta aos Capitães-Mores do Algarve para aprisionarem armas e munições de navios estrangeiros “deixando-lhes as precisas para sua

volta, ...(e)... levar para terra as mais, e postas a bom recado nos Armazéns del-Rei” (*IDEM*:15).

O séc. XVII vai demarcar-se pelo uso generalizado da artilharia em função da produção em massa na Suécia de canhões de ferro fundido a preços mais baixos (8 a 10 vezes menos) do que os de bronze (*MOREIRA*, 1993:68). Simultaneamente, o armamento individual adquire grande desenvolvimento como o arcabuz e o mosquete, com mais rápida cadência de tiro e maior poder mortífero. Este desenvolvimento vai promover a profissionalização dos exércitos a que só as Praças-Fortes podem resistir.

Ao ser recuperada a Independência, o receio de futuros ataques por parte do exército espanhol torna imperiosa não só uma campanha de obras, mas também uma reorganização militar. É recrutado pessoal especializado em França, Itália, Inglaterra e Alemanha e levado a cabo um grande esforço no rearmamento das fortalezas e na reactivação das fábricas de material bélico; reorganização que continuou além da Guerra da Restauração (1640-1668). Não obstante, nas Praças de Castro Marim, Faro, Lagos e Sagres, em 1692, segundo o Governador Ayres de Saldanha de Menezes e Souza “...se acha nelas muita falta de artilharia; porque a de ferro arreventou uma, e danificou outra, o tempo, e não ficou a que basta e da de bronze se tem remetido para a fundição dessa Corte (...) e não se mandou para cá outra em seu lugar” (*Iria*, 1976:170).

Com a Restauração, D. João IV criou um organismo único que superintendesse os assuntos militares – o Conselho de Guerra; foi instituída a Tenência a cargo da qual ficava tudo o que dizia respeito ao armamento. O País

foi sujeito a uma divisão territorial militar e constituído em Praças de Guerra. O Algarve ficou com nove Praças cujos comandos se situavam em Sagres, Lagos, Vila Nova de Portimão, Albufeira, Faro, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim e Alcoutim; cada Praça com o seu Governador e todas sob o comando de um Governador-General com sede no Castelo de Lagos (CALLIXTO, 1991:61). Depois do terramoto de 1755 a sede passou para Tavira, Alto de Santana, onde permaneceu até 1834, tendo depois sido mudada para Faro e ficando sob o comando do Governador Civil (ANICA, 1993:95).

O século XVIII corresponde a um período de preparação e organização científica. À multiplicidade de projectos e tipos de bocas de fogo sucede-se uma reorganização balística e um número mais restrito de tipos de armas com funções mais bem definidas.

Por ordem do Marquês de Pombal foi contratado o General alemão Conde de Lippe para organização da defesa, altura a partir da qual os governadores das praças passam a elaborar relatórios mensais sobre obras, recrutamento e estado da artilharia. Visitas de inspecção começam a ser frequentes nas quais se inserem os mapas das praças e plantas de fortificações do Algarve desenhados pelos Oficiais de Engenharia Francisco Lobo Cardinal e Romão José do Rego, de 1754; do Tenente-Coronel José Sande de Vasconcelos, c. 1788; relatórios do Sargento-Mor Euzébio de Sousa Soares, 1815; do 1º Tenente de Engenharia Gregório António Pereira de Sousa, 1821; do Capitão de Engenharia José Feliciano Farinha, 1823.

Foram criados os Regimentos de Artilharia e organizado o pessoal militar por companhias ficando o Regimento de Artilharia do Algarve com sede em Lagos até 1764, altura em que passou para o Regimento de Artilharia da Corte; uma década mais tarde foi criado o novo Regimento de Artilharia do Algarve com aquartelamento no Castelo de Faro (MORENO, 1941b:2).

O ensino da fortificação e artilharia por um lado e da engenharia por outro vão constituir especializações distintas ensinadas na Academia Real de Fortificação, Artilharia e Desenho e no Real Corpo de Engenheiros fundados por D. Maria I, em 1790 e 1792, respectivamente. O estudo da fortificação de campanha, a teoria de artilharia e minas, os métodos de construção de caminhos, hidráulica e a arquitectura de pontes e canais, matemáticas e orçamentos, entre outros, eram conhecimentos indispensáveis na formação de oficiais.

Com as Invasões Francesas e posteriormente com a Guerra Civil, a artilharia adquire grande mobilidade. O desenvolvimento do material de campanha como morteiros e obuses e a fortificação de campanha com a construção de redutos, valas, cinturas de segurança, trincheiras e baterias integrando linhas defensivas configuram uma nova forma de fazer a guerra. Interditar a passagem do inimigo sobrepõe-se à defesa das Praças. Já não é a fortificação permanente o alvo do ataque e da defesa; o enfoque é dado à topografia e ao conhecimento do território onde os exércitos travam batalhas campais em vez da guerra de sítio (LOBO, 1989:277).

A evolução técnica conseguida em meados do séc. XIX vem trazer à artilharia uma nova dimensão: mais rápida cadência de tiro, o carregamento pela

culatra em vez de pela boca, os canos estriados em substituição dos lisos e o projectil oblongo em vez do esférico conferem uma precisão até então nunca conseguida; este tipo de material foi introduzido em Portugal em 1855, no reinado de D. Pedro V (MORENO, 1941e:1).

Dado o avanço da artilharia naval muitas fortalezas são abandonadas, legitimadas pelo Alvará de 1805 que determina o abandono das fortificações consideradas inúteis e a partir de 1815 começa a ser elaborada uma relação do que deve ser mantido e abandonado. Muitas das fortificações são desartilhadas e extintos os Trens de Artilharia (1851-52).

Em 1882 apenas 9 bocas de fogo artilhavam o Algarve, quando, em tempo de Massai, eram pelo menos 45 e em 1802 eram 264 (*IDEM*, 1941b:2).

1.3. A artilharia e as construções militares na Ria Formosa

A introdução da artilharia pirobalística nas artes da guerra vai determinar a morfologia das construções defensivas e, o conjunto de alterações que no formulário arquitectónico militar irá surgindo, desenvolve-se em conformidade com o repensar dos processos construtivos/defensivos/estratégicos. A necessidade da adaptação do armamento às estruturas leva à gradual definição tipológica na arquitectura militar, demarcando a sua evolução. A par do desenvolvimento da tecnologia bélica há também uma nova concepção defensiva e estratégica, adaptável às novas e várias circunstâncias e necessidades defensivas. O palco de teste destes novos conhecimentos práticos e teóricos desenvolveu-se além-mar com os Descobrimentos e foi trazido para o continente pela necessidade militar de manutenção de estatutos colonialistas essenciais à sobrevivência do império.

A área da Ria Formosa que em época medieval constituiu um natural e eficaz meio de defesa, com o advento da artilharia tornou-se vulnerável e difícil de defender. A grande distância entre o mar largo e as zonas ribeirinhas deixou de ser um impedimento aos assaltos perpetrados por piratas e corsários devido ao uso generalizado da artilharia.

O abandono das Praças do Norte de África proporcionara à pirataria uma maior liberdade de movimentos, percorrendo toda a costa e saqueando as armações de peixe, de tal modo que em 1548, em carta enviada a D. João III, o alcaide de Albufeira refere que chegaram duas galés com 35 ou 40 mouros,

fizeram seis cativos, mataram um cavalo e “andam tão seguros por esta costa como se fosse sua” (IRIA, 1976:28).

Não obstante a campanha de construção/reconstrução levada a cabo por D. João III, a situação era tão grave que o Capitão de Tavira, Manuel Mendes, em 1549, endereça uma carta ao Rei propondo uma série de medidas consertadas para defesa da costa, entre elas uma esquadra de quatro caravelas para defesa de Tavira, Faro, Portimão e Lagos. Parte dessas medidas só vieram a ser implementadas por D. Sebastião, com o cargo de Governador e Capitão General do Algarve para superintender no governo militar e civil, bem como um plano de vigilância das praias, com rondas a pé e a cavalo.

Já em 1548, o Comendador de Cacela, D. Symão de Meneses, apresentara uma proposta de “giros e vigias ordenadas”, justificando que “todos somos mui maus de chegarmos a vigiar como devemos” (*IDEM*, 1976:25). Todavia, rondas e vigias não bastavam para defrontar assaltantes que utilizavam armas cada vez mais potentes, operando a distâncias cada vez maiores. Concomitantemente, as torres atalaia iam revelando-se insuficientes como meios efectivos de defesa.

A explosão demográfica verificada nos séculos XV e XVI obrigara as populações a sair dos amuralhados dos castelos e as povoações ribeirinhas, cada vez maiores, eram alvos fáceis, pelo que se impunha defender pessoas e bens.

Como soluções de recurso, são feitas adaptações e modificações nas estruturas medievais; nos castelos, as ameias que constituíam um obstáculo ao uso da artilharia, são demolidas e niveladas com os muros, como foi o caso do

Castelo de Faro e do Castelo de Tavira. Ao redor das muralhas são feitas estruturas de terra e madeira de modo a formar inclinação para amortecer o impacto e desviar os tiros rasantes, como também para evitar a abertura de brechas nas alvenarias (MOREIRA, 1989:145-146).

Construções anexas são efectuadas nos muros para colocação de bocas de fogo, como os baluartes de S. Jorge e de S. Sebastião nas muralhas de Faro, provavelmente após o ataque do Conde de Essex em 1596. Mas estas adaptações revelaram-se insuficientes; uma nova lógica militar impunha-se: a construção de uma linha de fortificação costeira, com fortalezas adaptadas à artilharia para defesa da entrada das barras e portos.

Por via dos novos conceitos construtivos de engenheiros do Renascimento Italiano, cujo modelo dominou durante o séc. XVI e inícios do séc. XVII, trazidos por Benedetto da Ravena, Filippo Terzi e Massai e posteriormente por franceses como Lassart, João Gilot e Pierre de Sainte-Colombe, que já seguiam os modelos construtivos da escola holandesa, a morfologia das fortalezas vai sofrer mudanças radicais. Em oposição à defesa operada pelos castelos, “fazer fortaleza” torna-se no novo conceito construtivo com o modelo abaluartado.

Sendo Portugal pioneiro no uso da artilharia na construção naval, no que concerne a novas construções militares no continente, as mudanças não se processaram com a mesma rapidez. As primeiras construções projectadas de raiz para receber artilharia são efectuadas no Norte de África, no séc. XV, mas as

novas técnicas construtivas só se impõem no Algarve entre os séculos XVI e XVII.

Coexistindo as novas formas com as tradicionais, vamos encontrar torres atalaia desempenhando as suas funções de vigia, enquanto que ao mesmo tempo se implanta o novo tipo construtivo com a edificação do Forte do Rato (1573). E já mesmo entrado o século XVII, conforme Massai, as torres de Santo António do Alto, de Quarteira, Bias I e a Torre de Aires ainda eram utilizadas para vigiar (Guedes, 1988). Situações houve em que algumas foram adaptadas ao uso de artilharia, como foi o caso da Torre de Quarteira e do Torrão do Lastro; e, mesmo mais tarde, no séc. XIX, junto à Torre de Santo António do Alto, dada a sua posição estratégica, houve um assentamento de baterias.

Conforme a pressão dos acontecimentos e das necessidades de defesa e segundo os orçamentos disponibilizados pela Coroa, apesar de parte das despesas serem custeadas pelas populações, muitas construções e reconstruções foram levadas a cabo nem sempre com a rapidez necessária. São exemplos disso o revelim ou baluarte da Mesa dos Mouros, iniciado nos finais do séc. XVI e ainda por completar quando Massai inspeccionou o Castelo de Faro entre 1617 e 1618; o Forte de S. Lourenço, construção apontada por Massai como de grande necessidade, só viria a ser iniciada em 1653, apesar de João Gillot, em 1642, já ter desenhado uma planta; a fortaleza de Cacela iniciada em 1758, ainda por completar quando o Tenente-Coronel José Sande de Vasconcelos a inspeccionou (c. 1788), só foi terminada em 1794.

Ou por demora entre a necessidade e a concepção e a própria execução, ou em virtude de um experimentalismo não completamente testado, visto que a área da Ria Formosa constitui um caso geomorfológico específico, construções houve que nem chegaram a ser concluídas como o previsto. O solo arenoso em que foram implementadas, como foi o caso da bateria da Armona, ou até por entretanto se ter desviado a barra, como sucedeu com o Forte de S. Lourenço, levou a que grande parte da vigilância e da defesa se apoiasse em pequenos pontos fortificados – as Baterias – construções efémeras que não resistiram à acção do mar.

Com o desenvolvimento da arquitectura militar, novas construções com novas funções vão redefinir os modelos construtivos sendo o baluarte o elemento chave e fazendo parte do traçado da fortificação. De planta curvilínea ao princípio, o baluarte evoluiu para planta poligonal “...com o ângulo voltado em espigão para o exterior” (MOREIRA, 1995:328). “Embora a palavra surja no séc. XV, o sentido de plataforma pentagonal dimensionada para a artilharia de fogo só se fixa no final do século seguinte” (BAÊNA, 1989:325).

O Forte de S. António de Tavira ou do Rato, iniciado em tempo de D. Sebastião (1573), vai tipificar o novo modelo de fortificação na Ria Formosa; é, contudo, com a Restauração que o novo estilo irá definitivamente impor-se: construções abaluartadas, planta poligonal ou quadrangular, que comportavam no seu interior a casa do governador e das armas, bem como paióis, armazéns e cisterna. Paredes mais espessas perdem verticalidade e altura e ganham

inclinação para o tiro atacante fazer ricochete; nos extremos os baluartes, em que uma plataforma oca ou maciça servia para colocar bocas de fogo.

À nova concepção geométrica aliava-se o princípio do flanqueamento, ficando a defesa assegurada no cruzamento de fogos. A eficácia deste princípio caracterizava-se pelo tiro flanqueante, isto é, o fogo dos baluartes conjugados defendiam-se mutuamente, anulando ângulos mortos e sobrepondo-se aos sectores privados de fogo.

Com base na Geometria e na Matemática, uma nova racionalidade prática modelou as construções militares. Tendo-se imposto em Portugal e adaptado às necessidades locais, constituíram-se escolas nacionais com Miguel de Arruda no séc. XVI e Luís Serrão Pimentel no séc. XVII.

A criação da Junta das Fronteiras, por D. João IV, para tratar de todos os assuntos de fortificação e a contratação de engenheiros franceses para a Aula de Fortificação e Arquitectura Militar, fundada em 1647, são testemunhos do empenho do Rei em organizar a defesa e em formar quadros nacionais. O engenheiro-cartógrafo Luís Serrão Pimentel vai dirigir a Aula de Fortificação e o seu tratado, *O Método Lusitano de Desenhar as Fortificações das Praças Regulares e Irregulares*, influenciará gerações de engenheiros passando a edificação a ser entendida como uma ciência.

Perímetros abaluartados como as Cercas para a defesa das cidades, fortificações regulares e irregulares, com fosso à volta e trincheiras, bem como a proliferação de obras externas como revelins, tenalhas, traveses, guaritas vão permitir grande eficácia no ataque e grande impenetrabilidade na defesa.

E se a influência da Tradística Italiana e os conhecimentos adquiridos com a expansão desenvolveram a prática da fortificação, a Aula da Esfera ou Astronomia do Colégio de Santo Antão, do tempo de Filipe II, promovera o ensino da Arquitectura tendo nos Jesuítas os seus formadores teóricos, é, contudo, com a Aula de Fortificação que se estabelece uma estreita relação entre a teoria e a prática.

Com base no desenho, o projecto ir-se-á desenvolver em função do local, de modo a permitir uma fácil execução visando resultados eficazes. Pragmatismo e racionalidade são conceitos que se irão impor na conjuntura arquitectónica militar da Restauração e perdurar modificando, inclusive, o perfil do urbanismo (ARAÚJO, 1989).

Se durante os primeiros anos do domínio filipino apenas o extremo ocidental algarvio vira melhorada a sua defesa para protecção dos galeões vindos das Índias Ocidentais que rumavam ao golfo de Cádiz, com a reconstrução da fortaleza de S. Vicente, é com Filipe II e Filipe III que novas construções irão surgir no Barlavento; dada a importância do porto de Vila Nova de Portimão na exportação de produtos secos e atum, foi construído o Forte de Santa Catarina (com planta de Massai) e o Forte de S. Luís de Almádena (Budens/Vila do Bispo) para defesa da armação de atum.

Diminuído de importância estratégica e afastado da rota comercial do Atlântico, o Algarve não constituiu uma prioridade nos primeiros anos da Guerra da Restauração (com excepção da Praça de Castro Marim), dado que as atenções se concentraram na defesa da fronteira com Espanha e nas principais barras de

Lisboa e do Porto. Só mais tarde, em virtude das derrotas infligidas aos castelhanos no Alentejo e do receio de futuros ataques por mar é que o litoral foi tomado em consideração. Embora sem a grandiosidade de Valença, Almeida ou Elvas, novas fortificações e baterias foram sendo edificadas de Castro Marim a Aljezur. Na área da Ria Formosa, para além das reconstruções nos castelos de Faro e de Tavira e no Forte do Rato, foram construídos os fortes de S. Lourenço e de S. João para defesa das respectivas barras e a Cerca de Faro para defesa da cidade.

Em virtude de importantes aperfeiçoamentos com desenhos mais complexos levados a cabo pelo engenheiro militar francês Marquês de Vauban, no último quartel do séc. XVII, como o desenvolvimento de obras externas e fortificações em estrela, o estilo abaluartado constituiu um estilo internacional na arquitectura militar até ao séc. XIX (LOBO, 1989), altura em que as construções fixas perdem protagonismo como sistema de defesa isolado em favor das “fortificações passageiras, este ramo do génio militar”, no dizer do Coronel Engenheiro António Pereira do Lago (CALLIXTO, 1990:5). O Coronel Pereira do Lago reportava-se à linha fortificada que defendeu Faro durante a Guerra Civil e que se apoiava na Cerca Seiscentista, reforçada de saibro, areia e cal, com redutos, fossos, trincheiras, e baterias. Este tipo de fortificação já demonstrara ser muito eficaz, aquando das Invasões Francesas, nas linhas defensivas de Torres Vedras. Por consequência, muitas das construções defensivas são abandonadas, desclassificadas e alienadas para novas funções ou simplesmente esquecidas.

Não podemos terminar sem deixar de referir a importância que as Baterias tiveram como pontos fortificados isolados e que a partir do séc. XVII complementaram a defesa do litoral, entrada de rios e barras.

As Baterias, na sua maioria, consistiam em pequenas construções em alvenaria, de planta poligonal, com parapeito e canhoneiras, tendo como apoio um pequeno quartel. No que concerne à área da Ria Formosa, com excepção da Bateria da Armona e da Bateria da Fuzeta, todas as baterias levantadas foram construções de terra e faxina, algumas sem parapeito e tendo como apoio às tropas um telheiro. Pranchas de madeira serviam para assentar a artilharia sobre solo de terra batida ou lajeada. De baixo custo e rápida execução, muitas vezes designadas por Fortes ou Fortalezas (Forte da Barra Nova, Fortaleza da Armona), estes pontos fortificados protagonizaram a defesa onde as condições do terreno não permitiam edificações sólidas de pedra e cal. Por se tratar de construções efémeras, sobre solo arenoso, não resistiram muito tempo à acção do mar.

IV

1. Inventário (fichas)

Concelho de Loulé

Ficha nº 1 Designação – TORRE DE FARROBILHAS

Outras designações: Fortaleza de Farrovilhas, Forte de Farrovilhas.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Coutinho, 1997, 2001; Gamito, 2001; Leal, 1874; Lopes, 1988; Martins, 1984; Martins e Cabanita, 2001.

Descrição: Conforme Silva Lopes, os moradores de Loulé construíram, à sua custa, no porto de Farrovilhas, local de grande actividade piscatória, uma povoação com boa igreja e torre, para defesa do porto “...como não haverá outra no Algarve...” (LOPES, 1988:332).

Localização: Segundo o General João de Almeida (1948:469), situar-se-ia na povoação do mesmo nome, a 0,5km a sul do Outeiro do Ancão e a 6km a Sul de Almancil; na margem direita da ribeira de São Lourenço, em frente ao antigo golfo do mesmo nome (MARTINS, 1984:126-127).

Freguesia de Almancil, concelho de Loulé.

Alcance visual: Entrada do porto.

Cronologia: Reinado de D. João II, “...pelos anos de 1462...” (ALMEIDA, 1948:469).

Planta: Torre grande de três sobrados, com janelas.

João de Almeida refere ter sido um pequeno castelo do qual fazia parte uma torre (ALMEIDA, 1948:469). Segundo as Visitações de 1565, o acesso à torre fazia-se por dentro da igreja (Martins e Cabanita, 2001:249).

Técnica de construção: Provavelmente alvenaria.

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: 1596, por incêndio e destruição perpetrados por corsários ingleses comandados pelo Conde de Essex, na altura em que Portugal estava sob domínio espanhol.

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 2 Designação – TORRE DE QUARTEIRA OU FORTE VELHO

(1*)

Outras designações: Castelo da Quarteira, Fortaleza da Quarteira, Forte Velho de(a) Quarteira, Forte Velho ou Castelo de Quarteira, Torre de Quarteira, Torre de Santo António, Torre da Vigia.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Callixto, 1982, 1990; Coutinho 2001; Gomes, 1988; Leal, 1873; Lopes, 1988; Martins, 1984; Pontes, 1961; Rodrigues, 2001, Viana, 1939.

1*– Todas as diferentes designações acima poderão conduzir à suposição de duas construções distintas, isto é, uma torre e um forte. O General João de Almeida utiliza mesmo quatro designações: “Forte Velho, Torre da Quarteira, Torre de Santo António e Castelo da Quarteira” (ALMEIDA, 1948:466-467). Coutinho apresenta uma ficha para “Forte Velho de Quarteira” e outra para “Torre de Quarteira” (2001:122).

Após análise de textos dos vários autores consultados, leva-nos a concluir tratar-se de uma única construção. O Engenheiro Alexandre Massai, em 1621, refere que “na sobredita praia, que se diz de Quarteira, não há mais que uma só torre que se diz de Almenara” (GUEDES, 1988:112). As Memórias Paroquiais de 1758 atestam que “Tem um forte (Forte Novo) e uma torre (Torre de Quarteira), tem vigia de cavaleiros paisanos em toda aquela praia, de Maio até fim de Outubro...” (TT, vol. 21, nº 344, fl.1163).

Descrição: Construção quadrangular em forma de torre (fig. 3), com 125,40 metros quadrados e 466,6 metros cúbicos de pedra e que apresentava dois pisos; o primeiro piso, abobadado, comunicava com o segundo por escada de cantaria. A porta da entrada (fig. 4) apresentava-se a 4m acima do nível do solo circundante.

Em 1937, encontrava-se “...esventrada, em abominável saque...” (VIANA, 1939:30).

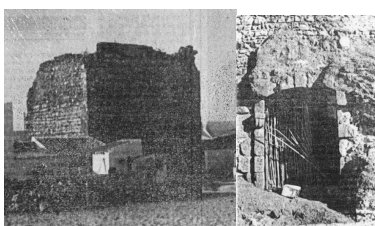


Fig.3 e 4 – Fotografias antigas (CALLIXTO, 1990:15).

O Forte Velho ou Torre de Quarteira foi vendido por 790\$00 em 1943 pelo Ministério das Finanças e posteriormente demolido. “Com as suas velhas pedras, e no mesmo local, foram construídas (...) moradias...” (PONTES, 1961:6).

Localização: Ocupava o lugar entre as ruas Gonçalo Velho e Gil Eanes. Freguesia de Quarteira, concelho de Loulé.

Alcance visual: Fazia a vigilância de uma grande extensão de praia, lugar que Massaii refere como tendo “uma boa légua (...) que nela se pode facilmente embarcar e desembarcar a pé enxuto” (GUEDES, 1988:112).

Cronologia: Segundo o General João de Almeida (1948:467), teria existido uma fortaleza medieval e que provavelmente D. Diniz teria mandado restaurar após

1297. Segundo Callixto, a referência mais antiga da sua existência “é do ano de 1574” (1990:15).

Planta: Planta quadrangular, com dois pisos, sendo o compartimento do primeiro piso coberto por abóbada, sustentada por uma coluna central (fig. 5).



Fig. 5 – Planta de Sande de Vasconcelos, *Mappa da Configuração de todas as Praças Fortalezas e Baterias do Reyno do Algarve* (CALLIXTO, 1982).

Técnica de construção: Alvenaria de pedra.

Intervenções: –

Artilharia: É indicada uma bateria no segundo piso. Teria sido artilhada durante a Guerra da Restauração. Constava de uma bateria lajeada, com um alojamento para a guarnição, conforme planta de Sande de Vasconcelos.

Data de abandono: Desartilhada, provavelmente, no 1º quartel do século XIX e abandonada em meados do mesmo (CALLIXTO, 1990:15).

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: No lugar onde existiu, foi construído um prédio posteriormente convertido em unidade hoteleira (Pensão Miramar).

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 3 Designação – FORTE NOVO DE LOULÉ

Outras designações: Forte Novo de Quarteira; Forte Novo ou da Armação; Fortaleza Forte Novo.



Fig. 6 – Ruínas do Forte Novo

Referências bibliográficas: Gomes, 1988; Teixeira, 1999/00; Almeida, 1835; Almeida, 1948; Callixto, 1978, 1982, 1983, 1987; Coutinho, 1997, 2001; Leal, 1873; Martins, 1984.

Descrição: Provavelmente assente sobre construção pré-existente, esta obra fortificada, de carácter permanente, acabou por desaparecer. Dispunha de uma bateria para o lado do mar e de um paiol subterrâneo. Uma escada de pedra dava acesso à bateria situada em plano superior ao da entrada. O avanço do mar provocou o recuo da linha de costa, derrocando a arriba onde o forte se localizava acabando por destruí-lo.

Este local tem sofrido grande processo erosivo e um recuo progressivo da costa e que se mantém até à actualidade (TEIXEIRA, 1999/00:48).

Ainda são visíveis algumas pedras aparelhadas na baixa-mar (fig. 6).

Localização: Coordenadas: 37° 03' 35''N / 8° 05' 13'' O. A “2750m a Este de Quarteira” (COUTINHO, 2001:121).

Alcance visual: Entrada do porto de Quarteira e grande extensão de mar e praia.

Cronologia: Edificado “...por mandado de D. João III, sobre ruínas de um castro lusitano...” (ALMEIDA, 1948:471).

“...data imprecisa (...) sendo a primeira indicação do Reinado de D. José I.” (CALLIXTO, 1987:129-130).

Existe um desenho da planta executado por Francisco Lobo Cardinal onde acrescenta que a fortificação teria sido levantada pelo povo de Loulé, à sua custa, e ainda sem artilharia (CALLIXTO, 1987:130). Contudo, Callixto refere que por volta de 1937, ao serem feitas obras de reparação e picadas as muralhas, foi posta a descoberto uma lápide (que desapareceu) com inscrição “IOANES TERCIVS 1 555” e por si fotografada.

Esta indicação vem corroborar a informação de João de Almeida, o que leva a crer que o Forte Novo se ergueu no local de fortificação pré-existente.

Planta: Quadrangular em estrela, com tenalha do lado Sul. Planta de Francisco Lobo Cardinal (fig. 7).

Técnica de construção: Alvenaria e cantaria, com pedras aparelhadas.

Intervenções: Segundo João de Almeida (1948:471), a fortaleza foi restaurada durante a Guerra da Restauração e em finais do séc. XVIII.

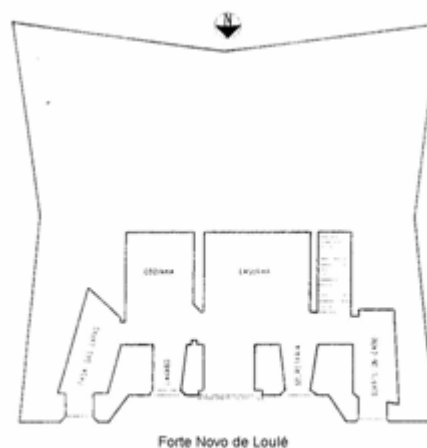


Fig. 7 (MARTINS, 1984:125)

Em 1849 estava a precisar de obras para as quais foi feito orçamento. Em 1854 as obras ainda não tinham sido efectuadas.

Em 1937-38 teve obras de reparação.

Em 1973 foi feita a construção de muralha de protecção por causa da desagregação das arribas.

Artilharia: Em 1765 tinha 2 Peças de ferro. Em 1792, 2 Peças de ferro e uma guarnição de 1 Cabo e 6 Soldados. Após as Invasões Francesas, armamento e guarnição são reduzidos. Em 1821 tem apenas 1 Peça de bronze. Com o desenrolar da Guerra Civil, foi reforçado o armamento, tendo, em 1831, 2 Peças de bronze.

Desartilhado depois da Guerra Civil.

Data de abandono: Desocupado em 1861. Em 1885, estava arrendado a um particular para servir de apoio a uma armação de pesca. Foi ocupado pela Guarda-Fiscal em 1892, que aí se manteve até 1977 (fig. 8), altura em que foi evacuado o dito posto, por ter ruído a parede do lado Sul.

Foi derrubado pelo mar, definitivamente, em 1981.

Estado actual: Ruínas submersas.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: Desclassificado.

Categoria de protecção: –

Propriedade: –



Ficha nº 4 Designação – BATERIA DO ANCÃO

Outras designações: Forte do Ancão.

Referências bibliográficas: Callixto, 1978, 1983, 1987, 1988; Coutinho, 2001; Gomes, 1988; Leal, 1873; Lopes, 1988.

Descrição: Bateria provisória construída de terra e faxina, com uma plataforma de madeira, onde laborava ora uma Peça, ora duas.

Tinha um telheiro de madeira a servir de quartel e uma barraca de junco para as munições.

Localização: Existem dúvidas quanto à sua localização.

“A Bateria do Ancão fica uma légua mais a Oeste da Bateria da Barreta onde acaba o esteiro do Ancão. É situada em um alto, que fica distante do mar pouco mais ou menos 1000 passos. É formada por três ramais, fazendo um, frente ao mar e os dois a Oeste e a Leste...” (Relatório do Capitão José Feliciano Farinha (1823), (CALLIXTO, 1983:307).

Segundo Callixto (1987:136), seria muito perto do local onde existira a Bateria de Farrovilhas, do outro lado do cordão de areia, que limitava a Ria de Faro, num alto, denominado Ancão.

Freguesia de Almancil, concelho de Loulé.

Alcance visual: Reduzido, devido ao local que ocupava.

Segundo o Relatório do Capitão José Feliciano Farinha (1823), os merlões formavam um monte de terra e o rochedo da costa apenas se descobria

quando se estava próximo da Bateria. Pela altura a que estava do mar, os seus tiros não eram rasantes “...razão porque a reputo de pouca utilidade no local que ocupa...”, (CALLIXTO, 1983: 307).

Cronologia: Provavelmente depois de 1815, uma vez que ainda não figura no relatório desse ano elaborado pelo Sargento-Mor de Engenharia, Eusébio de Sousa Soares (*IDEM*, 1978: 110).

Planta: Desconhecida.

Técnica de construção: Consistia numa plataforma de madeira com parapeito de terra sem revestimento algum, com cinco canhoneiras. (CALLIXTO, 1987:137).

Intervenções: Em 1821, o reparo em que a Peça de artilharia estava montada encontrava-se incapaz e os parapeitos caídos, apenas se conhecendo o sítio das canhoneiras. Em 1825, é feito orçamento e posteriormente reparada.

Em 1831, já se encontrava arruinada; o Coronel de Artilharia de Faro, Francisco Cipriano Pinto, reporta ser uma Bateria provisória, toda de terra, sem plataforma e com o parapeito demolido. Não deve ter voltado a ser reparada, porque em 1832, em comunicado do Governador Agregado da Praça, Major Francisco José Almeida, é informado que foram montadas mais três Baterias, algures nas praias do Ancão (*IDEM*, 1987:137).

Artilharia: Em 1816, possuía 1 Peça de bronze e uma guarnição composta por 1 Cabo e 4 Soldados.

Segundo o Relatório do Capitão José Feliciano Farinha (1823), esta bateria estava estrategicamente mal localizada, junto a um rochedo e distante do mar; o calibre da sua peça era insuficiente, bem como não fazia tiro rasante, por a

estrutura situar-se em local alto. “Tem capacidade para 5 Peças. Se estas fossem de grosso calibre o ramal de Oeste bateria a praia que há entre este e o Forte Novo (...) mas como a Bateria é guarnecida com 1 Peça de calibre 6, (...) os seus fogos não só não cruzam mas de nada servem em atenção ao rochedo que forma a costa (...). O mesmo acontece com o ramal que faz frente a Leste não podendo nunca defender toda a praia que há até à Bateria da Barreta, pela grande distância que há.” (CALLIXTO, 1983:307).

Em 1825, laboram 2 Peças.

Com o rebentar da Guerra Civil, são montadas 2 Peças de maior calibre e reforçada a defesa com mais três baterias implantadas na praia do Ancão, em locais não identificados.

Data de abandono: Provavelmente depois da Guerra Civil.

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 5 Designação – BATERIA DE FARROBILHAS

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Callixto, 1978, 1983, 1987; Coutinho, 2001; Leal, 1874.

Descrição: Provavelmente, no início da segunda metade do séc. XVIII, foi construída uma bateria provisória, em madeira, e artilhada, ora com uma Peça, ora com duas. Uma cabana de junco servia de alojamento.

Por assoreamento do vale, foram construídas sucessivas baterias que tiveram sempre a mesma designação. O solo arenoso e a acção do mar fizeram com que várias vezes fossem construídas ou reconstruídas “no mesmo local, ou mais à esquerda, ou mais à direita, segundo a consistência que o terreno oferecia” (CALLIXTO, 1987:133).

Embora Pinho Leal, em *Portugal Antigo e Moderno*, refira que a fortaleza de Farrovilhas se encontrava em bom estado (LEAL, 1874:140), em 1815 já estava abandonada, conforme Relatório do Sargento-Mor de Engenharia Eusébio de Sousa Soares (*IDEM*, 1987:136).

Este posto foi substituído pela bateria da Barreta.

Localização: Perto do antigo porto de Farrovilhas, a Sudoeste, em frente ao sítio do Ancão (fig. 9). Freguesia de Almancil, concelho de Loulé.



Fig. 9 - Bateria de Farrovilhas, Planta do IPCC, (COUTINHO, 2001:120).

Alcance visual: Voltada para o interior da Ria, para defesa de um canal que vinha da Barreta.

Cronologia: Há referências do ano de 1754 (CALLIXTO, 1978:107).

Planta: Várias baterias foram montadas, conforme as condições do terreno; eram construções provisórias em madeira.

Em 1793, tinha configuração rectangular, com parapeito de pequena altura.

Técnica de construção: Construção efémera em madeira.

Intervenções: Várias baterias foram construídas ou reconstruídas no local, durante o seu tempo de laboração.

Artilharia: Em 1754, tinha 1 Peça.

Em 1763, 2 Peças de bronze.

Em 1765, labora com 2 Peças de bronze de maior calibre.

Entre 1775 e 1776, as Peças são substituídas por outras de menor calibre.

Em 1788, tinha 1 Peça de bronze para servir de registo às embarcações.

Em 1793, mantinha 1 Peça.

Data de abandono: Em 1815, já estava abandonada, conforme Relatório do Sargento-Mor de Engenharia Eusébio de Sousa Soares (CALLIXTO, 1987:136).

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Concelho de Faro

Ficha nº 6 Designação – CASTELO E MURALHAS DE FARO

Outras designações: Fortaleza de Faro.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Callixto, 1983, 1987, 1988; Catarino, 1997, 2002; Coutinho, 1997, 2001; Gamito, 2001; Guedes, 1988; Guerreiro e Magalhães, 1983; Lameira, 1997, 2000, 2003; Leal, 1873; Lobo, 2006; Lopes, 1848, 1988; Magalhães, 2002, 2008; Paula e Paula, 1993; Rosa, 1975, 1984, 1991; Torres e Macias, 1998; Torres, Macias e Gomez, 1999;

http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=74878;

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=2986;>

[http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=16577.](http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=16577)



Figuras 10 e 11 – Muralhas e Castelo de Faro, Google Earth 4.2.

Descrição: A cidade de Faro (fig. 10) já seria uma cidade fortificada em época pré-romana (ROSA, 1991:42); foi amuralhada em época romana mais por prestígio do que por necessidade, uma vez que a *pax romana* já estava consolidada (GAMITO, 2001:840).

Teve ocupação bizantina entre 552 e 624, de que restam vestígios nas duas torres do lado nascente da muralha, de base semi-cilíndrica e restante parte polifacetada (LAMEIRA, 2003).

Durante o domínio islâmico, a cidade atingiu a sua aura de praça-forte em finais do século IX com Bakr ben Bakr, que fez construções (TORRES *et alii*, 1999:136) como a alcáçova, a sul da medina e alargou a muralha reaproveitando as estruturas romano/visigóticas (MAGALHÃES, 2002:53).

Temos, ainda, de época islâmica, as torres albarrãs na entrada do Arco do Repouso e o arco ultrapassado, com aduelas bicromáticas alternadas, integrado na estrutura do Arco da Vila, exemplar único *in situ* no Algarve (fig. 12).



Fig. 12

O castelo medieval e que corresponde à alcáçova árabe teve três portas, duas para o exterior e uma para a medina, muralhas e oito torres em todo o seu perímetro, uma delas de menagem. Sofreu muitas alterações que conduziram à sua descaracterização. Foi transformado em castelo cristão, (anexo 1a) depois quartel e seguidamente em unidade fabril (passando por várias funções, tais como depósito de alfarroba, fábrica de álcool). A posterior construção da fábrica da cerveja ocupou o interior e sobrepôs os seus edifícios (fig. 11) à muralha do castelo e torreões (anexo 1b).

A parte conhecida por Vila-a-Dentro, com cerca de 7ha intramuros, é delimitada pela muralha defensiva, originalmente banhada pelas águas da ria a Sul e a Nascente, só deixando de o ser em finais do século XIX com o aterro efectuado para a construção do caminho de ferro que chegou à cidade em 1903.

A muralha foi em muitos troços demolida, substituída ou ainda aproveitada pelos edifícios que se lhe adossaram; restam, ainda, extensos panos. Seria mais alta, com cerca de 7m, mas os vários aterros efectuados diminuiram-lhe a altura (ROSA, 1991:44).

A muralha visível começa uns metros à direita da Direcção de Finanças, seguindo até um torreão, o Cubelo do Registo ou da Vigia, interrompida pela Cooperativa Agrícola, apresenta em seguida uma secção ligeiramente inclinada resultado de consolidação (ROSA, 1975:77); segue até à Porta Nova e uns metros a seguir a esta apresenta ameias com seteiras consolidadas à face com cimento; continua até inflectir em direcção às duas torres (ambas com telhado de quatro águas), onde, entre as quais existia a Porta do Mar. Salienta-se a seguir o Revelim ou Baluarte da Mesa dos Mouros a envolver um torreão. O pano é interrompido pela abertura para a Rua do Castelo, recomeçando na torre quadrangular que dá início à fachada da antiga Fábrica da Cerveja. No extenso pano virado ao Largo de S. Francisco, sobressaem duas torres de tradição bizantina, de base semicircular e topo polifacetado; continuando até ao Arco do Repouso, onde se salientam duas torres albarrãs. Segue-se um torreão quadrangular sobre o qual foi construído um mirante. A muralha continua na R. José Maria Brandeiro, sendo interrompida por construções, voltando a aparecer

na Rua do Albergue, bem como uma torre semicircular rematada por muro arestado e rebocado. Entrando pela Porta da Vila, resta, ainda, um segmento intramuros, à esquerda.

Localização: Coordenadas: 37° 00' 42'' N / 7° 56' 01'' O. No local conhecido por Vila-a-Dentro, numa pequena colina banhada pela ria dos lados nascente e sul.

Freguesia da Sé, concelho de Faro.

Alcance visual: Fazia a vigilância do porto e canais de acesso.

Cronologia: Aquando da construção das muralhas pelos romanos no séc. II, já seria uma povoação fortificada da Idade do Ferro.

Depois da ocupação islâmica, o perímetro da muralha foi alargado e reforçado e construído o castelo. Estas construções datam do século IX, época emiral/califal.

No séc. XI, junto à actual Porta da Vila (Porta de N^a Sr.^a de Entre Ambas as Águas), foi aberta uma porta em cotovelo, com arco ultrapassado, de tradição clássica seguindo o modelo de Córdova. Em período Almóada (séc. XII), são construídas as duas torres albarrãs para defesa de uma das entradas, no local hoje conhecido por Porta do Repouso (antiga Porta das Freiras).

Planta: Planta de forma elíptica, orientado o eixo principal no sentido norte-sul.

Técnica de construção: Alvenaria de pedra, taipa, cantaria e tijolo.

Intervenções: Após a reconquista, D. Afonso III mandou reedificar e reforçar a muralha, sendo a alcáçova adaptada a castelo cristão.

Em 1540, D. João III, ao elevar Faro a cidade, mandou reparar toda a fortaleza por se encontrar bastante arruinada. Ainda no séc. XVI, no reinado de D. Sebastião, é anexado o revelim, no canto sudeste da fortaleza, também conhecido por Mesa dos Mouros.

Com o advento da artilharia toda a estrutura é adaptada às novas tecnologias. Provavelmente após o ataque inglês de 1596, e uma vez que muralhas e castelo se revelaram inúteis para a defesa da cidade, conforme Sarrão, foram construídos “dois baluartes fora do castelo, pegados ao muro” (Guerreiro e Magalhães, 1983:163), edificados entre a Porta Nova e a Porta do Mar, no lugar onde estariam duas torres ameadas, sendo transformadas e providas de plataformas para instalar bocas de fogo; seriam os baluartes de São Jorge e São Sebastião, de que fala Massai, aquando da sua visita de inspecção às fortificações do Algarve. Em 1630 já estaria aberta a Porta Nova que dá para o actual cais da cidade.

Durante a Guerra da Restauração, são efectuadas reparações e adaptações. Em 1654, o Governador e Capitão General do Algarve, D. Nuno de Mendonça, Conde de Vale de Reis informa, em Relatório, terem sido as torres do castelo derrubadas para igualar em altura com as cortinas para uso de artilharia; informa, ainda, terem sido feitas várias reparações com especial atenção para os baluartes de São Jorge e S. Sebastião e ter iniciado a construção de quartéis para os soldados no interior do recinto perto do castelo e refeito parte do fosso que delimitava a muralha pelo lado de terra (CALLIXTO, 1987:126).

Na primeira década de Setecentos, é refeita a entrada do Arco do Repouso, ficando entaipado um dos arcos de uma das torres albarrãs com a construção da ermida de N^a Sr.^a do Repouso.

Com o terramoto de 1755 castelo e muralhas sofreram muito dano sendo, posteriormente, alvo de reparações e melhorado o revelim, segundo a tipologia Vauban, para defesa do principal canal da ria (ROSA, 1991:49).

No último quartel do séc. XVIII, por ordem do então Governador e Capitão General, D. António José de Castro, Conde de Resende, o castelo foi alterado e adaptado a Quartel do Regimento de Artilharia, o qual foi adossado a três lados do castelo, ficando de planta em “U”. Ainda, no séc. XVIII, foi construído o Trem da Artilharia, com oficinas para a confecção de reparos para as peças de artilharia (hoje Galeria Trem), e o Armazém da Praça adossado ao lado Norte do castelo.

No séc. XIX, entre as torres albarrãs foi aberto um arco para facilitar a circulação. Partes da muralha foram derrubadas, partes vendidas de que resultou a sua adaptação a várias habitações.

Ainda no séc. XIX, em tempo do bispo do Algarve, D. Francisco Gomes do Avelar e Governador General Interino, foi construído o Seminário Episcopal junto ao recinto amuralhado e refeito o Arco da Vila, pelo arquitecto genovês Francisco Fabri, ficando a entrada ligeiramente à frente do pano da



Fig 13

muralha e a porta árabe no seu interior, sendo, na altura, entaipada. Segundo o Professor Pinheiro e Rosa este espaço já teria sido alterado entre 1773-1789 e parte da muralha à esquerda do Arco já estava derrubada (ROSA, 1991:51).

O Castelo foi ocupado por particulares ficando, em 1897, aí instalada uma fábrica de álcool (fig. 13).

Em 1923, a nascente do revelim, foi feito um rasgo na muralha com 8,15m para servir de passagem, hoje Rua do Castelo.

Em 1931 foi iniciada a construção da Fábrica da Companhia Produtiva de Malte e Cerveja Portugália sobre o castelo (e quartel); actualmente utilizada como espaço cultural.

Em 1940, efectuado o restauro total das portas da vila.

Em 1966, recuperada a torre do extremo sul.

Em 1969, reparação geral das muralhas.

Em 1983 e 1986, reparação de rombos e refecho de juntas.

Ainda nos anos oitenta, a Câmara Municipal começou a recuperar o recinto murado desafiando-o de muitas construções anexas às muralhas.

Em 1992, recuperação do Arco da Vila e do Repouso (fig. 14).

Em 1997-99, recuperação da área envolvente.

Em 2000, recuperação da Fábrica da Cerveja.



Fig.14

Artilharia: Provavelmente em finais do séc. XVI, duas torres ameadas (os baluartes de S. Jorge e de S. Sebastião), após transformação, foram providas de artilharia; mas quando por volta de 1617, Massaii inspeccionou o castelo e a

muralha, a artilharia existente encontrava-se em muito mau estado; constava de 15 Peças, 4 das quais em estado de servir. Das 15 Peças referenciadas, um berço de bronze encontrava-se “...em uma das Torres dos Muros...”, sem aviamentos e sem uso, 3 no Baluarte de São Sebastião sem reparos nem aviamentos e 11 no Baluarte de S. Jorge, algumas “encavalgadas” (GUEDES, 1988:109).

Após a Guerra da Restauração são efectuadas reparações nos Baluartes de São Jorge e São Sebastião e dotados de nova artilharia e o revelim de canhoeriras.

Em 1792, o Conde de Oeynhausen, em inspecção à cidade, informa que o projecto de reformas anteriormente efectuado “não teve efeito por se achar (a cidade) dominada pelas alturas imediatas que a cercam” (CALLIXTO, 1987:126), referindo-se à altura dominante de St.º António do Alto, pelo que se conclui que a eficácia da artilharia seria reduzida.

Em 1821, o 1º Tenente de Engenheiros Gregório António Pereira de Sousa, em Relatório de Inspecção, refere que na bateria do Castelo existiam 2 Peças de bronze que serviam para os Soldados do Regimento de Artilharia aprenderem a fazer exercícios. Existiam nos telheiros 15 Peças de bronze, um Obús para concerto e mais 10 Peças em bom estado (CALLIXTO, 1998:68). O paiol, com grande quantidade de barris de pólvora, estava fora da cidade, situado a norte. Informa, ainda, que o Trem, com as suas diferentes oficinas, confeccionava reparos e apetrechos para todas as Praças de Guerra do Algarve.

Em 1823, o Capitão de Engenharia José Feliciano Farinha, ao inspeccionar o estado das fortificações, corrobora a opinião do Conde de

Oeynhausen ao afirmar que “A vantagem desta fortificação podia ser útil, pouco depois da invenção da pólvora, mas ao presente não tem utilidade alguma por ser toda batida e dominada pela altura de St.º António do Alto, que lhe fica muito próxima” (CALLIXTO, 1983:304). Com efeito, aquando da Guerra Civil (1828-1834), a defesa da cidade concentrou-se (em 1834) nos baluartes e nas baterias montadas ao longo da Cerca Seiscentista e em St.ºAntónio do Alto.

Data de abandono: Séc. XIX, mantendo alguns equipamentos, mas já não funcionando como reduto militar.

Estado actual: O que resta das muralhas encontra-se em bom estado de conservação.

Utilização actual: Espaço multi-funcional: com utilização habitacional, cívica, cultural, comercial e religiosa.

Situação patrimonial actual: Classificado.

Categoria de protecção: IIP. Imóvel de interesse público. Dec.nº45/93, DR 280 de 30 de Novembro de 1993.

Beneficia de Zona de Protecção, nos termos do ponto 1 do Artigo 43º da Lei nº107 de 08 de Setembro de 2001.

Propriedade: Pública: estatal. Privada: pessoa singular.

Ficha nº 7 Designação – ATALAIA DO CABO DE SANTA MARIA

Outras designações: Atalaia da Barra de Faro, Torre de Santa Maria.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Callixto, 1987; Coutinho, 2001; Gamito, 2001; Gomes, 1988; Silva, 1998.

Descrição: No “rio” de Faro, construída em chão de areia, sujeita à acção das correntes e marés, não teria resistido muito tempo.

Localização: No Concelho de Faro, em local não conhecido com precisão; provavelmente no Cabo de Santa Maria, também chamado Ilha dos Cães.

Segundo o cronista João Cascão, aquando da visita de D. Sebastião a Faro, em 1573, “El-Rei se meteu em um bergantim (...) e foi ver a torre das Vigias e a Ilha que está no próprio Rio” (IRIA, 1976:109). É provável que a Torre das Vigias que El-Rei visitou fosse esta Atalaia, no entanto, não aparece referida como tal na “Descrição” de Alexandre Massaii. Todavia, este refere que “a cidade se vigia em quatro partes ou postos, os quais são na barra” (GUEDES, 1988:110).

Alcance visual: Faria a vigilância do acesso a Faro.

Cronologia: –

Planta: –

Técnica de construção: –

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: –

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Designação –

Ficha nº 8 Designação – TORRE DO NATAL

Outras designações: Torre Natal, Torre de Natal.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Coutinho, 2001; Gamito, 2001; Gomes, 1988; Silva, 1998.

Descrição: Esta torre que servia de atalaia e de que só resta hoje o topónimo, situar-se-ia no outeiro do mesmo nome a uma cota de 45m e a 3,5km a Nordeste da cidade de Faro; fazia parte de uma segunda linha de defesa, controlando os campos cultivados em redor e constituiria um reforço de vigilância à torre de Santo António do Alto.

Localização: Lugar de Torre do Natal, freguesia da Conceição, concelho de Faro.

Alcance visual: Campo e outeiro de Santo António do Alto. Faria vigilância à cidade de Faro pela retaguarda, coadjuvada pela Torre de Santo António do Alto.

Cronologia: Desconhecida, provavelmente Islâmica; (o topónimo “Torre do Natal” pressupõe a existência de torre, e “Natal” poderá ser a corrupção fonética do vocábulo árabe “nabal”, que significa arqueiro, atirador).

João de Almeida atribui-lhe a data de construção, possivelmente, do reinado de D. Afonso III, após a tomada de Faro (1948: 405).

Planta: –

Técnica de construção: –

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 9 Designação – TORRE DE SANTO ANTÓNIO DO ALTO

Outras designações: Atalaia de Santo António, Forte de Santo António do Alto, Torre de Santo António.

Referências bibliográficas: Callixto, 1983, 1987; Coutinho, 1997, 2001; Gamito, 2001; Guedes, 1988; Rosa, 1991; Silva, 1998; Weinholz, 1947;

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=3295>.



Fig. 15

Descrição: Originalmente, localizava-se fora da muralha urbana fazendo vigilância dos campos em redor e dos acessos por mar, a Faro. Tinha dois pisos, sendo a entrada efectuada por porta lateral, a Nordeste, acedendo ao piso superior. As intervenções posteriores e a capela que lhe foi adossada configuraram-lhe o aspecto que hoje exhibe, de três pisos e um terraço (fig. 15).

Localização: Coordenadas: 37° 01' 09'' N / 7° 55' 12'' O. Lugar da Atalaia, Alto de Santo António. Freguesia da Sé, concelho de Faro.

Já em tempo de Sarrão (1600), o local era conhecido como “lugar da Atalaia”, (GUERREIRO e MAGALHÃES, 1983:163).

Alcance visual: A Norte a campina, a Sul a ilha de Faro, a Sueste a barra nova, a Este a antiga barra de Olhão. Massai refere que daí se fazia vigilância com um homem de dia e três de noite.

Segundo Sarrão, “...descobrem dali tanta vista, que é coisa admirável, e aparece daí a vila de Albufeira e outras muitas terras”, (GUERREIRO e MAGALHÃES, 1983:164).

Cronologia:

É muito provável que tenha sido originalmente uma atalaia edificada no tempo da ocupação islâmica, inserida num *ribat* e mais tarde cristianizado. Segundo Gamito, há notícia da existência de um *ribat* perto de *Uxunuba*; pelas características dos próprios *ribats*, mosteiros de monges guerreiros eremitas, a localização exigia um local isolado, afastado da cidade, mas suficientemente perto para a proteger (GAMITO, 2001:840 e 843).

O professor Pinheiro e Rosa alude a que “a atalaia existiu desde, pelo menos, o século XIII” (ROSA, 1991:54).

Planta: Quadrangular, com três pisos e um terraço.

Técnica de construção: Não determinável por estar toda rebocada e caiada.

Intervenções: Provavelmente remodelada, conforme lápide no interior da sacristia, com inscrição do reinado de D. Afonso IV (1352, após tirados 38 anos à Era). No séc. XV ou XVI foi adossada uma ermida de veneração a Santo António.

No século XX foi acrescentado o terceiro piso com funções de posto elevatório de água.

Artilharia: Por altura das lutas liberais, o local foi fortificado com trincheira e um assentamento de baterias, o que originou o abandono e decadência das muralhas de Faro, dada a altitude e abrangência dos canhões aí colocados,

conforme o Relatório do Capitão José Feliciano Farinha em 1823 (CALLIXTO, 1983:304).

Em 1834, teve 3 Peças de artilharia e uma guarnição de 50 homens (WEINHOLTZ, 1947:1).

Data de abandono: Ainda existente, mas com outras funções.

Estado actual: Bom estado de conservação.

Utilização actual: Local de culto e miradouro.

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: Pública municipal. Património da Igreja.

Ficha nº 10 Designação – CERCA SEISCENTISTA

Outras designações: Muralha Seiscentista.

Referências bibliográficas: Callixto, 1989; Coutinho, 1997; Lameira, 1997; Magalhães, 2008; Paula e Paula, 1993; Rosa, 1991;

http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=72814.

Descrição: Após a Guerra da Restauração, o receio de possíveis ataques por parte dos espanhóis levou a que fosse construída, pelo lado de terra, uma cerca de protecção que delimitava os arrabaldes onde vivia o grosso da população.

Consistia numa linha abaluartada com cerca de 4m de altura segundo o estilo Vauban, adaptada ao uso da artilharia, envolvendo a cidade a Norte e a Nascente, com fosso exterior.

Em 1833-34, aquando das lutas entre liberais e absolutistas voltou a ter protagonismo sofrendo algumas alterações e remodelações. Considerada “fortificação passageira”, acabou por ser esquecida e abandonada.

Existem ainda hoje alguns troços (anexo 2a); partindo da Escola de Hotelaria, canto sul, surge um “apontamento” embebido ao longo da parede do edifício (anexo 2b); é de seguida aproveitada como muro de casas e quintais, reaparecendo à vista nas traseiras da Escola Secundária Joaquim Magalhães, interrompida pela Rua Dr. Pereira de Sousa e Rua de D. Teresa Ramalho Ortigão (anexo 2c), passando por detrás da Casa de Fresco (anexo 2d); ao longo do comprimento, surge uma casa adossada e outra no ângulo reentrante. Sobressai o

ângulo abaluartado (anexo 2e), seguindo até à passagem por debaixo de um edifício, reaparecendo imediatamente a seguir duas pequenas parcelas da Cerca, entre traseiras de casas (estes troços não tiveram recuperação / valorização) (anexos 2f e 2g). O reaparecimento da Cerca dá-se depois em frente à entrada do cemitério, parte resguardada pela intervenção feita, onde é visível outro canto de baluarte e parte de parede na rotunda. A ligação entre estes dois elementos próximos é feita por um apontamento em calçada que atravessa a estrada e desaparece perto da Ermida de N^a Sr.^a da Esperança (anexo 2h). A Cerca volta a surgir na Rua de Loulé, n^o 2 e 4, que corresponde à parede da peixaria Silvestre e casa adjunta (anexo 2i).

Localização: Coordenadas: 37° 00' 52' N / 7° 55' 47' O. Fazendo a protecção da retaguarda da cidade, esta construção da época da Restauração, partia por detrás do Convento de S. Francisco, junto à Ria, formando meio baluarte, seguia em direcção ao pé da Cruz rodeando a Ermida e formando um baluarte; inflectia a Norte passando pelo Colégio dos Jesuítas (Teatro Lethes) constituindo o perímetro da Horta do Colégio outro baluarte; seguia até à Ermida de N^a. Sr.^a. da Esperança formando outro baluarte; passava por detrás da actual Igreja do Carmo formando novo baluarte, inflectindo depois pela Rua da Atalaia em direcção à Ermida de S. Sebastião, mas ficando esta propositadamente fora da Cerca por se tratar de santo protector contra as pestes, e, como tal, a Ermida devia situar-se nos arrabaldes da cidade; continuava pela Rua de Loulé ficando entre esta e parte da Rua Infante Dom Henrique o quinto baluarte; inflectia a sul passando perto e a

Este do Largo da actual Estação da C.P. para terminar, em meio baluarte, por detrás da Rodoviária, junto à Ria.

Abrange as freguesias da Sé e de S. Pedro. Concelho de Faro.

Alcance visual: Retaguarda da cidade e vias de acesso.

Cronologia: Construção iniciada em 1660, no reinado de D. Afonso VI.

Planta: Linha fortificada irregular composta por cinco baluartes e dois meios baluartes.



Fig.16 – “Planta do contorno exterior da Praça de Faro, e parte da Campanha Vizinha que indica todas as obras de fortificação construídas para sua defesa, pelo 2º Tenente Engenheiro Rufino António de Moraes. Fevereiro de 1834”

(CALIXTO, 1989:57).

Técnica de construção: Alvenaria de pedra, reforçada e alargada em 1834 com construções de saibro (argila e areia) e revestimento de cal.

Intervenções: Progressivamente abandonada em virtude de não se ter concretizado a invasão espanhola, sofreu bastante ruína com o terramoto de 1755, Invasões Francesas e durante a Guerra Civil.

No ano de 1834, sob o comando do Coronel Engenheiro António Benardino Pereira do Lago foi intervencionada e acrescentadas baterias, conforme projecto do 2º Tenente Engenheiro Rufino António de Moraes (fig. 16). Em “Memória Explicativa”, com a planta do contorno exterior da Praça de Faro, o Coronel Pereira do Lago refere ter sido a Cerca só em parte aproveitada nos troços desde o Convento de S. Francisco até ao Baluarte do Colégio dos Jesuítas; o resto da Cerca, por se achar arruinada, levou a que fosse desenhada uma linha abaluartada para fora dos limites daquela, desde o Colégio até mais a Norte, a que denominou de “fortificação passageira” (CALLIXTO;1989:55) por se tratar de uma linha defensiva de carácter provisório constituída por trincheiras interiores, baterias e redutos.

Em 1980-81, foi feita a recuperação da zona Este.

Em 2003, recuperação dos segmentos junto à Ermida de N^a Sr.^a da Esperança. Em 2007-08, trabalhos de recuperação e valorização com remoção / movimentos de terras, alvenarias, pavimentos, pinturas, drenagem de águas pluviais, sinalética e iluminação, junto à Casa de Fresco.

Artilharia: O grosso da artilharia teve-o aquando da Guerra Civil, no ano de 1834, com, pelo menos, 19 Peças e 3 Morteiros.

Dentro do perímetro da Cerca estavam localizadas cinco baterias: a Bateria da Rainha, no meio baluarte do ângulo do Convento de S. Francisco,

junto à Ria, com um Morteiro; a Bateria do Pé da Cruz, no baluarte do mesmo nome; a Bateria das Alcassarias, entre a Rua das Alcassarias e a actual Rua Almeida Garret; a Bateria Napier, com um Morteiro, no baluarte da Horta do Colégio dos Jesuítas; a Bateria da Solla, com um Morteiro, no meio baluarte do extremo oeste da Cerca.

Fora dos limites da Cerca situavam-se as restantes baterias: a da Constituição a Sudoeste da Bateria da Solla; a do Barão de Faro cobrindo a entrada da cidade pela Estrada de Loulé. Seguia-se a Bateria da Duquesa de Bragança, cobrindo a estrada da Sr.^a da Saúde e área envolvente; o Reduto do Duque de Bragança e a Bateria da Flecha faziam protecção à Estrada para a Campina, para S. Brás e terrenos adjacentes.

Havia, ainda, entre a Flecha e a Bateria Napier, o Espaldão, espaço para ensino do uso de Morteiros.

Trincheiras interiores e fossos exteriores complementavam a defesa. Todas as Baterias cruzavam os seus fogos e se flanqueavam para baterem todo o terreno.

Data de abandono: Após a Guerra Civil entre Liberais e Absolutistas.

Por ter sido considerada fortificação passageira levou a que, nos finais do séc. XIX, fosse abandonada e parte destruída com a construção da Estrada da Circunvalação e da linha de caminho-de-ferro que cortou os dois meios baluartes.

Estado actual: Dos troços existentes apenas não foram valorizados os dois segmentos ao final do troço E.H.T.A. (Escola de Hotelaria e Turismo do Algarve) – Casa de Fresco. Todos os outros referidos na descrição foram

valorizados, se bem que a maior parte do comprimento da Cerca tenha sido embebida por edifícios ou destruída para acessos (fig. 17 e 18).



Fig. 17 e 18 – Troços remanescentes da Cerca Seiscentista.

Utilização actual: Devoluta.

Situação patrimonial actual: Classificado.

Categoria de protecção: IIP. Imóvel de interesse público. Dec.nº67/97, DR 301 de 31 de Dezembro de 1997.

Beneficia de Zona de Protecção, nos termos do ponto 1 do Artigo 43º da Lei nº107 de 08 de Setembro de 2001.

Propriedade: Privada. Pública municipal.

Ficha nº 11 Designação – BATERIA DA BARRA NOVA

Outras designações: Forte da Barra Nova

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Callixto, 1978, 1982, 1987, 1988; Coutinho, 1987, 2001; Gomes, 1988; Leal, 1873; Lopes, 1988.

Descrição: Consistia em duas plataformas de madeira sem parapeitos, sobre a areia, levantadas uma braça (1,8288m) do nível do mar. Tinha uma barraca de palha a servir de paiol e dois telheiros de madeira para alojamento das tropas.

O nome desta bateria advém-lhe por ter sido construída na ilha da Culatra, junto ao local onde o mar abriu uma nova barra. Silva Lopes chama-lhe Barra Nova ou de Junot, “por se abrir no tempo em que ele ocupava Portugal” (LOPES, 1988:117) o que ocorreu em 1807. Contudo, achamos que a abertura desta barra se verificou antes, uma vez que a designação de “Barra Nova” já vem referenciada nas *Memórias Paroquiais* de 1758 e também em “O Mapa das Fortificações” de José Sande de Vasconcelos quando este exercia no Algarve o cargo de Tenente-Coronel, o que ocorreu entre 1784-1790.

Localização: A “meia légua a Este de Faro” (LOPES, 1988:117), “...na ponta nordeste da ilha da Culatra” (ALMEIDA, 1948:403).

Freguesia da Sé, concelho de Faro.

Alcance visual: Entrada da Barra de acesso a Faro e Olhão.

Cronologia: As primeiras indicações da sua existência datam de 1807 (CALLIXTO, 1988: 142), altura das Invasões Francesas. A ter existência anterior

a esta data, estaria referenciada em o “Mapa das Fortificações” de J. Sande de Vasconcelos, o que não acontece; com efeito, Sande de Vasconcelos só faz referência à Barra Nova e não à bateria.

Planta: “São duas plataformas de madeira, de 6 passos ordinários, quadrados”, conforme o 1º Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Gregório António Pereira de Sousa, de 21 de Maio de 1821 (CALLIXTO, 1988:67).

Técnica de construção: Composta por duas plataformas de madeira, sem parapeitos.

Intervenções: Desconhecem-se quaisquer intervenções; apenas indicações sobre o estado. Há observações nesse sentido informando que devia ser conservada por ter utilidade estratégica, conforme Relatório do Sargento-Mor Euzébio de Sousa Soares, de 12 de Fevereiro de 1815 (CALLIXTO, 1987:142) e em 1825 “... estarem podres as plataformas de madeira...”, segundo a Comissão de Oficiais do Real Corpo de Engenheiros (*IDEM*:143).

Artilharia: Em 1807 tinha 5 Peças de bronze e em relatórios de 1816, 1821, 1825, 1831 e 1832 tinha apenas 2 Peças de bronze.

Data de abandono: Provavelmente depois da Guerra Civil de 1828-1834. A última referência encontrada data de 1832 (CALLIXTO, 1978:115).

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 12 Designação – BATERIA DA BARRETA

Outras designações: Forte da Barreta.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Callixto, 1978, 1987; Coutinho, 1997, 2001; Gomes, 1988; Leal, 1873; Lopes, 1988.

Descrição: Construída para substituir a Bateria de Farrovilhas, esta obra de arquitectura efémera começou por ser uma plataforma sobre um banco de areia, sendo posteriormente substituída por outra de lajes. Tinha ao lado uma barraca de palha para servir de abrigo à guarnição e outra a servir de paiol.

Localização: À entrada da pequena barra com o mesmo nome, a 4,5km a Sul da cidade de Faro na ponta Noroeste da ilha da Barreta e a cerca de 5km a Oeste da Bateria do Ancão.

Freguesia da Sé, concelho de Faro.

Alcance visual: Faria a vigilância da entrada para Faro, pela Barrinha, no lado Oeste da ilha da Barreta.

Cronologia: Provavelmente construída por altura das Invasões Francesas.

Segundo Callixto, a mais antiga referência data de 1807 (1987:138).

Finais do século XVIII, inícios do XIX, (COUTINHO, 2001:102).

Planta: Em 1821, era uma plataforma quadrangular de madeira com seis pés de largo. Rectangular, em 1831, com dez pés (1pé = 30, 480cm) e oito polegadas (1 polegada = 0,0254m) de comprimento e oito pés e oito polegadas de largura (CALLIXTO, 1987: 139).

Técnica de construção: Sabe-se que, em 1821, consistia de uma plataforma de madeira assente na areia e sem parapeito. Foi posteriormente substituída por outra de maiores dimensões, referida no Relatório de 1831. Lajeada em 1832.

Intervenções: Em 1825, as barracas de junco a servir de paiol e alojamento das tropas sofreram melhoramentos; em contrapartida, a plataforma de madeira estava podre, conforme reconhecimento feito por uma Comissão de Oficiais do Real Corpo de Engenharia; posteriormente, deve ter sido reconstruída porque em 1831, no Relatório de Inspeção elaborado pelo Coronel de Artilharia de Faro, Francisco Cipriano Pinto, é dada como tendo maiores dimensões. (CALLIXTO, 1987:139).

Por volta de 1832, a plataforma foi substituída por outra de lajes.

Artilharia: Teve 1 Peça de bronze até à data do seu abandono.

Data de abandono: Provavelmente depois da Guerra Civil, porque em 1840 já estava abandonada, conforme Relatório do Major Francisco António Garcez (*IDEM*, 1987:140). Em 1841, Silva Lopes refere que “... os fortes e baterias da costa estão abandonados, e inútil seria repará-los” (LOPES, 1988:73).

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 13 Designação – BATERIA DA LAMA (1*)

Outras designações: Bateria do Registo (2*), Bateria de S. João, Bateria do Cais, Forte da Lama (3*), Vigia do Registo (4*).

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Callixto, 1978, 1982, 1987, 1989; Coutinho, 2001; Gomes, 1988; Lopes, 1848; Paula e Paula, 1993.

1* – Bateria da Lama por se situar no ancoradouro de Faro, em frente às Quatro Águas, “formada por leivas e morraça” (CALLIXTO, 1987:149).

2* – A designação de Bateria do Registo pela qual a denomina, no Relatório de 1821, o 1º Tenente do Real Corpo de Engenheiros por servir de registo às embarcações. Todavia, o Tenente Gregório António Pereira de Sousa também informa que servia “...aos Milicianos e Artilheiros Ordenanças para aprenderem exercícios de Artilharia” (CALLIXTO, 1988:69). Será provavelmente a bateria que J. Sande de Vasconcelos indica como Bateria do Laboratório (CALLIXTO, 1982).

3* – Referenciado em planta feita de memória por José Gualdim Ferreira, em 1832 e publicada por Silva Lopes em *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve* (ROSA, 1975:62) (fig. 19).



Fig. 19

*4 – Referenciada por Silva Lopes, em *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, “Na Torre do Poço das Naus, que se chama da Vigia do Registo...” (1848:31). “...o denominado *Poço das Naus*, próximo da Porta Nova, onde é o ancoradouro dos navios, por ser de muito fundo” (1848:347).

Descrição: Esta bateria, nem sempre localizada no mesmo local, teria adoptado várias designações conforme o lugar e as funções que desempenhava.

Localização: Freguesia da Sé, concelho de Faro.

Alcance visual: Entrada do porto de Faro.

Cronologia: Desconhecida. As primeiras referências datam de 1788.

Planta: Desconhecida. Pela planta de J.S. de Vasconcelos, tinha um parapeito à barba, voltado à Ria (CALLIXTO, 1982).

Técnica de construção: Em 1821, Gregório A. Pereira de Sousa refere, em Relatório, que se encontrava “sem plataforma, ou parapeito...” e continuava a exercer as funções de Registo e exercícios de artilharia (CALLIXTO, 1988:69).

Segundo o Coronel de Artilharia de Faro Francisco Cipriano Pinto, em Relatório de 29 de Novembro de 1831, sem informar o nome da bateria, informa que tinha “... duas frentes e uma porção de lajedo sobre a qual estava montada 1 Peça de artilharia” (*IDEM*, 1987:149).

Intervenções: João de Almeida refere que foi “...reconstruída em 1770...” (1948:404). Desconhecemos de onde o General recolheu esta informação.

Artilharia: Em 1788 tinha 4 Peças montadas.

Em 1792, 6 Peças de ferro, montadas.

Em 1821, 5 Peças de bronze, montadas em reparos de campanha.

Em 1825, 1 Peça de artilharia.

Em 1831, 1 Peça de artilharia.

Data de abandono: Provavelmente depois da Guerra Civil.

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Concelho de Olhão

Ficha nº 14 Designação – TORRE DE ALFANXIA

Outras designações: Atalaia de Alfanzil, Atalaia de Alfanzia, Torre de Alfanzina, Atalaia do Torrejão.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Coutinho, 2001 (1*); Gamito, 2001; Gomes, 1988; Lapa, 1957; Lopes, 1988; Marques, 1995; Oliveira, 1906; Proença, 1927; Silva, 1998.

1* – É designada como “Atalaia do Torrejão”, mas chega-se à conclusão de que se trata da torre denominada Alfanzia, pelo estado actual, localização e vestígios de uma “esquina de parede”.



Fig. 20 – Área de ruínas

Descrição: No cimo do Outeiro do mesmo nome, à cota 44, esta torre, tal como a da Amoreira, integrava uma segunda linha de vigia de interior controlando os campos ao redor. Perto de um afluente da Ribeira do Tronco, fazia, também, vigilância a silos e fornos cerâmicos das cercanias (MARQUES, 1995:75 e 79).

Existe um amontoado de pedras, resultante de derrube; são ainda visíveis partes de duas paredes, a mais alta das quais com cerca de 90cm de altura.

Localização: Coordenadas: 37° 03' 47.3" N / 07° 46' 16.5" O.

Lugar de Alfanxia, Murtais, freguesia de Moncarapacho, concelho de Olhão.

Alcance visual: Abrangência visual para o campo e para a barra da Fuzeta e da Armona.

Cronologia: Islâmica.

Planta: Rectangular ou quadrangular.

Técnica de construção: Pedra irregular não talhada, de tamanho médio, reboco e argamassa de cal.



Fig. 21 – Esquina derrubada

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: Provavelmente depois do séc. XVI, segundo Gamito (2001:841).

Estado actual: A estrutura apresenta-se derrocada e arruinada. Em volta, o efeito de derrube e amontoado de pedras dispersa-se em forma circular, devido à acção do homem nos trabalhos de campo. A área ocupada pela ruína propriamente dita é de 4m e a área de derrube circundante, de pedras soltas, cobre uma área circular

com um diâmetro de 10m (fig. 20). A esquina de parede de que falam alguns autores já não é identificável, apenas se denotam duas partes de parede direita (portanto a planta seria quadrangular ou rectangular), que convergem de encontro a um derrube, da suposta esquina, agora inexistente (fig. 21). A altura máxima da parede existente é de 90cm, derrubada em ambos os lados e a outra parede apresenta-se ligeiramente visível por entre um tronco de alfarrobeira e a parte entulhada. Toda a zona de derrube ficou mais ou menos protegida da acção antrópica, graças às plantas e à árvore que acabaram por a proteger, dado que os trabalhos de lavoura do campo processam-se em volta das árvores.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: Particular.

Ficha nº 15 Designação – TORRE DA AMOREIRA

Outras designações: Torre do Poço da Amoreira, Atalaia da Amoreira.

Referências bibliográficas: Coutinho, 2001; Gamito, 2001; Gomes, 1988; Marques, 1995; Silva, 1998;



Fig. 22 – Fragmento restante

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=16814>.

Descrição: À cota de 33m, fazia parte de uma segunda linha de vigia, tal como Quatrim e Alfanxia, assegurando a vigilância de retaguarda às Torres de Bias I, Bias II, e Marim. Encontra-se numa estreita bifurcação em declive, entre dois caminhos de terra, de acesso a moradias (fig. 22).

Localização: Coordenadas: 37° 03' 07.1" N / 07° 46' 56.4" O.

EN. 125, no sentido Olhão-Fuzeta, a cerca de 5,5Km a Nordeste de Olhão, Poço da Amoreira.

Poço da Amoreira, freguesia de Moncarapacho, concelho de Olhão.

Alcance visual: Abrangência visual para o campo, Ilha da Armona e respectiva barra.

Cronologia: Emiral, (GAMITO, 2001:841).

Indeterminada, (MARQUES, 1995:95; SILVA, 1998:137).

“Ausência de vestígios arqueológicos ou documentais que possibilitem datação” (COUTINHO, 2001:125).

Planta: Quadrangular ou rectangular.

Técnica de construção: Alvenaria com aparelho de dimensão média, com pedra irregular e argamassa de cal.

Intervenções: Desconhecem-se.

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: Ruínas. Conserva-se ainda um troço central de parede: 2,20m de altura e 3,25m de comprimento; derrubada, prolonga-se em cada extremo, ao nível do solo, por 90cm para o lado Norte e 2,30m para o lado Sul. A espessura da parede é de 1m. Não se encontram mais vestígios ao nível do solo.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: Privada.

Ficha nº 16 Designação – TORRE DE BIAS I

Outras designações: Forte das Bias, Torre de Bias, Torre da Atalaia ou Joanes, Torre de Bias do Sul, Torre da Atalaia, Torre da Fuseta.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948 (1*); Carta Militar de Portugal, 1980, fl. 608, 2007, fl. 53-1; Coutinho, 1997, 2001 (2*); Gamito, 2001; Gomes, 1988; Lapa, 1957; Lopes, 1988; Marques, 1995 (3*); Silva, 1998; Oliveira, 1906;



Fig. 23

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=577&id=3293>;

http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=339880.

1* - João de Almeida utiliza a mesma torre fotografada de três ângulos diferentes para identificar três torres a que atribui nomes diferentes e com legendas díspares. Assim: “Atalaia do Torrejão” com foto de Bias I e legenda “Torre da Atalaia de Bias”, no lugar do Torrejão; “Torre de Bias”, com foto de Bias I e legenda “Torre da Atalaia da Fuzeta”, com forma redonda; “Torre da Cumiada” com foto de Bias I e legenda “Torre da Atalaia de Joannes”, a que atribui uma lápide com inscrição “*Joannes III 1549*” (ALMEIDA, 1948:481-483).

Esta torre, de Bias I, identifica Silva Lopes como “torre circular” e “torre redonda” (LOPES, 1988:115 e 372) e esclarece: “Tem ao pé uma pedra de cantaria (...) em que estão lavradas as armas reais e por baixo o seguinte letreiro *Joannes III. 159#*, não se distinguindo o último algarismo...” (IDEM:372).

Com efeito, ainda é visível, na parede voltada a sudeste, a concavidade onde poderia ter existido “a pedra de cantaria” de que fala Silva Lopes (fig. 23). No entanto, a data de 159# não se coaduna com o tempo histórico e tal como refere Pinho Leal (1874:244) “...há manifesto engano – talvez erro tipográfico – (...) porque D. João III morreu em 11 de Junho de 1557” e 1590 já se enquadra no domínio filipino.

2* - V. Coutinho “resolve” o problema com o triplo nome “Bias I ou Torre da Atalaia ou Joannes”, apresentando, todavia, a fotografia da Torre de Aires (COUTINHO, 2001:126).

3* - Na Carta Arqueológica, esta torre é identificada como “Torre da Atalaia”, de forma circular, no lugar de Bias do Sul (MARQUES, 1995:103).

Julgamos que esta disparidade de identificação foi detectada na elaboração do *Levantamento Arqueológico e Bibliográfico* porque, na bibliografia respeitante à Torre da Atalaia ou de Joannes, a João de Almeida são atribuídas as páginas 482, 483, 484, da edição de 1947, isto é: com todas as torres de que o General apresenta fotografia de Bias I, com as várias designações e as várias legendas por ele atribuídas. Na edição de 1948, estende-se pelas páginas 481, 482 e 483. Em nossa opinião, qualquer das designações, inclusive “Torre da Fuzeta” (GOMES, 1988:86) refere-se à mesma torre: Bias I, porque servia de atalaia à barra da Fuzeta e em relação à linha de costa é a primeira das duas deste lugar chamado Bias do Sul.

Descrição: A pouco mais de 1km a Oeste da Fuzeta, implantada em local de grande visibilidade, a uma cota de 23m, esta torre “redonda” é também

vulgarmente conhecida por Torre dos Mouros. Perdida que foi a sua funcionalidade, tem vindo a degradar-se e, embora classificada de IIP, corre o risco de ruir. Já em 1906, Ataíde de Oliveira refere que o pároco da freguesia de Moncarapacho escrevera em 1758 que estava “quase metade desnudada” (OLIVEIRA, 1906:167).

Teria tido um piso elevado, supostamente pela altura do entulho (4,8m); a face interior da parede apresenta-se com reboco em algumas partes.

Localização: Coordenadas: 37° 02' 58.8" N / 07° 45' 36.9" O.

Lugar de Bias do Sul. Freguesia de Moncarapacho, concelho de Olhão.

Alcance visual: Abrangência visual para os campos em redor e para a barra da Fuzeta, ilha da Armona e Bias II.

Cronologia: Islâmica (Período Emiral), “...tal como as suas congéneres do Guadalquivir” (GAMITO, 2001:840).

Islâmica, (MARQUES, 1995:103).

Séc. XVI, (SILVA, 1998:137).

“1549 (?)”, (COUTINHO, 2001:126).

Planta: Circular.

Técnica de construção: Pedra de tamanho médio e argamassa de cal, em fileiras intercaladas de pedra mais pequena.

Intervenções: Desconhecem-se. Contudo, atentando para a cronologia islâmica atribuída por Gamito (2001:840) e pela Carta Arqueológica (1995:103), consideramos que teria sido intervencionada durante o reinado de D. João III e colocada a lápide comemorativa com a inscrição “*Joannes III*”, de que fala Silva

Lopes. São conhecidas as preocupações e os esforços de defesa levados a cabo por D. João III contra as investidas de mouros e turcos ao longo da costa algarvia.

Artilharia: –

Data de abandono: Provavelmente a partir do séc. XVII considerando que foi reconstruída no séc. XVI por D. João III e que em 1758 estava muito arruinada.

Estado actual: Embora ainda com alguma imponência, corre risco de ruir (fig. 24). Com derrube no lado Norte,



Fig. 24

o lado Sul conserva ainda a altura de 7,8m. No seu

interior está muito esboroadada; apresenta-se entulhada até aos 4m de altura em relação à base, a partir de onde se denota, na parte interior da parede, reboco à face (fig. 25).

Na secção Sudeste, no exterior, apresenta uma abertura na parede a cerca de 1m de altura do solo, que afunila para o interior até 0,90m de



Fig. 25

profundidade, com 0,70m de largura e 0,50m de altura (medida pela face da parede). A espessura da parede é de 1,20m. O diâmetro interior da torre é 3,10m.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: Classificada.

Categoria de protecção: IIP. Imóvel de Interesse Público. Despacho 2003/05/26.

Beneficia de Zona de protecção, nos termos do ponto 1 do Artigo 43º da Lei nº107 de 08 de Setembro de 2001.

Propriedade: Privada.

Ficha nº 17 Designação – TORRE DE BIAS II

Outras designações: Torre de Bias, Torre de Bias do Sul.

Referências bibliográficas: Coutinho, 2001; Gamito, 2001; Gomes, 1988; Lopes, 1988; Marques, 1995; Oliveira, 1906; Silva, 1998.



Fig. 26

Descrição: Em local elevado, à cota de 31m e de grande abrangência visual, esta torre complementava a vigilância do canal de Marim com a torre de Bias I, a 1km a Leste. Faria também a vigilância de fornos cerâmicos da região.

Localização: Coordenadas: 37°02'55.9'' N / 07°46'13.7'' O.

Lugar de Bias do Sul, Freguesia de Moncarapacho, Concelho de Olhão.

Alcance visual: Mar e campo. A Sul a ilha da Armona e respectiva barra. A Sudeste a Torre de Bias I.

Cronologia: “Séc. IX... época Emiral”, (GAMITO, 2001:840).

“Séc. XI – XIII”, (SILVA, 1998:137).

“Época Islâmica ?? (séculos XI – XIII)”, (COUTINHO 2001:127).

“Indeterminada”, (MARQUES, 1995:103).

Planta: Rectangular ou quadrangular.

Técnica de construção: Aparelho de grandes blocos afeiçoados.

Intervenções: Desconhecem-se.

Artilharia: –

Data de abandono: Indeterminada.

“... no século XVI encontrava-se em actividade, mas em meados de setecentos, já estava em ruína.” (COUTINHO, 2001:127).

Ataíde de Oliveira refere que o pároco da freguesia de Moncarapacho escreveu em 1758: “No sítio de Bias... está uma torre quase metade desnudada (Bias I), e no direito dela, da parte Norte, está outra entre fazendas, a qual está quase toda derrotada;” (OLIVEIRA, 1906:167).

Estado actual: Actualmente, dado o adiantado estado de ruína, quase passa despercebida (fig. 26).

Conserva ainda uma esquina que atinge os 70cm de altura, cujos vestígios de parede prolongam-se por (esquerda e direita, respectivamente) 1.60/1.25m e que desaparecem por debaixo do entulho. Surge, ao nível do solo, um prolongamento com 2.80m de comprimento na direcção Sul. A zona de derrube abrange uma área com um diâmetro de 18m e encontra-se debaixo de densa vegetação. O espaço envolvente é de terra batida, encontrando-se alguns vestígios de cerâmica pela superfície.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: Privada.

Ficha nº 18 Designação – TORRE DE MARIM

Outras designações: Torre de Marim, Atalaia de Marim.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948 (1*); Coutinho, 1997 (2*), 2001; Gamito, 2001; Gomes, 1988; Lapa, 1957; Marques 1995; Silva, 1998;

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=577&id=17328> (3*);

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=577&id=3294> (3*).

1* - João de Almeida apresenta fotografia da Torre de Quatrim e confunde aspectos da localização e da cronologia.

2* - A torre que em Coutinho 1997, é identificada e descrita como Torre de Marim é a Torre de Quatrim.

3* - As fichas apresentadas referem-se à torre de Quatrim.

Descrição: É uma construção rebocada e caiada, de dois pisos e terraço, sendo o primeiro piso maciço. O terraço foi edificado “a um nível superior ao da antiga cobertura, identificada pelas goteiras, em número de duas” (COUTINHO, 2001:128).

No alçado nascente exhibe uma lápide com armas régias e outra com a inscrição comemorativa da construção.

Conciliou as funções de residência com as de vigilância.

Actualmente apresenta vários anexos residenciais adossados.

Localização: Coordenadas: 37° 02’ 20’’ N / 7° 48’ 43’’ O. A 400m a Sul da E.N.125, lugar de Marim, freguesia de Quelfes, concelho de Olhão.

Alcance visual: Ria, ilha da Armona e ilha da Culatra.

Cronologia: Reinado de D. Dinis – 1282 (1320 - Era de César, conforme lápide).

Planta: Quadrangular com 10,10 m de largura e 9,95m de altura.

Técnica de construção: Alvenaria rebocada e silhares nos cunhais com pedra de grande dimensão.

Intervenções: Foi-lhe acrescentado um terraço a um nível superior ao da cobertura em data desconhecida e adossados anexos a Sul e Oeste.

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: Bom estado de conservação.

Utilização actual: Residência particular no segundo piso.

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: Encontra-se em propriedade privada e de acesso restrito.

Ficha nº 19 Designação – TORRE DE QUATRIM

Outras designações: Atalaia de Quatrim de Quelfes,
Torre de Quatrim de Quelfes.

Referências bibliográficas: Almeida (1*), 1948;
Coutinho, 1997, 2001; Gamito, 2001; Gomes, 1998; Lapa,
1957; Marques, 1995; Silva, 1998;

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=17328> (2*).



Fig. 27

1* – João de Almeida, em o *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, apresenta para esta torre uma fotografia não identificável; e à fotografia da própria Torre de Quatrim designa por “Atalaia de Marim” (1948:480). Também V. Coutinho, na publicação de 1997, chama “Torre de Marim” à fotografia que apresenta da Torre de Quatrim (1997:173).

2* – O site apresenta ficha com designação de Atalaia de Marim e em designação alternativa Atalaia de Quatrim de Quelfes.

Descrição: Esta construção teria tido três pisos e um terraço, dos quais existem vestígios. À cota de 32m, combinava as funções de vigia com as de residência.

São, ainda, visíveis quatro seteiras e quatro goteiras, uma janela virada a Sul e um friso ao nível da cobertura que envolveria todo o edifício (fig. 27).

Localização: Coordenadas: 37° 02' 56" N / 07° 47' 59.5" O.

Lugar de Quatrim. Freguesia de Quelfes, concelho de Olhão.

Alcance visual: Campo, Ilha da Armona e Torre de Marim.

Cronologia: “Indeterminada” (MARQUES, 1995:95).

“Período pós-reconquista (reinado de D. Dinis?)” (COUTINHO, 2001:129).

“Época Moderna” (GAMITO, 2001:841).

“A partir do séc. XVI” (COUTINHO, 1997:174).

“Documentada em 1758” (SILVA, 1998:138).

Planta: Quadrangular, com cerca de 8m de altura e 5,30m de comprimento. A parede tem 65cm de espessura.

Técnicas de construção: Alvenaria de pedra rebocada com argamassa de cal (fig. 28).

Intervenções: Desconhecem-se.

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: Embora apresentando um derrube das duas paredes do lado norte ainda ostenta alguma monumentalidade.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: Particular.



Fig. 28

Ficha nº 20 Designação – FORTE DE SÃO LOURENÇO

Outras designações: Forte do Côco, Fortaleza de S. Lourenço da Barra de Faro.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Andrade, 2006; Callixto, 1978, 1982, 1983, 1985, 1986, 1987, 1988; Coutinho, 1997, 2001; Gamito, 2001; Gomes, 1988; Mesquita, 1995; Oliveira, 1980.

Descrição: A necessidade desta construção já fora apontada por Massaii, em virtude da entrada da barra se encontrar indefesa e sendo esta zona, segundo as Memórias Paroquiais, “o porto de mar com maior barra” (TT. vol. 26, nº 16, fl. 142).

Depois da Revolução de 1640, o receio de ataques por parte da Armada Espanhola tornou a construção mais urgente. O Conde de São Lourenço, daí provavelmente o nome da fortificação, Martim Afonso de Melo, Governador do Algarve entre 1642 e 1646, constatou esta necessidade, chegando mesmo João Gilot a desenhar uma planta para a fortificação. Contudo, só entre 1653/54, a construção foi iniciada com orientação e projecto do Engenheiro francês Pierre de Sainte-Colombe.

De planta quadrangular, o seu embasamento foi construído sobre 2000 traves de pinho (anexo 3a) para assentar o lajeamento e as paredes de alvenaria. Integrava uma plataforma para os canhões, quartéis, casa para o Governador e ermida. Tinha um poço para abastecimento de água e um pequeno ancoradouro.

Cedo se iniciou a sua destruição, devido à acção do mar e cedo, também, foi verificada a sua inutilidade, em virtude do sucessivo afastamento da barra.

Várias baterias foram montadas no local desta fortificação, várias vezes refeita, e nunca definitivamente concluída.

Localização: Coordenadas: 37° 00' 29.2'' N / 07° 49' 11.3'' O.

“Na costa sul da Ilha de S. Lourenço ou do Côco, na praia em frente do canal da barra velha” (fig. 29) (ALMEIDA, 1948:478).

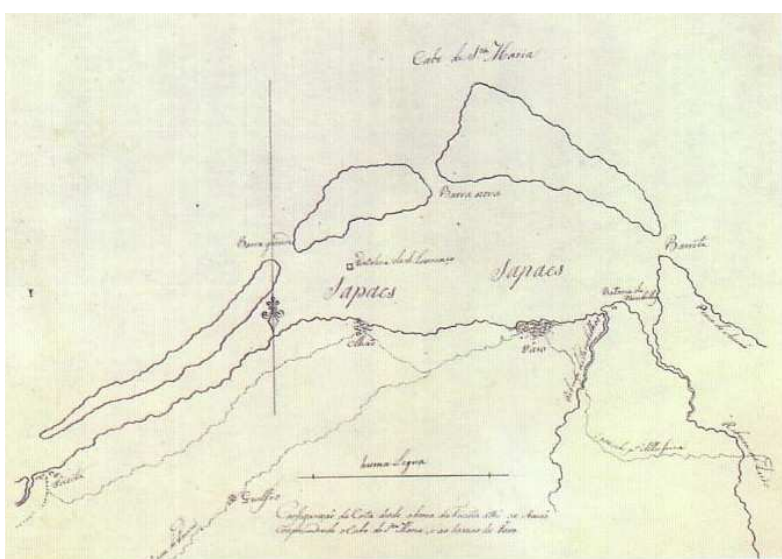


Fig. 29 – Fortaleza de S. Lourenço, planta do IPCC (COUTINHO, 2001:120).

“A menos de ¼ de légua a Oeste da Bateria da Armonia”, segundo o Capitão José Feliciano Farinha, 1823 (CALLIXTO, 1983:305).

“A sul da ilha do Côco, em frente ao canal da Barra Velha”, (COUTINHO, 2001:101).

Com efeito, a construção do Forte de S. Lourenço teve lugar no sítio designado por Massai como “ilhote de St.^a Clara ou dos Quários” (GUEDES,

1988:106) posteriormente conhecida como ilha da Figueira e depois ilha de São Lourenço ou do Côco.

Freguesia de Quelfes, concelho de Olhão.

Alcance visual: Entrada da barra para Olhão e Faro.

Cronologia: Construída entre 1653/54. João de Almeida menciona 1670, “...sobre ruínas de uma velha fortaleza levantada no tempo de D. João III” (1521-1557), (ALMEIDA, 1948:478).

Segundo Leal de Oliveira, existiria na ilha, à altura designada por Figueira, uma fortificação, sobre cujas ruínas teria sido edificado São Lourenço. A ter existido esta pré-construção, ao tempo de Massai já não estaria operacional nem visível, dado que este refere que “...se no dito ilhote estivesse, ou se fizesse alguma defesa, sem dúvida os ingleses não haveriam tentado fazer na dita Cidade (Faro) o dano que nela fizeram...” (GUEDES, 1988:106).

Planta: Quadrangular com quatro baluartes, desenhada por Pierre de Sainte-Colombe.

Técnica de construção: Muros de alvenaria sobre plataforma assente em 2000 estacas de pinho.

Intervenções: Este forte não chegou a ser concluído.

O solo arenoso, apesar do trabalho de estacaria

efectuado, não oferecia resistência às correntes e marés; no entanto, e dada a ameaça de um ataque por parte da esquadra castelhana, as obras continuaram e foram construídos de torrão os baluartes para o lado de terra (fig. 30). Em 1661

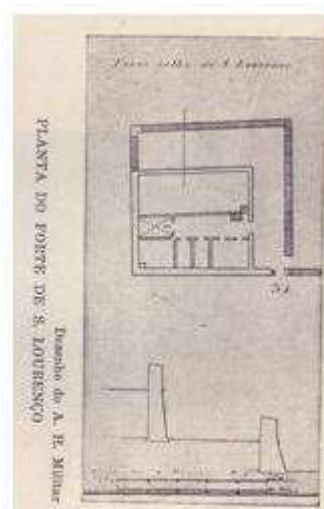


Fig 30

começou a arruinar-se sendo feitas diligências para unir as pedras com gatos de ferro; insistem-se nos trabalhos de recuperação, de algum modo baldados dada a contínua deslocação da barra. Em 1669, o Infante D. Pedro (futuro D. Pedro II) ordenou a reedificação do forte ou a sua construção em outro local.

Em 1743, ao mesmo tempo que se iniciavam as obras da bateria da Armona, foi montada uma bateria sobre as ruínas do inacabado Forte de S. Lourenço; consistia em uma plataforma redonda para 3 Peças de pequeno calibre para servir de registo à navegação. Sucessivas baterias foram posteriormente montadas.

Em 1756, com a acção do mar e do terramoto, a fortificação já estava muito arruinada.

Em 1765, é reportado pelo Sargento-Mor de Engenharia Romão José do Rêgo, como sendo um pequeno quadro em bom estado, capaz de servir de registo (anexo 3b). Em 1772, foi destruído de novo por uma tempestade.

Provavelmente reconstruído, em virtude do receio da ameaça da Armada Francesa, o forte é reportado, em Relatório de 1793, como estando em bom estado de conservação (CALLIXTO, 1978:92).

Em 1861, figura no *Mapa Geral das Fortificações do Algarve* como um montão de pedras (*IDEM*:100).

Artilharia: Em 1654 estava concluído o primeiro baluarte e artilhado com quatro bocas de fogo.

Em 1659 tinha uma guarnição de 4 Oficiais e 32 Soldados.

Em 1667 o baluarte que restava foi desartilhado por falta de segurança.

Em 1743, foi montada uma bateria com 3 Peças de pequeno calibre para registo. Em 1754, 3 Peças, mas só uma operativa e mais três de ferro vindas da Fortaleza da Armona (CALLIXTO, 1991: 67).

Em 1758, respondeu o Padre Sebastião de Sousa ao inquérito do Marquês de Pombal sobre os efeitos do terramoto dizendo estar a fortaleza de São Lourenço destruída e “Tem seis peças montadas sobre os carros na areia, por não estarem as muralhas capazes de as susterem” (TT, vol. 26, nº 16, fl. 145).

Em 1763, funcionava como bateria de registo artilhada com 3 Peças de ferro e mais 2 de bronze, todas montadas.

Em 1765, três Peças de bronze montadas, 3 de ferro fora da estrutura.

Em 1776, todas as Peças estavam fora de serviço.

Em 1798, em virtude da ameaça francesa, tinha 3 Peças de ferro e 2 de bronze, todas montadas em posição de apontar.

Em 1821 as Peças de ferro já se encontravam desmontadas e as de bronze em reparos incapazes.

Actualmente, ainda permanecem no local 3 Peças de ferro (fig. 31 e 32). Estas teriam sido as peças transferidas da Bateria da Armona, sendo a única estrutura que ainda apresenta artilharia *in loco*.



Fig. 31 e 32 – Peças de ferro



Fig. 33 – Plataforma

Data de abandono:

Provavelmente depois das

Invasões Francesas.

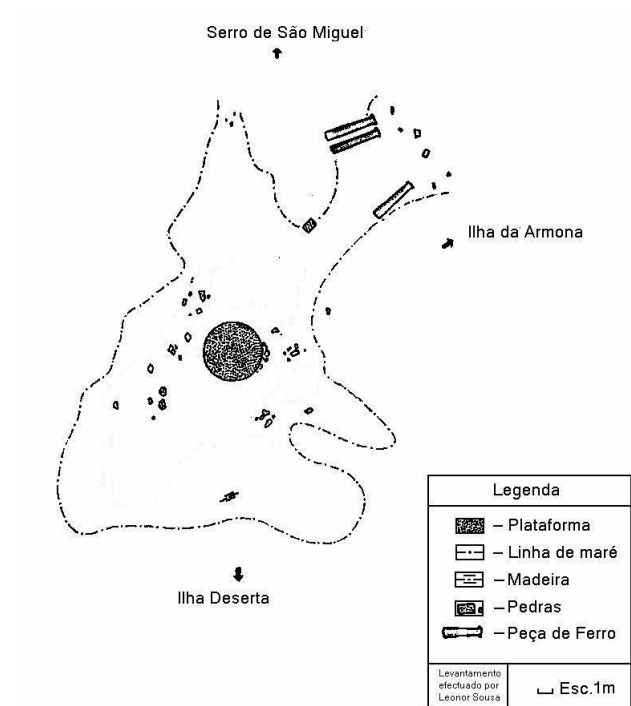


Fig. 34 - Levantamento do local

Em 1823, o Relatório do Capitão de Engenharia José Feliciano Farinha reporta: “Está de tal sorte que se não pode ver nem conhecer a sua configuração...”; refere, ainda, que entre os quartéis também arruinados e a bateria “...há um espaço que é coberto de abóbada. Dizem uns que era a Capela de São Lourenço...” (CALLIXTO, 1983:305).

Estado actual: Ruínas submersas (anexo 3c).

Utilização actual: Nenhuma. Sabe-se, todavia, que no séc. XIX, a plataforma (fig. 33) que restava do forte foi utilizada pelos morraineiros como depósito de plantas da ria, usadas como fertilizante, o chamado “guano”, pelo que este local também teve a designação de “fábrica de guano”.

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 21 Designação – BATERIA DA ARMONA

Outras designações: Forte da Armona, Fortaleza da Armona, Bateria de São José da Armona.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Coutinho, 1997, 2001; Callixto, 1978, 1983, 1987, 1991; Gomes, 1988; Lapa, 1957; Oliveira, 1906; Oliveira, 1980.

Descrição: Foi concebida para substituir a bateria da desmantelada Fortaleza de S. Lourenço.

Apesar de construída em pedra e cal e chegando a formar meio baluarte, não chegou a ser concluída, por causa do local arenoso e das correntes que destruíram a estrutura da base em que assentava. Em 1763, Romão José do Rêgo apresentou um projecto e um parecer sobre a construção de uma nova bateria a construir num novo local da ilha, em virtude de que “...se não vê no dito sítio mais que algumas ruínas” (CALLIXTO, 1987:144 e 167; 1991:67-68).

Foi depois substituída por construção efémera, edificada noutra local da ilha, mais a Leste.

Localização: À entrada da Barra Grande, na ponta Oeste da Ilha da Armona.

Freguesia de Quelfes, concelho de Olhão.

Alcance visual: Entrada da Barra Grande, Faro e Olhão.

Cronologia: Princiada entre 1743/44, no reinado de D. João V, mantendo-se a campanha de obras até 1747 sem chegar a ser concluída.

Planta: Chegou a formar meio baluarte.

Técnica de construção: Pedra e cal sobre um banco de areia.

Intervenções: –

Artilharia: 3 Peças de ferro. Estas peças foram depois transferidas para a fortaleza de São Lourenço, onde ficaram arrumadas fora da fortificação (CALLIXTO, 1987:144).

Data de abandono: Em 1754, ainda inacabada, já apresentava ruínas, conforme relatório do Sargento-Mor Romão José do Rêgo (*IDEM*).

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 22 Designação – BATERIA DA FUZETA

Outras designações: Forte da Fuzeta, Fortaleza da Fuzeta.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Callixto, 1982; Coutinho, 1997, 2001; Gomes, 1988; Leal, 1873, 1874, 1880; Lopes, 1988; Moreno, 1941; Oliveira, 1906; Silva, 1997.

Descrição: Construída para substituição da fortaleza de Torrão do Lastro; além da bateria, o conjunto defensivo consistia de paiol e aquartelamento para as tropas (SILVA, 1997:199-201).

Localização: Na localidade da Fuzeta, no monte em frente à barra, hoje urbanizado e onde existe o posto da GNR.

Freguesia da Fuzeta, concelho de Olhão.

Alcance visual: Vigilância da barra da Fuzeta e do canal designado por Rio de Tavira.

Cronologia: Segundo João de Almeida (1948:478) e secundado por Sebastião e Silva (1997:200) foi construída logo após a Guerra da Restauração, provavelmente em 1656.

Planta: Quadrangular (fig. 35).

Técnica de construção: Provavelmente alvenaria.

Intervenções: –

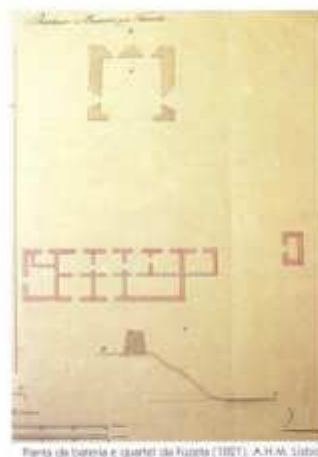


Fig. 35 (COUTINHO, 2001:124).

Artilharia: Desconhece-se que artilharia teve após a sua construção; porém, em 1758, tinha 1 Peça com 1 Artilheiro e uma guarnição de 4 Soldados que iam da cidade de Tavira por ter os aquartelamentos arruinados devido ao terramoto. Em 1802, devido ao receio da ameaça francesa é reforçada com 3 Peças.

Data de abandono: Indeterminada. Em 1821 sabe-se que estava arruinada, mas ainda tinha guarnição.

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 23 Designação – BATERIA NOVA DA ARMONA

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Callixto, 1978, 1987; Coutinho, 2001; Oliveira, 1980.

Descrição: Teria sido provavelmente uma bateria móvel, de acordo com os movimentos da barra. Localizada em posição estratégica de grande importância para a defesa da entrada da barra, esta construção de arquitectura efémera foi edificada para substituir a Bateria da Armona. Abandonada devido ao assoreamento da barra, foi reactivada por altura da Guerra Civil.

Teve paiol de junco coberto de telha e um telheiro de madeira a servir de alojamento à guarnição.

Localização: Ilha da Armona, a nascente da arruinada fortaleza da Armona, a cerca de 3,75km a Oeste da Fuzeta.

Freguesia de Quelfes, concelho de Olhão.

Alcance visual: Barra Grande, canal de Olhão e Faro.

Cronologia: Provavelmente de 1807 (CALLIXTO, 1978:117).

Planta: Plataforma rectangular.

Técnica de construção: Formada por uma plataforma corrida, de madeira, com parapeito à barba e rampas de calçada (*IDEM*, 1987:141).

Intervenções: Em 1821 só existiam vestígios do parapeito e restos de rampas de calçada. Todavia, em 1825, servia de registo, onde um pequeno destacamento se recolhia em uma barraca.

Posteriormente refeita, provavelmente aquando das Lutas Liberais, é reportada, em Relatório de 1831 do Coronel Francisco Cipriano Pinto, como constando de um terraplano de chão batido, tendo uma casa em bom estado para alojamento e paiol. Mais tarde, no Relatório do Major Francisco António Garcez, do ano de 1840, é referido “...existirem, ainda, as paredes de um pequeno alojamento e um espaço rectangular, calçado, com um parapeito à barba...” (CALLIXTO, 1987:141).

Artilharia: Em 1807 possuía 2 Peças de bronze.

Em 1808, o armamento foi levado para Olhão para ajudar na defesa da Vila, aquando da revolta do povo contra os franceses.

Em 1825, funcionava como registo.

Em 1831, volta a ser artilhada com 1 Peça.

E em 1832, 2 Peças de maior calibre.

Data de abandono: Depois da Guerra Civil.

Em 1821, foi abandonada devido ao assoreamento da barra. Funcionou depois como registo. Posteriormente refeita, veio definitivamente a ser abandonada depois da Guerra Civil.

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 24 Designação – BATERIA OU POSTO DE OLHÃO

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Callixto, 1978, 1987, 1989; Leal, 1873; Lopes 1988.

Descrição: Pouco se sabe sobre esta bateria que serviu de registo às embarcações e de defesa do ancoradouro. Começou por ser um pequeno posto com uma casa para a guarnição e 1 Peça montada sobre a areia, sem plataforma ou parapeito; posteriormente, veio a ser construída uma pequena bateria.

Localização: A nascente de Olhão.

Alcance visual: Entrada do porto de Olhão.

Cronologia: Reportada em 1823, em virtude de uma forte ventania que destruiu o telhado da casa da guarda.

Planta: –

Técnica de construção: Desconhecida. Paiol de alvenaria.

Intervenções: Com a ameaça da Guerra Civil, o Posto foi substituído por bateria.

Artilharia: 1 Peça em 1825. Também 1 Peça em 1832.

Data de abandono: Depois da Guerra Civil.

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 25 Designação – BATERIA OU POSTO DE PORTO DE MÓS

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Callixto, 1978, 1987, 1988, 1989.

Descrição: Esta bateria foi mais uma construção de arquitectura efémera. Tinha junto um telheiro de madeira onde se alojavam 2 Soldados de Infantaria.

Localização: Na Ponta de Porto de Mós, numa ilha de areia deserta, a Sudoeste da torre de Bias I, defronte de um vau que dava acesso a terra firme na maré baixa.

Alcance visual: Fazia a vigilância do canal da Regueira dos Barcos e do passo de rio para terra firme.

Cronologia: A primeira referência é de 1821, no Relatório do 1º Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Gregório António Pereira de Sousa; teria tido construção em data anterior, dado que nesse relatório é já reportada como destruída (CALLIXTO, 1978:118).

Planta: Rectangular, com um pequeno parapeito.

Técnica de construção: Terra e faxina, com calçada.

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: Provavelmente em 1823, dado que o telheiro que servia de casa da guarda fora destelhado por forte vento, conforme ofício do Governador

da Praça de Faro, Major António Pedro Lecor. Em 1825 estava em completa ruína (*IDEM*, 1987:151).

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Concelho de Tavira

Ficha nº 26 Designação – CASTELO E MURALHAS DE TAVIRA

Outras designações: Fortaleza de Tavira, Muralhas do Castelo de Tavira.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Anica, 1993; Catarino, 2002; Coutinho, 1997, 2001; Guedes, 1988; Guerreiro e Magalhães, 1983; Iria, 1976; Lapa, 1956; Magalhães, 2002, 2008; Silva, 1997; Teixeira, 1993; Torres e Macias, 1998; Torres, Macias e Gomez, 1999; Vasconcelos, 1989;

http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70656;

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=3218>.



Fig. 36 e 37 – Muralhas do castelo de Tavira.

Descrição: Ocupando uma área de cerca de 5ha intramuros, a povoação medieval confinava-se ao monte mais alto da margem direita do Rio Gilão. Na opinião de Frei João de S. José “foi cercada de bons muros ao modo antigo” (GUERREIRO e MAGALHÃES, 1983:50).

Teve intensa actividade comercial em época islâmica; após a Reconquista beneficiou de vários privilégios régios: entre outros, foral de vila em 1266 e D. Manuel concedeu-lhe o estatuto de cidade em 1520, dada a contribuição com mantimentos e reforços humanos para as praças do Norte de África.

O incremento das actividades mercantis e piscatórias tornaram Tavira uma cidade muito importante e desenvolvida nos séculos XV e XVI verificando-se, simultaneamente, uma explosão demográfica que levou a população a expandir-se para fora das muralhas. “Tem cerca antiga, e o arrabalde que é o melhor da cidade não está cercado” segundo Sarrão (*IDEM*:166). Com a maioria da população a viver nos arrabaldes, os muros de protecção tornaram-se apenas elementos de apoio à construção de habitações “... em algumas partes estão arruinados e ocupados com casas da banda de dentro e também dos arrabaldes ...” S. José (*IDEM*:50).

Em finais do séc. XVI, a cidade entrou em decadência motivada pelo abandono das praças do Norte de África, vários surtos de peste e secas, bem como do assoreamento da barra que levou à diminuição do fluxo marítimo e à deslocalização de muitos comerciantes. Essa decadência só foi colmatada com o desenvolvimento das pescarias, em 1776 e o impulso industrial e comercial fomentado pelo Marquês de Pombal (*VASCONCELOS*, 1989:166).

Do que foi a muralha defensiva restam alguns troços por entre o casario na Rua dos Mouros, Trav. dos Pelames, R. por Detrás dos Muros, Portas do Postigo, António Viegas, Trav. D. Paio Peres Correia, R. da Bela Fria (anexo

3c'). O que resta do castelo delimita um espaço público ajardinado (fig. 36). Conservam-se, ainda, alguns cubelos de reforço dos muros e três panos de muralha a Norte, Sudoeste e a Leste, apresentando-se altas do lado exterior, porém, no interior, do lado Sudoeste, estão quase ao nível do chão. Restam três torres: duas quadradas, uma das quais ameada e uma torre octogonal, de provável embasamento almóada (TORRES *et alii*, 1999:131).

A entrada situa-se no lado Norte e à esquerda da mesma encontra-se a parte inferior de um cubelo de reforço do muro (fig. 37). A seguir à entrada, à esquerda, uma escada de pedra conduz ao adarve, o qual se desenvolve ao longo do muro nascente, ameado e com seteiras.

Localização: Coordenadas: 37° 07' 30'' N / 7° 39' 04'' O. No monte, hoje designado por Alto de St.^a Maria.

Freguesia de St.^a Maria (Castelo); as muralhas abrangem as freguesias de St.^a Maria e de Santiago. Concelho de Tavira.

Alcance visual: Fazia o controlo da ponte e a vigilância do porto que lhe ficava perto, o qual localizar-se-ia onde hoje se situa o jardim e a Praça da República.

Cronologia: Sobre castro pré-romano, a fortaleza sofreu sucessivas remodelações com a ocupação de fenícios, gregos, cartagineses, romanos e árabes.

A construção do castelo data, provavelmente, de época Almorávida, entre 1130-1150. A muralha defensiva é provavelmente de época Almóada, entre finais do séc. XII e o 1º quartel do séc. XIII, (Maia e Maia, 2002, http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70656).

Planta: Trapezoidal, o castelo, com sete torres (fig. 38). Planta irregular, a muralha que delimitava a urbe medieval.

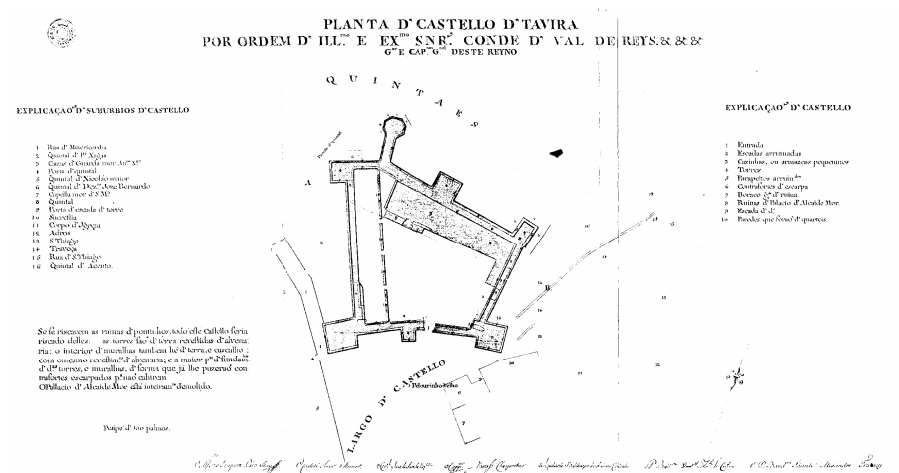


Fig. 38 - Planta do Castelo de Tavira, de Sande de Vasconcelos (VASCONCELOS, 1989:314).

Técnica de construção: Alvenaria de pedra, taipa e cantaria.

Intervenções: No séc. XIII, após a Reconquista, D. Dinis promoveu obras de intervenção no Castelo e na muralha defensiva. Uma das duas torres octogonais ainda hoje existente apresenta vestígios de várias reconstruções em época medieval (TORRES *et alii*, 1999:131).

No séc. XVI, em virtude de intensa circulação, foi refeita a porta que constituía o principal eixo de passagem entre o interior das muralhas e o exterior, a Porta de D. Manuel, constituindo uma das sete portas que existiam na muralha. Esta porta é encimada pelo escudo, ladeado por duas esferas armilares, símbolos régios de D. Manuel I.

Após a Guerra da Restauração, num esforço de adaptar a fortaleza à artilharia, foram derrubadas as torres ameadas de modo a ficarem niveladas com as cortinas e reforçada a estrutura das muralhas há muito arruinadas.

Nos finais do séc. XVIII, o espaço interior do castelo funcionou como cemitério devido a uma epidemia de cólera.

Em 1940, foi reconstruído o arco da entrada no Castelo e reconstruídas as muralhas.

Em 1961, foram demolidos alguns blocos degradados.

O troço junto ao Quartel da Graça foi alvo de reconstrução em 1969.

Em 1972 e 1974, são efectuados trabalhos de reconstrução e consolidação de alguns dos seus panos. Em 1978, houve tratamento de alvenarias.

Em 1980, consolidação de troços. Em 1981, assentamento de silhares de cantaria, em cunhais das torres do castelo. Seguiram-se trabalhos de consolidação e reconstrução nos anos de 1982, 1985, 1987, 1989 e 1990.

Em 2001, escavações para determinar traçado e período de construção da muralha.

Actualmente, decorrem trabalhos de desafrontação da base de uma torre junto à R. da Liberdade.

Artilharia: As constantes incursões de piratas e corsários nos séculos XVI e XVII e a evolução das artes da guerra constituíam uma permanente ameaça para a população a viver, na maioria, nos arrabaldes. O porto de Tavira, à altura um dos mais importantes e movimentados do país, era detentor de uma frota de mais

de 240 navios que se dedicava à navegação comercial e piscatória pelo que se tornou alvo de cobiça (IRIA, 1976:20). A defesa a partir do Castelo e das Atalaias circundantes revelou-se inoperante; as rondas cívicas e os sinais de fumo ou fogo provenientes das atalaias já pouco podiam contra as armas de fogo cada vez mais potentes, operadas pelos atacantes que rondavam a costa. Novas fortificações costeiras são concebidas para receber artilharia como o Torrão do Lastro e o Forte das Lebres ou de Santo António.

Durante a Guerra da Restauração, as muralhas do Castelo foram munidas com artilharia, tendo para tal, sido derrubada grande parte das ameias.

Data de abandono: Provavelmente inícios do séc. XVIII, com a saída do Alcaide-Mor, em virtude da ruína do Castelo. Todavia, a fortaleza já fora abandonada como reduto militar após firmada a paz com Espanha, em 1668 (SILVA, 1997:200).

Estado actual: O que resta do castelo e das muralhas está bem conservado.

Utilização actual: O local onde existiu o Castelo é hoje um espaço ajardinado com funções turísticas e de lazer.

Os troços existentes da muralha de protecção da antiga urbe uns integram edifícios, outros estão disseminados pelo casario.

Situação patrimonial actual: Classificado.

Categoria de protecção: MN. Monumento Nacional. Dec.nº29604, DG 112 de 16 de Maio de 1939.

ZEP. Zona Especial de Protecção. DG 31 de 06 de Fevereiro de 1960 (II Série).

Propriedade: Pública municipal (Castelo); pública estatal (Muralhas).

Ficha nº 27 Designação – ATALAIA DA ABÓBORA

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Coutinho, 2001; Gomes, 1988; Lapa, 1956.

Descrição: Segundo o General João de Almeida, desta torre que servia de atalaia, existiam ainda vestígios em 1948. Fazia parte de um conjunto de estruturas de defesa da linha de costa (COUTINHO, 2001:141).

Localização: Lugar da Abóbora, na ilha de Tavira. Freguesia de Cabanas, concelho de Tavira.

Alcance visual: Entrada da barra de Tavira.

Cronologia: Provavelmente da segunda metade do século XVI.

Planta: Provavelmente circular.

Técnica de construção: Alvenaria.

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 28 Designação – ATALAIA GRANDE

Outras designações: Vigia da Atalaia Grande.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Anica, 1993; Coutinho, 2001; Gomes, 1988; Lapa, 1956; Lopes, 1988; Silva, 1994; Vasconcelos, 1989.

Descrição: Tal como o nome indica, teria sido uma grande torre de vigia com ameias, que servia de defesa ao Convento das Freiras Bernardas, situado fora dos muros da cidade.

Este lugar, também conhecido como Rossio da Atalaia, foi durante séculos espaço de lazer, feiras e mercados; está hoje completamente urbanizado, com exceção da área de hortas para o lado das salinas.

Localização: Na margem direita do rio Gilão, a Sul do centro da cidade de Tavira, no campo da Atalaia, junto ao Convento das Freiras Bernardas. Freguesia de Santiago, Concelho de Tavira.

Alcance visual: Entrada da barra de Tavira. Diz Sarrão: “ (...) e daí para toda a barra se descobre o mar” (GUERREIRO e MAGALHÃES, 1993:167).

Cronologia: Provavelmente já existiria em 1509, data da construção do Convento das Freiras.

Planta: Desconhecida. João de Almeida (1948:515) informa que teria sido uma grande torre e Damião de Vasconcelos (1989:272) complementa dizendo que teria sido uma grande torre com ameias.

Técnica de construção: –

Intervenções: Provavelmente o Convento das Freiras teria ficado adossado à torre.

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: Nenhuma. Só existe o convento em ruínas, extinto em 1862.

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 29 Designação – ATALAIA PEQUENA

Outras designações: Vigia da Atalaia Pequena.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Anica, 1993; Coutinho, 2001; Gomes, 1988; Guedes, 1988; Lapa, 1956; Lopes, 1988; Vasconcelos, 1989.

Descrição: Pequena torre defensiva construída no alto do Campo da Atalaia, junto a duas fontes, onde mais tarde foi edificado o Convento de Santo António dos Capuchos.

Provavelmente destruída aquando da construção da ermida de Nossa Senhora da Esperança ou do Espinheiro. A este respeito há referências de Frei Joaquim de Santa Maria, em 1718, no *Santuário Mariano*: “ é de saber que aquela casa da Senhora foi fundada em um sítio onde antigamente havia uma atalaia, se é que nela mesma se não edificou a casa...” (VASCONCELOS, 1989:215). Junto a esta Ermida de Nossa Senhora da Esperança ou do Espinheiro foi construído o Convento dos Frades Capuchos, tendo sido substituído o padroado pelo de Santo António, ficando a denominar-se Convento de Santo António dos Capuchos

Localização: No Campo da Atalaia, onde hoje existe o Convento de Santo António dos Capuchos.

Freguesia de Santiago. Concelho de Tavira.

Alcance visual: Entrada da barra.

Cronologia: Provavelmente já existiria aquando da construção da Ermida de Nossa Senhora da Esperança ou do Espinheiro, em 1612.

Planta: –

Técnica de construção: –

Intervenções: –

Artilharia: Teve artilharia; conforme escreveu Henrique Fernandes Sarrão, em 1600, “... para a banda sul que se chama Atalaia (...) estão certas peças d’artilharia...” (GUERREIRO e MAGALHÃES, 1998:167). Massai, em 1621, também refere a existência de um Sagre de bronze, que servia para os rebates, defronte do Convento de Santo António (GUEDES, 1988:104).

Data de abandono: –

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: Existe apenas o convento, reconvertido em edifício de utilidade turística.

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 30 Designação – ATALAIA DOS TRÊS IRMÃOS

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Anica, 1981,1993; Coutinho, 2001; Gomes, 1988; Lapa, 1956.

Descrição: Frente ao mar, construída sobre um cabeço de areia, esta torre de vigia que se julga ter sido circular, fazia parte do reforço da vigilância da entrada da barra de Tavira.

Localização: A 4 km a Sudoeste de Tavira (ALMEIDA, 1948:515) no lugar onde se encontra o marco geodésico (COUTINHO, 2001:142). Freguesia de Santa Luzia, concelho de Tavira.

Alcance visual: Faria a vigilância da entrada da barra e do braço de mar chamado “Rio” de Santa Luzia.

Cronologia: Provavelmente da segunda metade do século XVI.

Planta: Provavelmente circular (COUTINHO, 2001:142).

Técnica de construção: Alvenaria.

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 31 Designação – TORRE DE AIRES

Outras designações: Torre de Ares, Torre de Ares ou Aires, Torre de Aires Gonçalves, Torre dos Ares.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Anica, 1981 (1*); Coutinho, 1997, 2001; Gomes, 1988; Lapa, 1956; Lopes, 1988; Oliveira, 1906, 1991; Proença, 1927; Santos, 1972;

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=577&id=3292>.



Fig. 39

1* - Segundo Arnaldo Anica (1981:123), esta torre deve o seu nome ao proprietário da fazenda conhecida como “Torre” no Sítio do Pinheiro que pertenceu a Aires Gonçalves, lavrada em escritura em 1661, num livro da Misericórdia de Tavira.

Descrição: “Informou o Cura Leal que existiam seis torres nesta freguesia *feitas à antiga*, com grande altura, das quais ao seu tempo (1758) somente existia uma com alguma diminuição de altura por ter sido cortada, à qual se chamava *Torre de Ayres Gonçalves*” (OLIVEIRA, 1991:168). Em fotografia antiga, provavelmente de 1913 ou de data anterior, publicada na *Monografia da Luz de Tavira*, podemos observar a dita torre em estado de grande ruína, apresentando um lado mais alto.

Foi recentemente restaurada. A parte sul da torre apresenta 2 pequenos orifícios quadrangulares; o topo foi deixado com um “apontamento” da antiga altura, com aspecto inacabado (fig. 39) para reforçar a ideia de ter sido mais elevada.

Localização: Coordenadas: 37° 04’ 35’’ N / 7° 42’ 25’’ O. Sítio do Pinheiro. Freguesia da Luz, concelho de Tavira.

Alcance visual: Ria. A construção à borda de água e não no monte que lhe fica perto deve-se ao facto de fazer vigilância ao “passo do rio” a que Silva Lopes chama “Passe da Torre de Ares”, lugar que “na vazante da maré fica todo seco” (1988:114). Anica completa o esclarecimento dizendo que “...onde a torre está... permitia a travessia, com a maré vazia, de pessoas, gados, e até carroças” (ANICA, 1981:123) e afirma tê-lo visto várias vezes.

Cronologia: “... serviu de almenara ou vigia árabe, aproveitada no período português” (SANTOS, 1972:288).

Medieval ou árabe (COUTINHO, 1997:169; 2001:143).

Planta: Circular. Com cerca de 5m de altura e 15,40m de perímetro da base.

Técnica de construção: Blocos médios de pedra e alvenaria.

Intervenções: 1996 – Restauro pelo Ministério do Ambiente; consolidação pelo ICN/Parque Natural da Ria Formosa.

Em Julho de 2000, arranjo paisagístico da zona envolvente.

Em 22 de Julho de 2007, iniciou-se o arranjo da área e acessos.

Artilharia: –

Data de abandono: Em 1758, conforme relata Ataíde de Oliveira (1991:168), já estaria em ruínas.

Estado actual: Em bom estado de conservação.

Apresenta-se aterrada até 0.50m do topo, o qual foi coberto com ladrilhos de barro e deixados alguns degraus originais, apenas visíveis no seu interior (fig. 40).

Utilização actual: Devoluta.

Situação patrimonial actual: Não definida.

Categoria de protecção: Não definida.

Propriedade: Pública municipal.



Fig. 40 – Escada interior

Ficha nº 32 Designação – TORRE DO MAR

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Anica, 1981,1993; Magalhães, 2008; Silva, 1994; Vasconcelos, 1989.

Descrição: Grande construção octogonal (fig. 41) que teria feito parte de um conjunto de fortificações para defesa da ponte e entrada da cidade. Adossado à Torre do Mar foi construído o edifício que provavelmente D. João I mandou edificar para venda de pão e que mais tarde, no século XIX, funcionava como sede da Guarda Principal da cidade de Tavira e paiol de pólvora. Este paiol manteve-se até 1821, altura em que passou para a fortaleza de St.º António de Tavira ou do Rato.

Localização: Junto à entrada da ponte, no canto Ocidental para o lado da foz do Rio Séqua (Gilão).

Freguesia de Santiago, concelho de Tavira.

Alcance visual: Faria a vigilância do porto de Tavira, bem como do acesso à ponte e ao castelo.



Fig. 41 – Torre do Mar
(VASCONCELOS, 1989:311)

Cronologia: Desconhecida. Provavelmente medieval.

Planta: Octogonal, ligando-se à muralha por arcaria.

Técnica de construção: Grandes blocos de pedra aparelhada.

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: Existia ainda em finais do séc. XIX.

Foi cedido, pelo Estado à Câmara de Tavira, o pé do arco da Praça que ligava à torre, sendo esta demolida em 1888, segundo Natércia Magalhães (2008:222).

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 33 Designação – TORRE DE NUNO PEREIRA

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Anica, 1993; Coutinho, 2001; Lameira, 1988; Silva, 1994; Vasconcelos, 1989.

Descrição: Conforme o Dr. Jorge Sebastião e Silva e suas “Considerações sobre a Gravura Seiscentista de Tavira”, esta torre ameada teria sido mais um caso da coexistência de funções religiosas com funções militares e defensivas (SILVA, 1994:140).

Provavelmente quadrangular, estaria junto da igreja de Santa Ana, igreja já referenciada nas Visitações de 1554 (LAMEIRA, 1988:57) e que com o terramoto de 1755, o qual originou a derrocada do castelo de Lagos, passou a ser a capela do Governador e Capitão-General do Algarve, após a mudança do Quartel-General de Lagos para o Alto de Santana, em Tavira (ANICA, 1993:96).

Localização: Alto de Santana, provavelmente junto à igreja de Santa Ana.

Freguesia de Santa Maria, concelho de Tavira.

Alcance visual: Faria a vigilância da ponte e do porto de Tavira.

Cronologia: Provavelmente do séc. XVI.

Planta: Provavelmente quadrangular, com ameias (fig.

42), conforme reprodução da “Gravura Seiscentista de Tavira” (SILVA, 1994:139).



Fig. 42
(SILVA, 1994:139)

Técnica de construção: Provavelmente em alvenaria.

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 34 Designação – TORRE DA RAPOSA

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Guerreiro e Magalhães, 1983; Veiga, 1887.

Descrição: Pouco se sabe sobre esta torre; seria, provavelmente, uma fortificação rudimentar com fosso, tendo junto da entrada um buraco fundo tapado com palha funcionando como armadilha para capturar invasores furtivos. Sarrão refere “...para que os Mouros, que nela entram, possam cair nele...” (GUERREIRO e MAGALHÃES, 1983:167).

Provavelmente construída para proteger hortas e fornos cerâmicos dado que a região, de vales férteis e agricultados, teve intensa actividade cerâmica e onde Estácio da Veiga detectou fragmentos de loiças vidradas (VEIGA, 1887:422).

Localização: Situava-se a 5km a Leste de Tavira, perto do mar.

Segundo Sarrão, “Vai de Tavira correndo a costa para o levante uma légua até à torre, que se chama da Raposa, sobre o mar...” (GUERREIRO e MAGALHÃES, 1983:167).

Alcance visual: –

Cronologia: –

Planta: –

Técnica de construção: –

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 35 Designação – FORTE DE SANTO ANTÓNIO DE TAVIRA OU DO RATO

Outras designações: Fortaleza de Santo António de Tavira ou do Rato, Fortaleza de Santo António, Forte de Santo António de Tavira, Forte do Rato, Bateria de St.º António, Forte das Lebres.



Fig. 43

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Anica, 1993; Callixto, 1982, 1989; Coutinho, 1997, 2001; Chagas, 2004; Gomes, 1988; Lapa 1956; Leal, 1873; Magalhães, 2008; Silva, 1997; Vasconcelos, 1989;

http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=75045;

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=3271> (1*);

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=3257> (1*).

(1*) – São apresentadas duas fichas distintas para a mesma construção.

Descrição: Construção abaluartada que apresenta ainda grande monumentalidade, embora muito destruída e abandonada. O acesso faz-se por porta praticamente destruída e no interior ainda são visíveis vestígios dos alojamentos para a guarnição, paiol, bem como do poço para abastecimento de água. À entrada, teve ponte levadiça, de que não restam quaisquer vestígios, sobre um canal de água também inexistente na actualidade. Apresenta guaritas (fig. 43) e friso na muralha exterior e nos baluartes.

Em 1621, Massai refere que o forte tinha cinco baluartes, três para o lado do mar e dois para terra, incompletos, porque “...ele se deixou de acabar por se mudar neste tempo a Barra para o leste de modo que a artilharia nele a não ofende, pelo tal mudamento” (Guedes, 1988:101). Sugere, ainda, que o dito forte seja deitado abaixo e aproveitadas as pedras para outras construções, entre elas, o Torrão do Lastro. Todavia, o forte não foi deitado abaixo, mas foi remodelado posteriormente ficando apenas com os três baluartes virados para o lado do mar, na sua forma definitiva.

É ladeado por friso na muralha exterior e nos baluartes.

Localização: Coordenadas: 37° 07’ 16’’ N / 7° 37’ 17’’ O. Em “...uma ilha que se diz das Lebres...” (GUEDES, 1988:101), à entrada da barra, no local conhecido como Rato, foi edificada a fortaleza que depois da Guerra da Restauração passou a designar-se por Forte de St.º António (SILVA, 1997:200), também conhecido como Forte do Rato. Actualmente, a ilha deixou de existir havendo sapal e dunas de areia.

Freguesia de Santa Maria, concelho de Tavira.

Alcance visual: Entrada da Barra de Tavira e vigilância da foz do rio Gilão.

Cronologia: Século XVI (reinado de D. Sebastião).

Segundo o cronista João Cascão, quando D. Sebastião visitou o Algarve, em 1573, “...foi El-Rei em um bergantim, pelo rio abaixo, ver a fortaleza que se está fazendo...” (VASCONCELOS, 1989:71).

Frei João de São José, na *Corografia*, publicada em 1577, também faz referência a esta construção, no capítulo que dedica a Tavira, informando:

“...faz, ao presente, El-Rei D. Sebastião, uma torre e fortaleza...” (GUERREIRO e MAGALHÃES, 1983:51).

Planta: O projecto original, com cinco baluartes, foi desenhado por Benedetti. Após remodelação, apresenta planta poligonal com três baluartes para o lado do mar e parede direita voltada para terra, com porta ao meio.

Verificámos que as plantas recolhidas do forte não só não são coincidentes entre si, planta apresentada em Coutinho e Almeida (fig. 44) e a planta do levantamento de 1994 (fig. 45), como nenhuma delas é a planta efectiva desta estrutura. Dada a incongruência, foi prioritário reconhecer *in situ* a planta, sendo feito um levantamento da mesma, a qual apresentamos (fig. 46).



Fig. 44 - Planta do Forte do Rato (ALMEIDA, 1948:514).

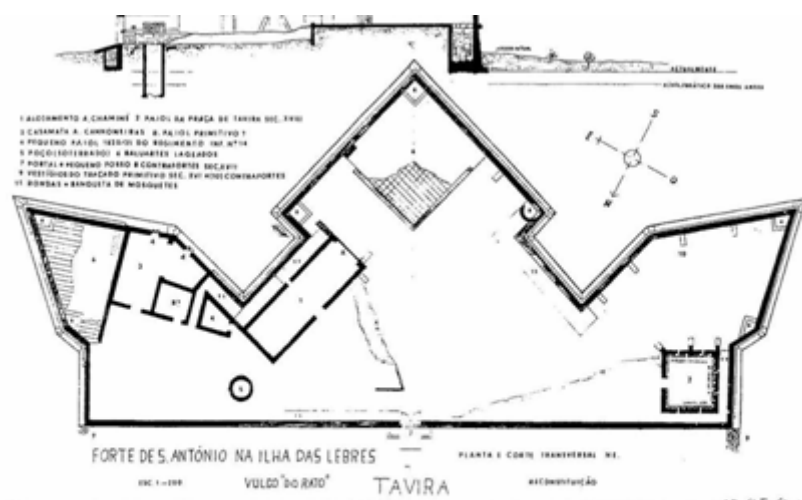


Fig. 45 – Levantamento de 1994 (SILVA, 1997:205).

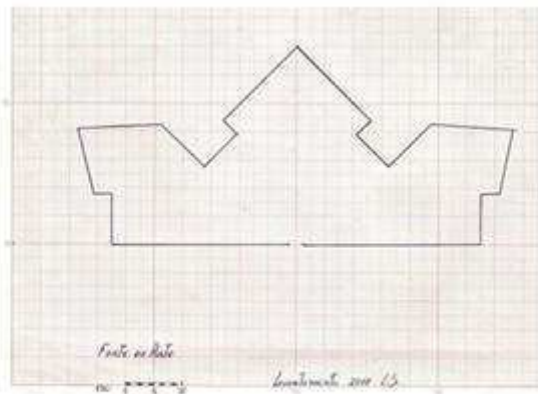


Fig. 46 - Planta do Forte do Rato, levantamento de 2007.

Técnica de construção: Alvenaria de pedra e cantaria.

Intervenções: Apesar da barra se ter deslocado para Levante e Massaii ser de opinião de que esta construção, ainda incompleta, deveria ser desmantelada por ter perdido a sua localização estratégica, foi, todavia, remodelada no tempo da Guerra da Restauração, em 1654.

Em 1981, foi recuperado o arco da entrada pela D.G.E.M.N. e feitas pequenas obras de intervenção. Em 1999, limpeza geral do interior, escavação superficial e colocação de sinalética pela Câmara Municipal de Tavira. Em 2000, feita limpeza e arranjo da área envolvente.

Artilharia: Durante o conflito da Restauração foi guarnecido com tropas e apoiado com artilharia; chegou a ter 3 Oficiais e 23 Soldados.

Em 1759, tinha 7 Peças. Em 1792 tinha apenas 2 Peças, uma sem apetrechos, dada já a inutilidade do forte. Em 1821, foi aí instalado o paiol da Praça de Tavira.

Data de abandono: Em 1840 já estava abandonado.

Estado actual: Em mau estado de conservação, embora não se observem grandes danos estruturais no pano de muralha. A estrutura da planta do forte

mantém-se praticamente na sua forma original, mas algumas partes apresentam alguma destruição no topo e ao longo de alguns troços de muralha e guaritas bem como no friso envolvente. O interior encontra-se parcialmente aterrado e com vegetação rasteira e silvas. As estruturas interiores de apoio e resguardo estão em ruínas.

Utilização actual: Devoluto.

Situação patrimonial actual: Classificado.

Categoria de protecção: IIP. Imóvel de interesse público. Dec.nº8/83, DR 19 de 24 de Janeiro de 1983.

Beneficia de Zona de Protecção, nos termos do ponto 1 do Artigo 43º da Lei nº107 de 08 de Setembro de 2001.

Propriedade: Estatal.

Ficha nº 36 Designação – FORTALEZA DE SÃO JOÃO DE TAVIRA

Outras designações: Fortaleza da Conceição, Fortaleza de São João de Cabanas, Fortaleza de São João do Registo da Barra de Tavira, Fortaleza de S. João da Barra de Tavira, Fortaleza de São João de Tavira ou de Cabanas, Forte de São João da Barra, Forte de São João Baptista, Forte de São João de Tavira, Forte de S. João (da Gomeira ou da Barroca).

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Anica, 1993; Callixto, 1979, 1982; 1989; Chagas, 2004; Coutinho, 1997, 2001; Gomes, 1988; Lapa, 1956; Leal, 1873, 1880; Magalhães, 2008; Silva, 1997;

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=3270> (1*);

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=3255> (1*);

http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=72859 (2*).

1* – São apresentadas duas fichas distintas para a mesma construção.

2* – O nº de Decreto apresentado refere-se ao Forte do Rato.

Descrição: Foi edificada para substituir o Forte de Santo António de Tavira ou do Rato, em virtude do avanço da barra para Levante; construção com 100m por 110m, segundo o estilo Vauban, apresenta um pórtico de entrada em pedra talhada com arco redondo, ladeado por pilastras com remate de cone arredondado. Este pórtico é encimado por duas lápides com inscrições, escudo e nicho (anexo 4a). O acesso, através de fosso, era feito por meio de porta levadiça.

Apresenta friso exterior, guaritas nos quatro ângulos, bem como nos panos das muralhas dos lados Este e Oeste.

No interior, onde hoje existem casas de habitação, existia ermida, casa do Governador, quartéis e armazém.

Localização: Coordenadas: 37° 08' 20'' N / 7° 35' 32'' O. Frente ao sítio da Gomeira também conhecido por Barroca, a Nordeste da Vila de Cabanas, junto à praia, a 3km a Oeste do Forte de Santo António de Tavira ou do Rato.

Freguesia da Cabanas, Concelho de Tavira.

Alcance visual: Entrada da barra de Tavira.

Cronologia: Século XVII (1670).

Planta: Quadrangular em estrela com baluartes nos ângulos e fosso à volta (fig. 47); (anexo 4b).



Fig. 47 – Foto do Google Earth 4.2

Técnica de construção: Alvenaria de pedra e cantaria.

Intervenções: Começou por ser uma pequena fortificação construída de terra e faxina, no reinado de D. João IV, em 1656. Durante a regência do Príncipe D.

Pedro, no ano de 1670, foi iniciada a construção conforme o traçado ainda hoje existente, obra que terminou dois anos depois.

Sofreu grandes danos com o terramoto de 1755, sendo reedificado em 1793, no reinado de D. Maria I.

Artilharia: Em 1754 possuía 5 Peças de ferro e 1 de bronze.

Em 1821 estava artilhado com 7 Peças de ferro e 1 de bronze; tinha uma guarnição de 20 Soldados, 1 Cabo, 1 Sargento e 1 Capitão.

Após a Guerra Civil, a sua importância decaiu e em 1840 já só tinha 3 Peças desmontadas. Em 1861 já não tinha artilharia.

Data de abandono: Finais do séc. XIX. Depois de desactivado, foi ocupado pelo Posto da Guarda-Fiscal, até 1905, sendo, depois, vendido a particulares.

Estado actual: Bastante bom. Da área da Ria Formosa é uma das fortificações em melhor estado de conservação.

Utilização actual: É utilizada para turismo de habitação. Está publicitado como turismo da natureza, em <http://www.fortesaojoaodabarra.com/>.

Situação patrimonial actual: Classificado.

Categoria de protecção: IIP. Imóvel de interesse público. Dec.Nº43073, DG 162 de 14 de Julho de 1960.

Beneficia de Zona de Protecção, nos termos do ponto 1do Artigo 43º da Lei nº107 de 08 de Setembro de 2001.

Propriedade: Privada.

Ficha nº 37 Designação – FORTE DO TORRÃO DO LASTRO

Outras designações: Fortaleza do Torrão do Lastro.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Callixto, 1979; Coutinho, 2001; Guedes, 1988; Silva, 1997; Vasconcelos, 1989.

Descrição: Esta obra, que Massai aponta de grande utilidade por controlar a barra e a foz do Rio Gilão, situava-se em terra firme, podendo ser socorrida por mar e por terra a qualquer momento. Com o desvio da barra, foi mais tarde substituída pelo Forte de S. João e pela Bateria da Fuzeta para controlo da barra e do canal de acesso a Faro.

Localização: Perto das Quatro Águas, no sítio do Regueiro do Lastro, a Oeste da foz do Gilão, em frente à barra da época e a 5km do Forte do Rato.

Freguesia de St.^a Maria, concelho de Tavira.

Alcance visual: Entrada da barra, foz do Rio Gilão e o canal de acesso a Faro.

Cronologia: Já existia aquando da visita de D. Sebastião a Tavira em 1573.

Planta: Quadrangular.

Segundo Massai era “... um quadrado de taipa, de 25 até 30 palmos por lados...” (GUEDES, 1988:100).

Técnica de construção: Conforme o cronista João Cascão, um dos membros do séquito de El-Rei, “O sr. D. Duarte foi pelo rio abaixo em um batel ver o sítio da fortaleza que ora se faz (Fortaleza de Santo António de Tavira) e viu outra de torreões...” (VASCONCELOS, 1989:70). Os “torreões” a que o cronista se

refere não são torres, mas apenas torrões derivados da composição da construção. Segundo António Sebastião e Silva (1997:198), a construção não seria em taipa, mas em adobe.

Na reconstrução foi utilizada pedra ida dos baluartes anteriores da fortaleza de St.º António de Tavira ou do Rato.

Intervenções: Restaurado e reforçado com pedra, provavelmente após a inspecção de Massaii.

Artilharia: Em 1573 tinha “alguma artilharia”, conforme o cronista João Cascão (VASCONCELOS, 1989:70).

“...com o decurso do tempo e descuido...”, o forte foi-se arruinando e em 1621, conforme Massaii, tinha um berço de câmara “...sem aviamento escuso” (GUEDES, 1988:100 e 104). Após obras de beneficiação foi dotado de baterias (COUTINHO, 2001: 69).

Data de abandono: Teria sido abandonado após 1640. Segundo Sebastião e Silva foi substituído pela bateria da Fuzeta.

Estado actual: Desaparecido. Em 1946 ainda eram visíveis vestígios.

Utilização actual: No local, em 1946, foram feitas umas salinas.

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 38 Designação – BATERIA DO REGISTO DE TAVIRA

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Callixto, 1982; Silva, 1997.

Descrição: Consistia numa pequena bateria que servia de registo, com um pequeno quartel. Aparece documentada em “O Mapa das Fortificações” de J. Sande de Vasconcelos (CALLIXTO, 1982).

Localização: Na margem direita do Rio Gilão, junto ao lugar onde hoje existe a nova ponte.

Alcance visual: Entrada do rio.

Cronologia: Entre 1656 – 1670 (SILVA, 1997:200).

Planta: –

Técnica de construção: –

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Concelho de Vila Real de St.º António

Ficha nº 39 Designação – TORRE DOS FRADES

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Marques, 1995; Santos, 1972; Veiga, 1887 (1*).

1*- Estácio da Veiga justifica-lhe o nome: por ter sido “possuída pelos frades de São Paulo de Tavira, pacíficos sucessores dos mouros no domínio daquela torre” (VEIGA, 1887:424).

Descrição: No local ocupado pela casa de Solorico Drago, segundo Estácio da Veiga, esta torre de vigia que teria sido octogonal apoiava-se numa caverna subterrânea, a 248,7m de distância da torre e que serviria de abrigo e silo. Aí foram encontrados fragmentos de cerâmica árabe e outros artefactos (pedaços de mós, dentes de javali).

Localização: Lugar de Torre dos Frades, a 3km a Nordeste de Vila Nova de Cacela.

Freguesia de Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real St.º António.

Alcance visual: Faria a vigilância dos campos cultivados. Conforme Estácio da Veiga, talvez se pudesse avistar o castelo de Castro Marim, a 7km de distância.

Cronologia: “Romano / Islâmico” (MARQUES, 1995:175).

“Talvez de construção árabe” (SANTOS, 1972:343).

Planta: Octogonal.

Técnica de construção: Não documentada.

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: No séc. XIX, o local já se encontrava parcialmente ocupado por uma residência pertencente ao Sr. Filipe Solorico Drago.

Estado actual: Desaparecida.

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 40 Designação – FORTALEZA DE CACELA

Outras designações: Fortaleza de Cacela-a-Velha, Forte de Cacela.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Callixto, 1982; Catarino, 1997, 2002; Cavaco, 1984, 1987; Coutinho, 1997, 2001; Guedes, 1988; Guerreiro e Magalhães, 1983; Magalhães, 2002, 2008; Silva, 1997;



Fig. 48

http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=72984.

Descrição: Originalmente, a fortaleza não tinha a configuração que hoje apresenta. O núcleo populacional, conforme Helena Catarino (1997:450), teria sido amuralhado entre os séculos IX e X, período Emiral / Califal. Com o avanço da Reconquista, é reforçado em época Almorávida / Almóada de que resta, a Sueste, um troço de muralha em taipa.

No alto da falésia, controlando o braço de mar que dava acesso a Tavira, foi construído o castelo que, de acordo com Sarrão era “...um castelo muito forte com duas torres muito boas...” (GUERREIRO e MAGALHÃES, 1983:169). Todavia, segundo as “Visitações” de 1565, era um castelo de planta quadrangular, com quatro torres, uma em cada canto, tendo uma das quais caído e “... toda a face da banda do mar” (CAVACO, 1987:277).

Após 1541, quando o apoio às Praças do Norte de África deixa de se fazer, a povoação perde protagonismo e os moradores, pressionados pela pirataria, vão aos poucos abandonando a povoação, acabando o castelo por chegar à ruína. Massai relata que “...não mora nele Capitão nem vigiam por causa das Ruínas das casas e muros...” (GUEDES, 1988:97). Adaptado a presídio durante a Guerra da Restauração, foi reformado nos meados do séc. XVIII, passando a fortaleza abaluartada, com tenalha e duas guaritas voltadas ao mar (fig. 48). O portal de entrada, virado a Norte, é ladeado por pilastras encimadas por remate e apresenta um frontão pintado de branco; entre o portal e o frontão existe uma lápide comemorativa da obra efectuada em tempo de D. Maria I, sendo Governador do Algarve D. Nuno José Fulgêncio de Mendonça e Moura.

No interior existem duas fileiras de casas, pátio e poço.

Actualmente, a fortaleza é ocupada pelo Posto da Brigada Fiscal da GNR.

Localização: Coordenadas: 37° 09' 25'' N / 7° 32' 44'' O. Freguesia de Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António.

Alcance visual: Em local elevado e sobranceiro à ria, controlava uma vasta área de terrenos férteis e dominava um dos braços de mar que dava acesso a Tavira, bem como a linha de costa até à embocadura do rio Guadiana.

Cronologia: O troço existente de muralha em taipa data provavelmente da 2ª metade do século XII (CATARINO, 1997:450).

O actual abaluartado é setecentista.

Planta: O castelo teve planta quadrada. A actual fortificação apresenta planta poligonal irregular com tenalha.

Técnica de construção: A actual fortaleza é em alvenaria, argamassa de consolidação e reboco. Da antiga fortaleza medieval é ainda visível, a Sueste, um troço de muralha em taipa.

Intervenções: Tendo sido o castelo muito abalado pelos terramotos de 1719, 1722 e 1755, foi iniciada, em 1758, uma campanha de obras segundo o sistema abaluartado, sendo, ao tempo, Governador do Algarve D. Rodrigo de Noronha e Meneses.

As obras só são terminadas em 1794, no reinado de D. Maria I.

Feita a consolidação do troço da muralha de taipa em 2001.

Placar de intervenção data de Outubro 2002.

Artilharia: Sabe-se que o castelo teve artilharia, mas ao tempo de Massaii (fig. 49) estava abandonado e sem munições havendo "...5 berços de câmara e deles sem aviamento" (GUEDES, 1988:97).

Nos finais do século XVIII, a nova fortaleza estava provida de artilharia tendo um quartel de guarnição e quartel do governador, conforme J. Sande de

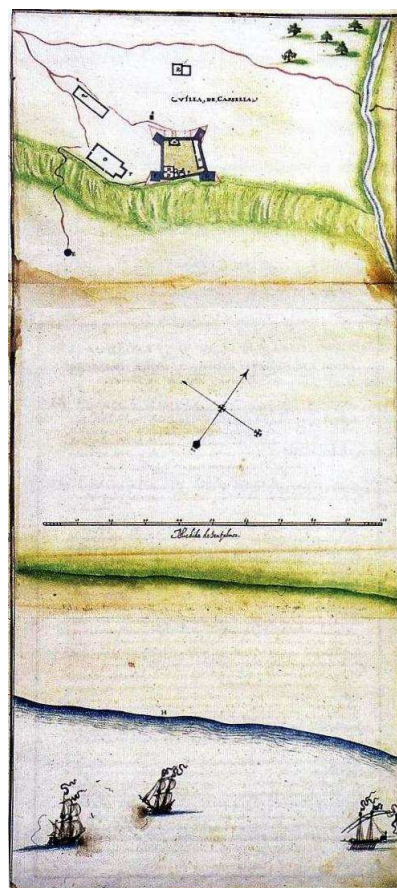


Fig. 49 - Planta de Massaii da Fortaleza de Cacela (COUTINHO, 2001:163).

Vasconcelos (CALLIXTO, 1982). De acordo com descrição em planta de autor e datas desconhecidos, tinha 6 Peças de ferro (MAGALHÃES, 2008:286).

Em 1833, só tinha 1 Peça, o que levou à neutralização da fortaleza pelas tropas liberais (SILVA, 1997:201).

Data de abandono: Concessionada em 1897.

Estado actual: Bem conservada.

Utilização actual: Posto da GNR/ Brigada Fiscal.

Situação patrimonial actual: Classificado.

Categoria de protecção: IIP. Imóvel de Interesse Público. Integrado no conjunto “Núcleo Histórico de Cacela Velha”, classificado pelo Dec. nº2/96 de 6 de Março (I série-B).

Beneficia de Zona Especial de Protecção ao “Núcleo Histórico de Cacela Velha”, pelo Despacho de Janeiro de 1987.

Propriedade: Estatal.

2.Torres inexistentes ou de existência duvidosa

Ficha nº 41 Designação – TORRE DE SÃO LOURENÇO

Outras designações: Castelo de São Lourenço, Fortaleza de São Lourenço.

Referências bibliográficas: Almeida, 1947; Coutinho, 2001; Gomes, 1988; Lopes, 1988; Martins, 1984; Martins e Cabanita, 2001; Oliveira, 1977; Oliveira, 1998.

Descrição: –

Localização: O *Levantamento Arqueológico e Bibliográfico* faz referência à torre de S. Lourenço e remete-nos para “Almeida, 1947, 472; Martins, 1984, 127” e “Oliveira, 1977, 237, 241, 267, 268” (GOMES, 1988:80). Consultada toda a bibliografia indicada, verificámos que João de Almeida refere existirem à época vestígios de uma antiquíssima fortaleza, que designa por “Castelo de São Lourenço”, perto da margem direita da Ribeira de São Lourenço, restaurada em 1250, no reinado de Dom Afonso III (1948:468-469). De notar que a edição a que tivemos acesso é de 1948 e não de 1947, o que resulta em discrepância no número da página. Consultada Ilda Martins esclarece que a informação recolhida sobre a Fortaleza de São Lourenço foi do estudo do General João de Almeida, edição de 1948, página 469 (MARTINS, 1984:127); exactamente a mesma edição e páginas por nós consultadas e já acima sumariadas. Consultado Oliveira (1977:237, 241, 267-268), este faz referência à Ribeira de São Lourenço, ao vale e possível porto do mesmo nome, reporta-se ao General João de Almeida para

concluir da possibilidade da existência de fortificação na colina de São Lourenço, para protecção dos mesmos. Consultámos ainda Coutinho que refere existirem dúvidas quanto à localização da referida fortificação; esclarece que a informação recolhida foi com base nos estudos do General João de Almeida (COUTINHO, 2001:120).

Mais acrescentamos que João de Almeida, no capítulo que dedica a Loulé, além do “Castelo de São Lourenço” (ALMEIDA, 1948:468), faz a descrição de um forte de que apresenta planta do Forte Novo, a que chama Forte de São Lourenço, na Barra da Armona, cujas ruínas são visíveis na baixa-mar (*IDEM*:472); o General referir-se-ia a outra estrutura.

Ficámos na dúvida se existiu esta fortificação, porque todos os autores se reportam à mesma fonte – João de Almeida, e não obtivemos outra com a qual pudéssemos fazer qualquer analogia ou confrontação. Estamos em crer que ao que os autores acima denominam de “torre”, “fortaleza” e “castelo” de São Lourenço será provavelmente a Torre de Farrovilhas feita pelos pescadores, para defesa do porto. Situada junto da ribeira de São Lourenço e perto do antigo golfo do mesmo nome, a torre de Farrovilhas é referenciada pelos Visitadores da Ordem de Santiago, em 1565, ao reportarem a Ermida de Nossa Senhora de Farrovilhas da Armação; nesta ermida existia no altar uma imagem de vulto de São Lourenço, protector dos pobres; foi, provavelmente, desta imagem, do nome da ribeira e do golfo que derivou o nome de São Lourenço sendo possivelmente a Torre de Farrovilhas e a Torre de São Lourenço a mesma construção.

Embora o General João de Almeida atribua um restauro em 1250 e vestígios, em 1948 e Martins admita a possibilidade de duas fortificações para defesa do porto da povoação de São Lourenço, uma no Outeiro da Torre e outra no de São Lourenço, esta à cota de 65m, não nos parece plausível a existência de duas fortificações a cerca de 2km de distância uma da outra para defesa de um porto de interior, quando a zona mais vulnerável seria a desembocadura da ribeira e o próprio golfo. Além de que, a cota que João de Almeida menciona para São Lourenço é de 28m, cota que nos parece mais consentânea com aquela em que se localizaria a Torre de Farrovilhas, tendo em conta o assoreamento do vale.

Alcance visual: –

Cronologia: –

Planta: –

Técnica de construção: –

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: –

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 42 Designação – FORTE DA TORRE

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Callixto, 1987; Gomes, 1988; Martins, 1984; Oliveira, 1977.

Descrição: Este forte é-nos apontado pelo *Levantamento Arqueológico* (GOMES, 1988:81), que nos indica como bibliografia Martins (1984), a qual refere ser de admitir a existência de fortificação no sítio da Torre (MARTINS, 1984:126,127).

Callixto atribui ao topónimo a probabilidade de existência de torre de vigia (CALLIXTO, 1987:128). Com efeito, o sítio da Torre vem assinalado na Carta Militar de Portugal fl. 606, 1979 e na Carta de 2007, fl. 53-4, na margem esquerda na ribeira de São Lourenço, todavia, nada comprova a existência de fortificação.

Localização: Freguesia de Almancil, concelho de Loulé.

Na margem esquerda da Ribeira de São Lourenço, Vale do Ludo (MARTINS, 1984:126, 127).

Alcance visual: Leal de Oliveira admite a possibilidade de fortificação, dado tratar-se de local elevado de onde poderia ser feita a vigilância de todo o Vale de São Lourenço e do Ludo (OLIVEIRA, 1977:241).

Cronologia: –

Planta: –

Técnica de construção: –

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: –

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 43 Designação – ATALAIA DO TORREJÃO

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Almeida 1948; Carta Militar de Portugal, 1980, fl. 611; Carta Militar de Portugal 2007, fl.53-4; Carta de Portugal, 1923, fl.53-A; Coutinho 2001; Gamito 2001; Gomes, 1988; Lapa, 1957; Leal, 1874, 1875; Lopes, 1988; Marques, 1995; Oliveira, 1906; Silva, 1998.

Descrição: No *Portugal Antigo e Moderno* Pinho Leal explica a origem de “Torrejão” como sendo “a corrupção de Torre de Joanne, do que se fez Torre-João e por fim, Torrejão” (Vol. VI, 1875:515). Conforme, ainda, este autor “...também se dava o nome de Joanne ao que fazia vida penitente e eremítica” (Vol. V, 1874:410).

Ataíde de Oliveira (1906:208) complementa: “O sítio do Torrejão pertencente a esta freguesia (Pechão) supõe a existência de uma antiga torre cuja origem é hoje completamente desconhecida”.

Localização: Desta atalaia existem apenas algumas referências documentais e muitas dúvidas quanto à sua localização, facto que nos levou a recolher toda a informação possível que se relacionasse com o topónimo.

O *Levantamento Arqueológico e Bibliográfico* dá como bibliografia Almeida e Lapa (1988:88); consultados os autores indicados, verificámos que: João de Almeida chama Torrejão à Torre de Bias I, da qual apresenta fotografia e legenda “Torre da Atalaia de Bias” (1948:481). Lapa reporta-se a João de

Almeida e nada mais acrescenta (1957:17). Coutinho confunde-a com a Torre de Alfaxia, à qual denomina “Torrejão”, no lugar de Alfaxia / Murtais, freguesia de Moncarapacho (2001:125).

Encontrámos referências a “Torrejão” na *Corografia* de Silva Lopes, de 1841, como sendo uma das “...duas grandes e boas fazendas...” na freguesia de Pechão, sendo a outra fazenda Bela Mandil (LOPES, 1988:346).

Na *Carta Arqueológica* vem assinalado “Torrejão Velho” onde existiu uma *villa* Romana e balneário (MARQUES, 1995:91), a sul da EN-125.

Celeste Silva situa a Torre do Torrejão na margem direita da Ribeira de Bela Mandil, a cerca de 2,5 km a Noroeste de Olhão, a 300 m do mar, fazendo vigilância de costa (1998:120-121).

Consultada a *Carta de Portugal* de 1923, folha 53-A, está indicado o topónimo Torrejão a Norte da EN-125, à altura EN 78, entre Bela Curral e Bela Mandil, na margem esquerda da Ribeira de Bela Mandil (anexo 5).

Actualmente, as Cartas Militares de Portugal (1980 e 2007) apresentam o Lugar do Torrejão a sul da EN-125.

Alcance visual: –

Cronologia: –

Planta: –

Técnica de construção: –

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: –

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 44 Designação – TORRE DA CUMEADA

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Coutinho, 2001; Gomes, 1988; Lapa, 1957; Lopes, 1988; Oliveira, 1906; Proença, 1927.

Descrição: O *Levantamento Arqueológico – Bibliográfico do Algarve* remete-nos para Almeida, 1947:483; Lapa, 1957:16; Proença, 1927:253; (GOMES, 1988:86). Consultado Almeida chama “Torre da Cumiada” à Torre de Bias I de que apresenta fotografia e legenda “Torre da Atalaia de Joannes”.

Lapa repete Almeida. Proença (1927:253) refere-se à “Torre da Cumeada” como fazendo parte de um conjunto de “torres em ruínas (que) escoltam o povoado” (da Fuzeta).

Coutinho (2001:125) denota algumas reservas quanto à existência desta torre; indica como bibliografia Almeida, 1947 e Oliveira (1906:102); contudo, em Oliveira não há referência à torre da Cumeada, mas a uma torre “...em uma cumiada que domina os esteiros que vêm de Tavira para Faro...”. Este texto insere-se numa transcrição da *Corografia* de Silva Lopes, que não estando completo pode induzir em erro. Continuando a leitura no texto original, completa-se a informação “...em parte demolida, uma dessas torres de vigia...sem vestígios de escada (...). Jaz por terra uma pedra branca (...) em que estão lavradas as armas portuguesas, com letreiro por baixo que diz Joannes III.

(...)” (LOPES, 1988:115). Deverá, portanto, tratar-se da Torre de Bias I, o que nos faz duvidar da existência da Torre da Cumeada.

Localização:

Alcance visual: –

Cronologia: –

Planta: –

Técnica de construção: –

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: –

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 45 Designação – TORRE DA FUZETA

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Almeida, 1948; Coutinho, 2001; Gomes, 1988.

Descrição: –

Localização: O General João de Almeida refere-se a uma Torre “No cimo do medo, Fuzeta cota 4m, que se levanta na Ilha da Armona...” e que à época existiam restos de uma torre de alvenaria (1948:484).

João de Almeida dá-nos indicação de três construções na Ilha da Armona; são elas: “Torre da Fuzeta” (ALMEIDA, 1948:484), o “Forte da Armona” e o Forte da Barra Grande (*IDEM*:477). Julgamos que o General confundiu a Bateria da Armona e a Bateria Nova da Armona, ambas na ilha do mesmo nome, perto da Barra Grande, opinião corroborada por Leal de Oliveira (OLIVEIRA, 1980:37-8). Quanto à Torre da Fuzeta é referenciada pelos autores em bibliografia, mas nada mais é acrescentado a validar a sua existência.

Alcance visual: –

Cronologia: –

Planta: –

Técnica de construção: –

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: –

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

Ficha nº 46 Designação – TORRE DE QUINTELA

Outras designações: Não tem outras designações.

Referências bibliográficas: Costa, 1947; Gomes, 1988; Leal, 1878; Santos, 1972.

Descrição: –

Localização: Santos aponta a localização de uma Torre denominada Quintela, em Marim (1972:287), cuja fonte, em nota de rodapé, nos remete para Rocha Dias, “Notícias Arqueológicas extraídas do Portugal Antigo e Moderno de Pinho Leal”. Na consulta do referido autor, a informação não é coincidente: verifica-se que os topónimos “Quintela” e “Marim” dizem respeito à aldeia de Quintela, freguesia de Vila-Marim, no Concelho de Vinhais, província de Trás-os-Montes (LEAL, 1878:35). A Torre de Quintela tendo existido supostamente em Marim, perto de Olhão, não é referida em alguma carta ou mapa que remeta o topónimo ao referido local; é apenas mencionada no Levantamento Arqueológico e Bibliográfico (GOMES, 1988:88), mas referindo como fonte os autores acima mencionados.

Consultado, ainda, o volume IX do Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular (COSTA, 1947:1139-1143), de todas as localidades denominadas “Quintela,” nenhuma se situa no sul do País.

Alcance visual: –

Cronologia: –

Planta: –

Técnica de construção: –

Intervenções: –

Artilharia: –

Data de abandono: –

Estado actual: –

Utilização actual: –

Situação patrimonial actual: –

Categoria de protecção: –

Propriedade: –

V

1. Avaliação sumária do estado de conservação das estruturas e contabilização

Apresentam-se de seguida as estruturas pelo seu estado de conservação actual, sua contabilização e quais as que se encontram com protecção e respectivas categorias.

(Ordem por tipologias)

Castelo e Muralhas de Faro – BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO (os troços de muralha remanescentes).

Castelo e Muralhas de Tavira – BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO (os troços remanescentes).

Atalaia da Abóbora – DESAPARECIDA.

Atalaia do Cabo de St.^a Maria – DESAPARECIDA.

Atalaia Grande – DESAPARECIDA.

Atalaia Pequena – DESAPARECIDA.

Atalaia do Torrejão – (Não contabilizada por haver dúvidas quanto à sua existência).

Atalaia dos Três Irmãos – DESAPARECIDA.

Torre de Aires – BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.

Torre de Alfanzia – DESTRUÍDA. RUÍNAS; em risco de desaparecer, não se reconhecendo a planta na totalidade.

Torre da Amoreira – DESTRUÍDA. RUÍNAS; em risco de desaparecer, onde não se reconhece a estrutura nem a planta na sua totalidade.

Torre de Bias I – EM PERIGO. Risco de ruína, mas ainda sendo reconhecível a estrutura e a planta; precisando de reparação / consolidação / revalorização.

Torre de Bias II – DESTRUÍDA. RUÍNAS; em risco de desaparecer; não se reconhece a estrutura nem a sua planta.

Torre da Cumeada – (Não contabilizada por haver dúvidas quanto à sua existência).

Torre de Farroilhas – DESAPARECIDA.

Torre dos Frades – DESAPARECIDA.

Torre da Fuzeta – (Não contabilizada por haver dúvidas quanto à sua existência).

Torre do Mar – DESAPARECIDA.

Torre de Marim – BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO (não acessível).

Torre do Natal – DESAPARECIDA.

Torre de Nuno Pereira – DESAPARECIDA.

Torre de Quarteira (ou Forte Velho) – DESAPARECIDA. (conhece-se a localização).

Torre de Quatrim – EM PERIGO. Risco de ruína. Ainda sendo reconhecível a estrutura e a planta; precisando de reparação e consolidação.

Torre de Quintela – (Não contabilizada por haver dúvidas quanto à sua existência).

Torre da Raposa – DESAPARECIDA.

Torre de São Lourenço – (Não contabilizada por haver dúvidas quanto à sua existência).

Torre de Santo António do Alto – BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.

Cerca Seiscentista – BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO (os troços remanescentes).

Fortaleza de Cacela – BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.

Fortaleza de São João de Tavira – BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO.

Forte da Torre – (Não contabilizada por haver dúvidas quanto à sua existência).

Forte Novo de Loulé – DESAPARECIDO. RUÍNAS dispersas, submersas. Conhece-se a localização.

Forte de Santo António de Tavira ou do Rato – MAU ESTADO DE CONSERVAÇÃO.

Forte de São Lourenço – DESAPARECIDO, mas conhece-se a localização, por vestígios arqueológicos remanescentes.

Forte do Torrão do Lastro – DESAPARECIDO.

Bateria do Ancão – DESAPARECIDA.

Bateria da Armona – DESAPARECIDA.

Bateria da Barra Nova – DESAPARECIDA.

Bateria da Barreta – DESAPARECIDA.

Bateria de Farroilhas – DESAPARECIDA.

Bateria da Fuzeta – DESAPARECIDA.

Bateria da Lama – DESAPARECIDA.

Bateria Nova da Armona – DESAPARECIDA.

Bateria ou Posto de Olhão – DESAPARECIDA.

Bateria ou Posto de Porto de Mós – DESAPARECIDA.

Bateria do Registo de Tavira – DESAPARECIDA.

Contabilização:

nº total aferido – 40

Desaparecidas – 26 (3 das quais se conhece a localização: Forte Novo Loulé, Torre de Quarteira, Forte de São Lourenço).

Nº total de restantes – 14

Exemplares em bom estado de conservação – 8

Exemplares em mau estado e necessitando de obras de reparação / consolidação / restauro – 3 (Forte do Rato, Torre de Quatrim, Torre de Bias I).

Exemplares em ruínas e em risco de desaparecimento – 3 (Torre de Alfanxia, Bias II, Torre da Amoreira).

Vestígios arqueológicos – 2 (Forte S. Lourenço, Forte Novo de Loulé - contabilizados como desaparecidos).

Das estruturas existentes estão com protecção:

IIP – 6 (Muralhas de Faro, Cerca, Bias I, F. do Rato, F. Conceição, F. Cacula)

MN – 1 (Muralhas de Tavira)

Não definida:

1 - (T. Aires)

Sem protecção:

1 - (St.º Ant.º Alto)

Desclassificado:

1 - (F. Novo de Loulé)

2. Estado do objecto de estudo

Foram alvo da nossa pesquisa as torres, os fortes, as baterias, os castelos e as muralhas que integraram a malha defensiva na área da Ria Formosa; se bem que nem todas as estruturas se situem ou estivessem situadas na orla costeira, como foi o caso de algumas torres de vigia, a sua localização mais para o interior constituiu uma segunda linha no controle e defesa da costa, pelo que também foram objecto de análise.

Quer para as ainda existentes, quer para as desaparecidas, foram elaboradas fichas conforme o plano de trabalho já apresentado.

Contabilizámos um total de 40 estruturas.

As fortalezas / fortes constituíram um total de 9.

Desaparecidos 3, existentes 6, 1 dos quais em mau estado de conservação (Forte do Rato).

Contabilizámos 11 baterias de costa; destas já nada existe em virtude de se tratar, na maioria, de construções efémeras; não deixámos, todavia, de as referir e descrever, uma vez que, na sua época, desempenharam um papel determinante na defesa da costa.

Das 20 torres e atalaias, 3 encontram-se em bom estado, 2 em mau estado, 3 em ruínas e 12 desaparecidas.

As estruturas existentes perfazem um total de 14 estruturas (35 %).

Em bom estado de conservação, 8 estruturas, (20 %) – Torre de Santo António do Alto, Torre de Marim, Torre de Aires, Forte de Cacela, Forte de São João de Tavira, Fortaleza e Muralhas de Faro (os troços remanescentes das muralhas), Cerca Seiscentista (os troços remanescentes), Castelo e Muralhas de Tavira (os troços remanescentes).

Em mau estado, mas ainda sendo reconhecível a estrutura e a sua planta e precisando de reparação ou consolidação, perfazem 3 estruturas (7,5 %) – Torre de Bias I, Torre de Quatrim, Forte do Rato.

Exemplares em ruínas e em risco de desaparecer (onde não se reconhece a estrutura e/ou a totalidade da sua planta) 3 estruturas (7,5 %) – Torre de Alfanzia, Torre da Amoreira, Torre de Bias II.

As estruturas desaparecidas constituem a maior percentagem (65 %) num total de 26 estruturas.

Como vestígios arqueológicos (contabilizadas como desaparecidas) 2 estruturas (5 %) – F. São Lourenço, F. Novo de Loulé.

Números pouco animadores. Sendo o “estado de ruína” do Património Arquitectónico - Militar uma constante com que nos deparámos em muitos documentos consultados – *Visitações, Memórias, Descrições, Relatórios*; de Massai a Silva Lopes, Governadores, Párcos e Engenheiros - Militares, todos, no decorrer do tempo, fazem alusão ao estado de abandono das fortificações e a ruína foi temática recorrente. Não nos esqueçamos, todavia, que várias

vicissitudes se conjugaram para tal, como os ataques, as guerras, os terremotos, a mutabilidade da orla costeira, a erosão acentuada e até o desvio das barras.

O abandono, quer por ineficiência estratégica, quer por inoperância das estruturas em função das exigências das novas artes da guerra, contribuiu para que muitas das construções fossem esquecidas. Finalmente, o próprio tempo de paz conduziu a que fossem descuradas, dada a sua inutilidade para os fins para os quais haviam sido edificadas, particularmente aquelas fora dos limites urbanos. De qualquer forma, apresentamos aqui o nosso respeito por homens que trabalharam e lutaram pela defesa do território em condições adversas e falta de meios e por aqueles que calcorream a região, em condições que mal podemos imaginar, legando-nos informação sobre o Património que todos temos o dever de preservar. Algum dele, hoje, pouco mais é do que um monte de pedras, como é o caso da torre de Alfanxia, Bias II, e Amoreira, estando mesmo em vias de desaparecer. Outras estruturas já não existem, porque foram destruídas pela erosão e pelas marés, como o Forte Novo de Loulé e o Forte de São Lourenço. Outras, ainda, foram arrasadas, como a Torre do Mar, o Torrão do Lastro, a Torre de Quarteira. Outras estão no limbo – entre a ruína e o monte de pedras – Quatrim e Bias I.

Preconizamos: obras urgentes de intervenção e valorização; restauros e consolidação; limpeza, reparação de acessos e arranjos paisagísticos das áreas envolventes; divulgação promovida pelos vários órgãos, (turístico, autárquico) e campanhas de informação para despertar e sensibilizar consciências no sentido

de se preservar o que é “velho,” mas que tem potencialidade para constituir uma “nova” riqueza.

3. Da ruína ao turismo cultural. Propostas de valorização

Diz o Artigo 3º ponto 3 da Lei nº 107/2001 de 08 de Setembro (Lei de Bases do Património Cultural Português) ser “Tarefa fundamental do Estado: O conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem um dever do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias locais”.

Perdida que foi a sua funcionalidade, ganhar-se-ia na reutilização e divulgação deste Património, valorizando não só as estruturas, como a Região Algarvia. Associar este património à região, realçando a sua história, não só como um episódio independente e autónomo, mas integrado, transforma-o, conseqüentemente, num marco *sui generis*, uma valência acrescentadora à existente variedade cultural da região.

As estruturas militares de defesa da Ria Formosa foram, em tempos, a marca do território e de posse deste; passada esta dominância, persiste agora apenas uma memória encurtada pela ausência de exemplos, por um desconhecimento geral, vandalismo, desinteresse e acções desmembrantes do conjunto. São frequentes os episódios de atentados contra o património, situações irrecuperáveis tais como a destruição em prol de privados (por exemplo, a Torre de Quarteira e do Torrão do Lastro). Também a inércia e o desapego levaram muitas dessas estruturas ao abandono (Torre de Bias I), degradação, ruína e à sua perda conseqüente (Alfanxia e Amoreira). Pretende-se, então, propor meios de

valorização e requalificação adequados, conforme os casos, como sendo de interesse turístico, histórico, arqueológico e patrimonial, para os exemplos que ainda persistem e particularmente para os que se encontram em risco de desaparecimento. Temos como bom exemplo a recuperação do moinho de maré de Marim, com apoio e participação do ICN, PNRF, Comunidade Europeia, Ministério da Hacienda e Patrinatura, entre outros.

É do conhecimento geral as intervenções efectuadas na torre de Aires e no seu espaço envolvente, o que já não acontece em outros casos, tal como a Fortaleza de Santo António do Rato; apesar de algumas estruturas serem alvo de valorização e arranjo, outras existem de forma precária (Torres de Bias I e Torre de Quatrim), outras em ruína completa, em risco de desaparecerem os seus últimos vestígios (Bias II e Amoreira, e a Fortaleza de São Lourenço de Olhão).

Cada estrutura em concreto tem factores próprios que nos obrigam a avaliar caso a caso as suas características individuais, técnicas de construção e os seus problemas de conservação particulares. Para a requalificação e revalorização também deverá ser contemplado o local onde se encontram como elemento potenciador dessa revalorização. As propostas de valorização deverão abranger aspectos que devem ser observados para cada proposta em específico, para a sua conservação, manutenção e divulgação.

As acções de revalorização têm vindo a ser acções localizadas, podendo ser imediatas, mas isoladas, sem uma acção abrangente e perdurável. São, essencialmente, acções de consolidação e restauro, algumas melhorias estéticas e arranjo dos espaços envolventes, mas que, por inacção e ao longo do tempo,

voltam ao abandono (veja-se o exemplo da Torre de Aires). Assim é reflectida a persistência do problema: mesmo que haja valorização, não há um seguimento que permita uma estrutura revalorizada ganhar vida própria – esta tem que ser apoiada mediante uma acção atenta, consciente e atempada, com o intuito de uma integração activa e viável, abrangente e perdurável.

Os problemas de conservação agravam-se ainda mais com o isolamento físico e o desconhecimento e desinteresse do público em geral relativamente à Cultura e ao Património – um problema social – que sujeita as estruturas ao vandalismo. As acções pontuais e sem seguimentos práticos tornam-se inúteis quando não há uma “estrutura” cultural que as apoie. A não existente fluidez entre os diversos organismos e a dificuldade em escolher uma acção que seja a mais apropriada leva a que o problema se agrave com o passar do tempo.

Preconizamos que qualquer acção de revalorização levada a cabo será tanto mais frutífera quanto mais integrada estiver na vida das populações locais, nos roteiros culturais e associada a diversos tipos de actividades.

Estas propostas deverão ser unitárias entre as estruturas e não apenas únicas, individualizantes; dever-se-á, assim, acrescentar valências dinamizadoras, pontos de interesse que realcem as características patrimoniais, regionais ou locais, integrando, de forma permanente, as estruturas e as actividades que a elas venham a ser associadas.

Nos termos do ponto 1 do Artigo 43º da Lei nº107/2001, “os bens imóveis classificados (...) beneficiarão automaticamente de uma zona geral de protecção de 50m, contados a partir dos seus limites externos...”, como tal,

devem ser conservados, valorizados e divulgados. Considerando que grande parte do património defensivo se insere na área protegida do Parque Natural da Ria Formosa, área altamente sensível, quaisquer acções de recuperação e utilização deverão ser sempre compatibilizadas e harmonizadas com os valores naturais da Ria. A inclusão deste património em roteiros de turismo da natureza irá promover a marca Ria Formosa e elevar o nível de percepção histórica, cultural e ambiental.

Para uma tomada de consciência ambiental e patrimonial, as nossas propostas de revalorização passam em primeiro lugar por acções de limpeza, recuperação de áreas degradadas e operações de sinalização do PNRF nos locais de acesso mais intensamente utilizados, para depois se prosseguir para uma integração conjugada, unindo as estruturas como um todo, remetendo-as ao conjunto temático de Defesa Militar da Ria Formosa.

As estruturas deverão ser todas nomeadas (incluindo as não existentes e as em bom estado de conservação) como parte integrante do conjunto. As estruturas em bom estado de conservação, tais como o Castelo e Muralhas de Faro, (Torre de St.º António do Alto, Castelo e Muralhas de Tavira e também depois de intervencionado, o Forte do Rato) deverão ter um intuito dinamizador e aglutinador, funcionando como Centros de Interpretação do Conjunto das Estruturas Militares de Defesa da Ria Formosa.

Algumas estruturas necessitam de restauro e obras de consolidação, revalorização do espaço, a melhoria de acessos e respectiva sinalização, a reutilização do seu espaço próprio e do espaço envolvente, bem como facultar, *in*

situ, a respectiva informação sobre a mesma, remetendo-a ao conjunto temático e, ponto imprescindível, a integração das estruturas em circuitos temáticos, de preferência se já existentes – circuitos turísticos, pedestres, fotográficos, de observação de aves ou da natureza, excursões escolares ou temáticas e integração das estruturas em acções relativas ao património local, regional e nacional, desde que não entre em conflito com as normas de protecção da Ria.

Dever-se-á, então, englobar estas estruturas como um todo temático, incluí-las em informação impressa, onde estarão assinaladas e onde se possibilite uma experiência diferente. Para além destas acções de integração, seria importante rever e corrigir as informações cedidas por vários sites na internet, bem como integrar o grupo de “Defesa Militar da Ria Formosa” em todas as acções regionais e locais possíveis e organizar exposições temáticas em museus, publicitadas em folhetos e roteiros turísticos.

Para cerne e aglutinante da acção, dever-se-á reunir informação das estruturas, sua história e fotografias em exposição permanente em estrutura relacionada com capacidade de contenção que consideramos como mais apropriado, a antiga Fábrica da Cerveja, no local onde existiu o Castelo de Faro. Como centros de apoio interpretativos, incluir-se-ão as estruturas em bom estado de conservação e com alguma capacidade de contenção, ou com características de interesse, nomeadamente a Torre de S. António do Alto, Torre de Aires, Castelo de Tavira e o Forte do Rato (após intervencionado) como centros de apoio interpretativos.

De acordo com o Artigo 11º ponto 3 – Dever de preservação, defesa e valorização do património cultural, da Lei nº 107/2001 de 08 de Setembro, “Todos têm o dever de valorizar o Património Cultural, sem prejuízo dos seus direitos, agindo, na medida das respectivas capacidades, com o fito da divulgação, acesso à fruição e enriquecimento dos valores culturais que nele se manifestam”.

3.1. Propostas de intervenção específicas:

(Estruturas em bom estado de conservação. Acções de integração)

Castelo e muralhas de Faro:

Acção de integração: Proposta para Centro de Interpretação do Grupo de Estruturas Militares de Defesa da Ria Formosa.

A própria Praça-Forte teria patente exposição permanente de todas as estruturas, com fotografias das mesmas, espólio bélico (do Forte de São Lourenço), explicação histórica e situação cronológica, tipologias, etc. Seria o cerne para as visitas guiadas e ponto de partida ou de chegada para as visitas às restantes estruturas e para entendimento do conjunto como tal.

Integração da mesma em acções relativas ao património cultural, local, regional, nacional, ou outras.

Castelo e muralhas de Tavira:

Acção de integração: Integração como auxiliar do Centro Interpretativo de Faro, com exposições volantes e excursões temáticas.

Cerca de Faro, St.º António do Alto, Torre de Aires, Forte de São João, Fortaleza de Cacela (Torre de Aires, Forte de São João e Fortaleza de Cacela integram-se na área de protecção do PNRF):

Acção de integração: Integração como auxiliares de interpretação e subordinadas aos centros interpretativos de Faro e de Tavira, com excursões temáticas.

Torre de Marim (integra-se na área de protecção do PNRF):

Acção de integração: Sua classificação e integração fotográfica nas exposições patentes relativas ao tema das estruturas militares da Ria Formosa.

(Estruturas em mau estado de conservação: Propostas de intervenção):

Torre de Alfanxia:

Ruínas arqueológicas.

Zona rural, acesso pedestre, terreno privado. Não há reconhecimento total da estrutura: apenas que a planta é rectilínea (quadrada ou rectangular), mas sem dados suficientes para a sua total identificação; (os comprimentos de base poderiam ser reconhecíveis através de prospecção em busca de possíveis alicerces, ou seguimento das paredes).

Condições actuais de conservação: Ruínas arqueológicas em muito mau estado e em risco de desaparecimento por inacção, desagregação ao longo do tempo, erosão, por invasão de flora autóctone e por possível acção antrópica negativa.

Intervenções: desaterro, limpeza da área envolvente correspondente ao derrube e escavação ou prospecção arqueológica em busca do seguimento das

paredes e/ou alicerces, para reconhecimento da planta. Consolidação das ruínas e demarcação do espaço.

Acção de integração: Identificação *in loco* da estrutura, com os seus dados respeitantes, cronologia, função, sua ligação funcional e histórica com o grupo restante das estruturas. Melhoria do acesso e respectiva informação. Integração em circuitos temáticos (preferencialmente já existentes), turísticos, pedestres, fotográficos, de observação de aves ou da natureza, excursões escolares e temáticas. Integração da estrutura em acções relativas ao património local, regional, nacional ou outras.

Torre da Amoreira:

Ruínas arqueológicas.

Zona rural, acesso por estrada de terra batida. Não há reconhecimento total da estrutura: identifica-se na planta rectilínea um troço de parede direita (2,20m de altura por 3,25m de comprimento) mas sem dados suficientes para o total reconhecimento da base (a prospecção talvez indicasse qual o seguimento das paredes).

Condições actuais de conservação: Fragmento de parede entre dois caminhos de terra batida com circulação automóvel. Encontra-se em risco de desaparecimento por inacção, desagregação ao longo do tempo, erosão, por invasão de flora autóctone ou por possível acção antrópica negativa.

Intervenções: limpeza da área e flora envolventes, escavação ou prospecção arqueológica em busca dos alicerces para reconhecimento da totalidade da planta. Consolidação das ruínas, demarcação do espaço.

Acções de integração: Identificação *in loco* da estrutura, com os seus dados respeitantes, sua ligação funcional com o grupo restante. Valorização do acesso com sinalização.

Integração da estrutura em circuitos temáticos (de preferência se já existentes), circuitos turísticos, pedestres, fotográficos, de observação de aves ou da natureza, excursões escolares ou temáticas e integração da mesma em acções relativas ao património local, regional, nacional ou outras.

Torre de Bias I (integra-se na área de protecção do PNRF):

Estrutura em muito mau estado de conservação.

Zona rural, acesso por via de terra batida, terreno privado.

Condições actuais de conservação: risco de desagregação do topo da estrutura e da face virada a Norte. Face virada a Poente em risco de cair por o reboco se encontrar muito erodido. Corpo central da estrutura em desagregação. Em risco por acção / inacção antrópica.

Intervenções: Restauro (pelo menos, conforme fotos de Almeida, 1948), desaterro, limpeza, consolidação. Revalorização da área envolvente, dos acessos e sinalização.

Acções de integração: Identificação *in loco* da estrutura, com os seus dados respeitantes, sua cronologia, função e sua ligação funcional e histórica com

o grupo restante das estruturas. Melhoria do acesso e integração da torre em circuitos temáticos (preferencialmente se já existentes), turísticos, pedestres, fotográficos, de observação de aves ou da natureza, excursões escolares e temáticas. Integração da mesma em acções relativas ao património local, regional, nacional ou outras.

Torre de Bias II (integra-se na área de protecção do PNRF):

Ruínas arqueológicas.

Zona rural, acesso pedestre, terreno privado. Não há reconhecimento total da estrutura: apenas que a planta é rectilínea (quadrada ou rectangular) mas também sem dados suficientes para a sua total identificação (os comprimentos de base poderiam ser reconhecíveis através de prospecção arqueológica, em busca de possíveis alicerces, ou seguimento das paredes).

Condições actuais de conservação: Ruínas arqueológicas em muito mau estado e em risco de desaparecimento por inacção, desagregação ao longo do tempo, erosão, por invasão de flora autóctone e por possível acção antrópica negativa.

Intervenções: limpeza da vegetação, prospecção ou escavação arqueológica para tentativa de reconhecimento da totalidade da planta. Demarcação do espaço, consolidação das ruínas.

Acções de integração: Identificação *in loco* da estrutura, com os seus dados respeitantes, sua ligação funcional com o grupo restante. Sinalização e

melhoria do acesso. Sua integração em circuitos temáticos (preferencialmente se já existentes), turísticos, pedestres, fotográficos, de observação de aves ou da natureza, excursões escolares e temáticas. Integração desta em acções relativas ao património local, regional, nacional ou outras.

Torre de Quatrim:

Em mau estado de conservação.

Zona rural, acesso por estrada de terra batida, terreno privado.

Condições actuais de conservação: derrube total de uma das faces e parte de outra abrem o acesso ao interior pelo lado Norte. Invasão de flora autóctone.

Intervenções: Revalorização da área envolvente. Limpeza do interior. Restauro e consolidação da estrutura.

Acções de integração: Identificação *in loco* da estrutura, com os seus dados respeitantes e ligação funcional e histórica com o grupo restante. Melhoria de acessos e respectiva sinalética de localização. Integração da estrutura em circuitos temáticos (de preferência se já existentes), circuitos turísticos, pedestres, fotográficos, de observação de aves e da natureza, excursões escolares e integração da estrutura em acções relativas ao património local, regional, nacional ou outras.

Forte do Rato (integra-se na área de protecção do PNRF):

Estrutura em mau estado de conservação.

Condições actuais de conservação:

Não apresenta danos estruturais, mas apresenta muita ruína, nomeadamente no friso exterior, numa guarita e em todo o espaço interior, o qual se apresenta aterrado e com ruínas das antigas estruturas de apoio. (Esta estrutura teve, em tempos, limpeza do espaço interior e espaço envolvente, tendo até sido proposto a concurso para Museu do Mar, mas é de notar que ainda não teve acções de relevo. É flagrante o abandono, ainda para mais, contrastando com o tão próximo Arraial Ferreira Neto).

Intervenções: Desaterro e limpeza do espaço interior e exterior e restauro da estrutura.

Acções de integração: Dado o espaço envolvente à estrutura ser favorável à sua valorização, como também a sua dimensão, esta poderia ser valorizada para que o espaço pudesse ser utilizado de forma pública ou privada, desde que não entrasse em conflito com as normas de protecção nessa área. Poderia ser um espaço para eventos ao ar livre com exposições volantes desde que respeitadas as normas de protecção da Ria e que qualquer acção a tomar não deverá desvirtuar o edifício, ou do seu espaço envolvente. Este sítio – monumento e zona – é um espaço propício a acções de divulgação de Património, bem como de acções de protecção da Natureza e da própria Ria Formosa.

Identificação da estrutura com os seus dados respeitantes, sua ligação funcional com o grupo restante, melhoria do acesso. Sua integração em circuitos turísticos, pedestres, fotográficos e de observação da natureza, excursões escolares ou temáticas.

Integração da mesma em acções relativas ao património local, regional, nacional ou outras.

Fortaleza de São Lourenço (integra-se na área de protecção do PNRF):

Ruínas arqueológicas.

Ria Formosa, entre Olhão e a ilha Deserta.

Condições actuais de conservação: Este é um caso exemplo da problemática da conservação *in situ*, que não possui quaisquer condições propícias. Este local é de elevado índice destrutivo pela mutabilidade e condições dinâmicas da ria, com poucas ruínas e espólio arqueológico bélico sujeito a intensas condições de erosão (o arrastamento das areias e a passagem constante das marés, bem como a incrustação de moluscos).

Intervenções: Dado que esta é a única estrutura que ainda apresenta *in loco* 3 Peças de artilharia (três canhões de ferro – se bem que a memória local atribua 5, sendo as duas ausentes de bronze, desconhecendo-se, à data, o seu paradeiro), põe-se o dilema: retirar as Peças para conservação e exposição ou deixá-las no local? Desta estrutura apenas restam as Peças e uma base circular que servem de referência para o sítio, restando apenas alguns blocos de pedra dispersos e um troço de madeira. Sendo os únicos pontos de referência fiáveis (a base e as Peças), retirá-las seria despir o sítio dos seus pontos caracterizadores. Mantê-las *in situ*, será uma questão de tempo até à sua desagregação.

Acções de integração: A proposta será incluir o sítio para circuito turístico com visitas de barco, assinalando o local com uma bóia. Preconizamos a salvaguarda das Peças em local apropriado, deixando cópias no local.

Integração da mesma em acções relativas ao património local, regional, nacional ou outras.

Forte Novo:

Acção de integração: Deste forte já nada resta, apenas pedras aparelhadas que jazem na praia de Quarteira, visíveis na baixa-mar, surpreendendo alguns transeuntes. Propomos sua integração fotográfica nas exposições patentes relativas ao tema das estruturas militares da Ria Formosa e informação relativa ao tema da erodibilidade e mutabilidade, condições constantes do litoral.

VI

1. Conclusão

Estando o Conjunto Militar de Defesa da Ria Formosa grande parte já desaparecido, do seu restante o estado de conservação geral é mau e descuidado. Comparativamente e em antítese, apresenta-se a Torre de Aires e o Forte do Rato; a 1ª foi intervencionada duas vezes, sendo a segunda intervenção no seu espaço envolvente apenas após um período de 5 anos; e o Forte do Rato, embora proposto a museu do mar é, em contraste com o tão próximo Arraial Ferreira Neto, um flagrante abandono.

Muito tem sido regulamentado sobre o Património, no entanto, a regulamentação emanada ao longo dos anos pouco mais tem sido que um processo de intenções.

Numa região em que a oferta turística é dominante e decisiva para a economia e sustentabilidade da região, a valorização do património militar arquitectónico costeiro, explorando as suas diferentes possibilidades conforme o caso em particular e valorizando as suas particularidades próprias, evitando a repetição de ofertas e valorizando também outras formas dinamizadoras de exploração sustentável, seria um modo de qualificar a oferta turística e diversificá-la.

Este tipo único de património pode ser valorizado, à semelhança do que aconteceu no Forte de São João da Barra, para turismo de habitação. Visitas escolares, turísticas e de interpretação de sítios são hipóteses viáveis a considerar.

A proximidade com o mar e a possibilidade de pelo menos uma estrutura, vemo-la como mais viável, o Forte do Rato, como Centro de Apoio Interpretativo, espaço propício a chegada de diversos tipos de públicos, bem como visitas de barco ao local do Forte de São Lourenço, (com os seus canhões expostos no Forte do Rato ou em outro local considerado apropriado), seriam ofertas diversificadas no campo turístico, muito dependente da praia e hotelaria. Dado que é também crescente o interesse actual em passeios rurais, a segunda linha de defesa protagonizada pelas torres de vigia poderia também beneficiar a oferta turística.

O principal motivo para a premência deste trabalho de investigação foi a observação da necessidade de uma rápida intervenção em algumas estruturas, dado o seu já parco número e avançado estado de degradação e de ruína, para as quais as propostas de valorização aqui apresentadas seriam uma mais valia. Mais valia para o conjunto e para a região, para o País e para as populações e tábua de salvação para a memória de e para todos nós.

2. Bibliografia

ANTT, Memórias Paroquiais, Vol. 21, nº 344, fl. 1163; Vol. 26, nº 16, fl. 137-147.

ALMEIDA, António Lopes da C., (1835), *Roteiro Geral dos Mares, Costas, Ilhas e Baixos, reconhecidos no Globo*, Extracto por Ordem da Academia Real das Ciências.

ALMEIDA, João de, (1948), *Roteiro dos Monumentos Militares Portugueses*, Vol. III, edição do autor, Lisboa.

ANDRADE, J. Manuel, (2006, 09 de Março), Fortaleza de São Lourenço da Barra de Faro, *O Algarve*, ano 98, nº 4842, Faro, pp. 8-9.

ANICA, A. Casimiro, (1981), *Tavira e o Seu Termo*, (documento dactilografado), Tavira.

ANICA, A. Casimiro, (1993), *Tavira e o Seu Termo, Memorando Histórico*, Vol. I, (edição da Câmara Municipal de Tavira).

ANICA, A. Casimiro, (2001), *Tavira e o Seu Termo, Memorando Histórico*, Vol. II, (edição da Câmara Municipal de Tavira).

ARAÚJO, Renata, (1989), “Engenharia militar e urbanismo”, in Rafael Moreira (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, Lisboa, pp. 255-272.

BARRADAS, F., (1988), *Os solos e o seu enquadramento na região do Algarve, Estudos Técnicos*, M.A.P.A., D.R.A.A.

BAËNA, Miguel Sanches (1989), “Glossário”, *in* Rafael Moreira (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, Lisboa, pp. 325-330.

BAENA, Miguel Sanches, (1989), “A artilharia moderna”, *in* Rafael Moreira (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, Lisboa, pp. 73-90.

BONNET, Charles, (1990), *Memória sobre o Reino do Algarve. Descrição Geográfica e Geológica*, Empresa Litográfica do Sul, Vila Real de Santo António.

CALAPEZ, Fernando e VIEGAS, António, (1996), *Visitação da Ordem de Santiago ao Algarve, 1517 – 1518*, sup., *Al-Ulya*, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 5.

CALLIXTO, Carlos Pereira, (1978), “Apontamentos para a História das Fortificações da Praça de Faro”, *Anais do Município de Faro*, nº VIII, parte I, pp. 85-100.

CALLIXTO, Carlos Pereira, (1978), “Apontamentos para a História das Fortificações da Praça de Faro”, *Anais do Município de Faro*, nº VIII, parte II, pp. 101-121.

CALLIXTO, Carlos Pereira, (1979, 29 de Novembro), O Forte de São João de Tavira, *Correio do Sul*, ano LX, nº 3049, pp. 1-2.

CALLIXTO, Carlos Pereira, (1982), “Apontamentos para a História das Fortificações do Reino do Algarve – O mapa das fortificações desenhado por José Sande de Vasconcelos”, *Anais do Município de Faro*, nº XII, pp. 295-310.

CALLIXTO, Carlos Pereira, (1983), “As Fortificações Marítimas da Praça de Faro. O Relatório do Capitão José Feliciano Farinha”, *Anais do Município de Faro*, nº XIII, pp. 301-311.

CALLIXTO, Carlos Pereira, (1985), “Apontamentos para a História da Fortaleza de São Lourenço da Barra de Faro”, *Anais do Município de Faro*, nº XV, parte I, pp. 75-84.

CALLIXTO, Carlos Pereira, (1986), “Apontamentos para a História da Fortaleza de São Lourenço da Barra de Faro”, *Anais do Município de Faro*, nº XVI, parte II, pp. 59-71.

CALLIXTO, Carlos Pereira, (1987), “A Praça de Guerra de Faro”, *Anais do Município de Faro*, nº XVII, pp. 117-180.

CALLIXTO, Carlos Pereira, (1988), “As Fortificações Marítimas da Praça de Faro, no ano de 1821. O Relatório do 1º Tenente do Real Corpo de Engenheiros, Gregório António Pereira de Sousa”, *Anais do Município de Faro*, nº XVIII, pp. 63-70.

CALLIXTO, Carlos Pereira, (1989), “As Fortificações Marítimas do Tempo da Restauração”, in Rafael Moreira (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, Lisboa, pp. 207-220.

CALLIXTO, Carlos Pereira, (1989), “A Linha Fortificada que, durante a Guerra Civil, defendeu a Cidade de Faro do Cerco Miguelista”, *Anais do Município de Faro*, nº XIX, pp. 51-91.

CALLIXTO, Carlos Pereira, (1990, 13 de Janeiro), Atentado na Quarteira à velha torre de vigia, *Diário de Notícias*, ano 126, nº 44126, p. 15.

CALLIXTO, Carlos Pereira, (1991), “A Defesa da Barra de Faro. Apontamentos sobre a Bateria de São José da Armona”, *Anais do Município de Faro*, nº XXI, pp. 61-77.

Carta de Portugal. (1923), Folhas 53-A (nº antigo 29-E), Escala 1/50.000, Serviços Geodésicos, Topográficos e Cadastrais, Lisboa.

Carta Militar de Portugal. (1978), Folha 610, Escala 1/25.000, edição S.C.E.P., Lisboa.

Carta Militar de Portugal. (1979), Folha 606, Escala 1/25.000, edição S.C.E.P., Lisboa.

Carta Militar de Portugal. (1980), Folha 600, Escala 1/25.000, edição S.C.E.P., Lisboa.

Carta Militar de Portugal. (1980), Folha 608, Escala 1/25.000, edição S.C.E.P., Lisboa.

Carta Militar de Portugal. (1980), Folha 611, Escala 1/25.000, edição S.C.E.P., Lisboa.

Carta Militar de Portugal. (1980), Folha 612, Escala 1/50.000, S.C.E.P., Lisboa.

Carta Militar de Portugal. (2007), Folha 50-2, Escala 1/50.000 I.G.E.P., Lisboa.

Carta Militar de Portugal. (2007), Folha 53-1, Escala 1/50.000 I.G.E.P., Lisboa.

Carta Militar de Portugal. (2007), Folha 53-4, Escala 1/50.000 I.G.E.P., Lisboa.

CATARINO, Helena, (1997), “Castelos Muçulmanos do Algarve”, in *Noventa Séculos entre a Serra e o Mar*, I.P.P.A.R., pp. 449-456.

CATARINO, Helena, (2002), *O Algarve Islâmico: roteiro por Faro, Loulé, Silves e Tavira*, C.C.R.A., Faro.

CAVACO, Hugo, (1984), *A Antiga Vila de Cacela e o seu Alfoz*, edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

CAVACO, Hugo, (1987), “Visitações” da *Ordem de Santiago no Sotavento Algarvio. (Subsídios para o estudo da História da Arte no Algarve)*, Vila Real de Santo António.

CAVACO, Hugo, (1990), *Cacela no século XVII (dez anos de governo autárquico – 1654/1664)*, Edição da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António.

CHAGAS, Ofir, (2004), *Tavira. Memórias de uma Cidade*, Edição do autor, Impressão Tipografia Tavirense, Lda.

COSTA, Américo, (1947), *Dicionário Corográfico de Portugal Continental e Insular*, Vol. IX, Livraria Civilização, Porto.

COUTINHO, Valdemar, (1997), *Castelos, Fortalezas e Torres da Região do Algarve*, Algarve em Foco Editora, Faro.

COUTINHO, Valdemar, (1999), “As Fortalezas da Costa Algarvia durante o período das economias-mundo centradas em Amsterdão e em Londres”, in Maria da Graça Maia Marques [coord.], *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Edições Colibri, Lisboa, pp. 263-268.

COUTINHO, Valdemar, (1999), “As Fortalezas da Costa Algarvia no passado e no presente”, *10º Congresso do Algarve*, Racal Clube, Estúdios Gráficos, Lda., pp. 92-100.

COUTINHO, Valdemar [coord.] *et alli*, (2001), *Dinâmica Defensiva da Costa do Algarve do Período Islâmico ao séc. XVIII*, Inventário e Itinerário, edição do Instituto de Cultura Ibero-Atlântica, Portimão.

Direcção Geral de Portos, (1985), Ria de Faro. Barra da Fuzeta. Evolução 1944-1984.

Direcção Geral de Portos, (1986), Ria de Faro. Barra de Tavira. Evolução 1950-1985.

FARINHA, A. Dias, (1999), *Os Portugueses em Marrocos*, Instituto Camões, Colecção Lazúli, Lisboa.

FONSECA, Luís A., (1999), “A ligação do Algarve aos grandes centros de comércio internacional”, *in* Maria da Graça Maia Marques [coord.], *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Edições Colibri, Lisboa, pp. 131-137.

FRANCO, Armando da C., (1993), “A Degradação do Património Conventual de Tavira após 1834”, *Actas das I Jornadas de História de Tavira. 1992*, Clube de Tavira, pp. 89-95.

GAMITO, Teresa Júdice, (2001), “O papel das Torres de vigia na defesa de Faro”, *in* *Mil anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb*, Edições Colibri, Lisboa, pp. 839 – 844.

GARCIA, Cristina, (2001), “A paisagem de Cacela. Elementos para o seu Estudo”, *11º Congresso do Algarve*, Racal Clube, Estria, Produções Gráficas S.A., pp. 677-681.

GOMES, Mário Varela e GOMES, Rosa V., (1988), *Levantamento Arqueológico-Bibliográfico do Algarve*, Secretaria de Estado da Cultura, Delegação Regional do Sul, Faro.

GOUVEIA, A. de Mesquita, (1938), *Algarve (Aspectos Fisiográficos)*, Sociedade Industrial de Tipografia, Lisboa.

GUEDES, Lívio da Costa, (1988), *Aspectos do Reino do Algarve nos séculos XVI e XVII. A Descrição de Alexandre Massai (1621)*, Edição do Arquivo Histórico Militar, Lisboa.

GUERREIRO, Manuel Viegas e MAGALHÃES, Joaquim Romero (apr.), (1983), *Duas descrições do Algarve do século XVI*. Cadernos da Revista de História Económica e Social nº 3, Edição Livraria Sá da Costa, 1ª edição, Lisboa.

IRIA, Alberto, (1940), *Cartas do Governador e Capitão-Mor do Algarve Henrique Correia da Silva (1638-1640)*, Sep. do Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra.

IRIA, Alberto, (1976), *Da Importância Geo-Política do Algarve, na Defesa Marítima de Portugal nos séculos XV a XVIII*, Academia Portuguesa de História, Lisboa.

KOPP, Erwin, SOBRAL, M., SOARES, T., WOERNER, M., (1989), *Os solos do Algarve e as suas características – vista geral*, Ministério da

Agricultura, Pescas e Alimentação – DGHEA, Projecto Luso-Alemão - PRA Portimão, Dir. Reg. de Agricultura do Algarve – DRAA, Projecto Luso-Alemão, Patação, Soc. Alemã de Coop. Técnica- GTZ, Eschborn, Faro.

LAMEIRA, F. e SANTOS, Helena, (1988), *Visitações de Igrejas Algarvias. Ordem de São Tiago*, Adeipa, Oficinas Gráficas Manuel A. Pacheco, Lisboa.

LAMEIRA, F., (1997), *Faro. Edificações Notáveis*, Edição Câmara Municipal de Faro.

LAMEIRA, F., (2000), *As Muralhas de Faro* (desdobrável), Edição Câmara Municipal de Faro.

LAMEIRA, F., (2003), *O Castelo de Faro* (desdobrável), Edição Câmara Municipal de Faro.

LAPA, Albino, (1956), *O Compromisso dos Pescadores da Cidade dos “Sete Mártires”*, Tavira, Sep. do *Boletim de Pesca*, nº 52, Companhia Nacional Editora, Lisboa.

LAPA, Albino, (1957), *A Vila de Olhão. “A sempre Moira” e o Compromisso dos Pescadores*, Sep. do *Boletim de Pesca*, nº 54, Companhia Nacional Editora, Lisboa.

LEAL, Augusto S. Pinho, (1873), *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. I, Matos, Moreira e C^a., Lisboa.

LEAL, Augusto S. Pinho, (1874), *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. III, Matos, Moreira e C^a., Lisboa.

LEAL, Augusto S. Pinho, (1875), *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. VI, Matos, Moreira e C^a., Lisboa.

LEAL, Augusto S. Pinho, (1878), *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. VIII, Matos, Moreira e C^a., Lisboa.

LEAL, Augusto S. Pinho, (1880), *Portugal Antigo e Moderno*, Vol. IX, Matos, Moreira e C^a., Lisboa.

LOBO, Francisco S., (1989), “O Fim de uma Era”, in Rafael Moreira (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, Lisboa, pp. 273-324.

LOBO, Francisco S., (2006), “O sistema defensivo da cidade”, *Revista Monumentos*, nº 24, Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais, pp. 42-49.

LOPES, João Baptista da Silva, (1848), *Memórias para a História Eclesiástica do Bispado do Algarve*, Tipografia da Academia Real das Ciências, Lisboa.

LOPES, João Baptista da Silva, (1988), *Corografia ou Memória Económica, Estatística e Topográfica do Reino do Algarve*, Vols. I e II, reimp. da ed. de 1841, Algarve em Foco Editora, Faro.

MAGALHÃES, Natércia (2002), Teresa Pimpão [coord.], *O Legado Arquitectónico Islâmico no Algarve*, I.P.P.A.R., Direcção Regional de Faro, Gráfica Comercial.

MAGALHÃES, Natércia, (2008), *Algarve – Castelos, Cercas e Fortalezas*, Edição Letras Várias, Edições e Arte, Faro.

MAGALHÃES, J. Romero, (1988), *O Algarve Económico 1600-1773*, Editorial Estampa, Lisboa.

MARADO, Catarina A., (2006), *Antigos Conventos do Algarve. Um Percurso pelo Património da Região*, Edições Colibri, Lisboa.

MARQUES, A. H. de Oliveira, (1978) *História de Portugal*, Vol. I, Palas Editores, Lisboa.

MARQUES, Maria da Graça [coord.], (1999), *O Algarve da Antiguidade aos nossos dias*, Edições Colibri, Lisboa.

MARQUES, Teresa [coord.], (1992), *Carta Arqueológica de Portugal. Concelhos de Portimão, Lagoa, Silves, Albufeira, Loulé, S. Brás de Alportel*, I.P.P.A.R., Lisboa.

MARQUES, Teresa [coord.], (1995), *Carta Arqueológica de Portugal. Concelhos de Faro, Olhão, Tavira, Vila Real de Santo António, Castro Marim, Alcoutim*, I.P.P.A.R., Lisboa.

MARTINS, Isilda P., (1984), “Monumentos Militares do Concelho de Loulé”, *Livro do Congresso – II Congresso sobre Monumentos Militares Portugueses*, Património XXI, Lisboa, pp. 118 – 128.

MARTINS, Isilda P., (1988), *A Arqueologia do Concelho de Loulé*, Edição da Câmara Municipal de Loulé.

MARTINS, Isilda P., (s.d.), *Um Estudo sobre a História local (Quarteira)*, documento dactilografado, Arquivo Histórico Municipal de Loulé.

MARTINS, Luísa F.G. e CABANITA, Padre João Coelho, (2001) “Visitações da Ordem de Santiago. As igrejas dos concelhos de Faro, Loulé e

Aljezur, em 1565”, *Al-Ulya*, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº 8, pp.183-282.

MATTOSO, José [coord.], (1993), *História de Portugal*, Vol. I, II, III, IV, V, Editorial Estampa, Lisboa.

MENDES, I., FERREIRA, Ó, e MATIAS, A, (1999), “Comparação Granulométrica – Temporal entre a Praia de Faro e a Península de Cacela”, 10º Congresso do Algarve, Racal Clube, Estúdios Gráficos Lda, pp. 491 – 498.

MESQUITA, J. C. Vilhena, (1995), *O Algarve nos Primórdios da Academia Real da História Portuguesa. Duas Descrições do Reino do Algarve pelo P.e António de Oliveira de Azevedo*, Secretaria de Estado da Cultura, Faro.

MOREIRA, Rafael (dir.), (1989), “A época Manuelina”, in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, Lisboa, pp. 91-142.

MOREIRA, Rafael (dir.), (1989), “A arte da guerra no Renascimento”, in *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, Lisboa, pp. 143-158.

MOREIRA, Rafael, (1993), “Do rigor teórico à urgência prática: a arquitectura militar”, in *História da Arte em Portugal*, Publicações Alfa, Vol. VIII, Lisboa, pp. 65-85.

MOREIRA, Rafael, (1995), Paulo Pereira [coor.], “Arquitectura: Renascimento e Classicismo”, in *História da Arte Portuguesa*, Vol. II, Edição Círculo de Leitores, pp. 327-332.

MORENO, Mateus, (1941a, 06 de Julho), “Artilharia e Artilheiros no Algarve”, *Correio do Sul*, ano 22, nº 1267, Faro, pp. 1-2.

MORENO, Mateus, (1941b, 13 de Julho), “Artilharia e Artilheiros no Algarve”, *Correio do Sul*, ano 22, nº 1268, Faro, pp. 1-2.

MORENO, Mateus, (1941c, 20 de Julho), “Artilharia e Artilheiros no Algarve”, *Correio do Sul*, ano 22, nº 1269, Faro, pp. 1-2.

MORENO, Mateus, (1941d, 27 de Julho), “Artilharia e Artilheiros no Algarve”, *Correio do Sul*, ano 22, nº 1270, Faro, pp. 1-2.

MORENO, Mateus, (1941e, 03 de Agosto), “Artilharia e Artilheiros no Algarve”, *Correio do Sul*, ano 22, nº 1271, Faro, pp. 1-2.

MORGADO, Amílcar, (1989) “A defesa da fronteira terrestre”, in Rafael Moreira (dir.), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Publicações Alfa, Lisboa, pp. 221-234.

OLIVEIRA, A. Leal de, (1977), “Subsídios para a localização de Farrovilhas, antigo porto do termo de Loulé”, *Anais do Município de Faro*, nº VII, pp. 231-273.

OLIVEIRA, A. Leal de, (1980) *Forte de São Lourenço da Barra de Faro – Achegas para a sua localização*, Sep. do *Correio do Sul*, Faro.

OLIVEIRA, A. Leal de, (1982), *Listagens das Iniciativas de Aproveitamento da Ria Formosa*, Direcção Regional de Agricultura do Algarve, Faro.

OLIVEIRA, F. X. Ataíde, (1906), *Monografia de Olhão*, Typographia Real a Vapor, Porto.

OLIVEIRA, F. X. Ataíde, (1991), *Monografia da Luz de Tavira*, Algarve em Foco Editora, Faro.

OLIVEIRA, F. X. Ataíde, (1999), *Monografia do Concelho de Vila Real de Santo António*, Algarve em Foco Editora, Faro.

OLIVEIRA, Hugo, (2006, 09 de Março), “Fortaleza de São Lourenço da Barra de Faro”, *O Algarve*, ano 98, nº 4842, Faro, p. 9.

PAULA, Rui Mendes e PAULA, Frederico Mendes, (1993), *Faro. Evolução Urbana e Património*, Edição da Câmara Municipal de Faro.

PONTES, António de S., (1961, 22 de Junho), “Arqueologia e a História de Quarteira”, *Correio do Sul*, ano 43, nº 2261, Faro, p. 6.

PROENÇA, R., (1927), *Guia de Portugal*, Vol. II, Biblioteca Nacional, Lisboa.

RIBEIRO, Orlando, (1985), *Mediterrâneo – ambiente e tradição*, Edição Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

ROCHA, Manuel J. P., (1991), *Monografia de Lagos*, Algarve em Foco Editora.

RODRIGUES, J. M. Vieira, (2001), *Quarteira, um olhar sobre o passado*, Edição da Câmara Municipal de Loulé.

ROSA, J. A. Pinheiro e, (1984), *Monumentos e Edifícios Notáveis do Concelho de Faro*, Edição da Câmara Municipal de Faro.

ROSA, J. A. Pinheiro e, (1991), *Fortificações de Faro*, Sep. dos *Anais do Município de Faro*, nº XX.

ROSA, J. A. Pinheiro e, (1975), “As muralhas de Faro”, *Anais do Município de Faro*, nº V, pp. 59-129.

ROSSA, Valter, (1997), “Os funcionários do Urbanismo” in Paulo Pereira (dir.), *História da Arte Portuguesa*, Vol. III, Círculo de Leitores, pp. 266-275.

SANTOS, Maria Luísa E. da Veiga, (1972), *Arqueologia Romana do Algarve*, Vol. II, Associação dos Arqueólogos Portugueses, Lisboa.

SILVA, António J. Sebastião e, (1994), “Considerações sobre a Gravura Seiscentista de Tavira”, *Actas das II Jornadas de História de Tavira*, Clube de Tavira, pp. 136-143.

SILVA, António J. Sebastião e, (1997), “As fortificações pós-medievais em Tavira”, *III Jornadas de História de Tavira*, Clube de Tavira, pp. 197-207.

SILVA, Celeste Nogueira e, (1997/1998), “As torres de vigia do Antigo Concelho de Faro”, *Anais do Município de Faro*, nº XXVII / XVIII, pp. 117-138.

SIMPLÍCIO, M. Cândida e BARROS, Pedro, (1999/00), “Quarteira submersa”: Resultados da Campanha de 1998”, *Al-Ulya*, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº7, pp. 55-73.

SOUSA, Maria J. M. N. de, (2003/2004) “A Defesa Islâmica na Ria Formosa”, *Anais do Município de Faro*, nº XXXIII/XXXIV, pp. 103-157.

TEIXEIRA, Cipriano M., (1993), “Talabriga – Tavira através dos tempos” *Actas das I Jornadas de História de Tavira*, Clube de Tavira, pp. 120-131.

TEIXEIRA, Sebastião Braz, (1999/00), “Contribuição para o Conhecimento da Evolução do Litoral de Quarteira (Algarve-Portugal) nos

últimos 8000 anos”, *Al-Ulya*, Revista do Arquivo Histórico Municipal de Loulé, nº7, pp. 27-48.

TORRES, Cláudio e MACIAS, Santiago, (1998), *O Legado Islâmico em Portugal*, Círculo de Leitores, Lisboa.

TORRES, Cláudio, MACIAS, Santiago e GOMEZ, Susana, (1999), *Terras da Moura Encantada*, Edições Civilização, Porto.

VASCONCELOS, Damião A. de Brito, (1989), *Notícias Históricas de Tavira 1242/1840*, com anotações de Arnaldo Anica, Edição da Câmara Municipal de Tavira, Tavira.

VEIGA, Estácio da, (1887), *Antiguidades Monumentaes do Algarve, Tempos Préhistóricas*, Vol. II, Imprensa Nacional, Lisboa.

VIANA, Abel, (1939), *A Comemoração dos Centenários e os Castelos Algarvios*, Edições Minerva, Vila Nova de Famalicão.

VILA-CONCEJO, A., MATIAS, A., A. PACHECO, J.A. DIAS., (2006). Quantification of inlet-related hazards in barrier islands systems. An example from the Ria Formosa (Portugal) [Versão electrónica]. *Continental Shelf Research* 26.

WEINHOLTZ, J. Bivar, (1947, 16 de Março), Santo António do Alto, *O Algarve*, ano 39, nº 2033, Faro, pp. 1-2.

WEINHOLTZ, M. de Bivar, (1978), *Contribuição para o Estudo das Flechas de Areia na Costa do Sotavento do Algarve, Ria de Faro*, D.G.P., Faro.

Referências bibliográficas electrónicas:

ABELLÁN, Aurelio Cebrian, (2005), Accion Local, Turismo y Património en la Comunidad de Murcia, Cuadernos de Turismo, nº 16, Universidad de Murcia, pp. 65-83. Acedido em: 2 de Maio de 2008 em:

<http://www.um.es/dp-geografia/turismo/n16/Cebrian.pdf>.

Associação de Valorização do Património Cultural e Ambiental de Olhão. Acedido em: 29 de Março de 2009, em:

<http://www.olhao.web.pt/Fortalezas.htm>.

CERVERA, Joan Calduch, (2006), Collectiu de Defensa de l'Arquitectura, no site, culturasa@ctaa.net,

<http://www.ctaa.net/codearq/Decalogo.doc>.

Contribuições para a formulação de políticas públicas no horizonte 2013 – *Cultura, Identidades e Património*, Relatório Final Outubro de 2005, Instituto de Ciências Sociais de Lisboa Observatório das Actividades Culturais, acedido em: 25 de Maio de 2008, em:

<http://www.oac.pt/pdfs/Horizonte%202013.pdf>.

Fortificaciones rurales en la Isla de Ibiza: Las Torres de refugio prediales. Acedido em: 14 de Agosto de 2007, em:

<http://www.guillenderohan.com/EXPOGRII/Memoriaprediales/Anexo1.pdf>.

GARCIA, T., FERREIRA, O., MATIAS, A., ALVEIRINHO, J. Dias, (s.d.), Washover Evolution on Culatra Island (Algarve – Portugal) [Versão Electrónica], *4º Simpósio sobre a Margem Ibérica Atlântica*. Acedido em: 11 de Julho de 2008, em:

http://w3.ualg.pt/~jdias/GESTLIT/papers/03_SMTG.pdf.

ICOMOS – Carta dos Itinerários culturais. Acedido em: 4 de Fevereiro de 2009, em:

<http://icomos.fa.utl.pt/documentos/cartasdoutrina/ICOMOSPortugalCartaItinerariosCulturais.doc>.

La Arqueologia de la fortaleza medieval de Rocha Forte (Santiago de Compostela) Raquel Casal Garcia-Fernado Acuña Castroviejo. Acedido em: 20 de Julho de 2007, em:

<http://www.usc.es/troia/articulos/articulo3.pdf>.

Naufrágios. Blogspot. Acedido em: 9 de Julho de 2008, em:
<http://naufragium.blogspot.com/2003/08/artilharia-em-arqueologia-subaquatica.html>.

OLIVEIRA, Hugo, (2007), *Fortaleza de São Lourenço de Olhão*. Blogspot. Acedido em: 28 de Abril de 2009.

<http://fortalezasaolourenco.blogspot.com/>.

Património Cultural Subaquático. Decreto-Lei nº 164/97. Acedido em: 23
de Fevereiro de 2009 em:

http://www.aparqueologos.org/documentos/DL164_97.pdf.

*Pliego de prescripciones técnicas. Plan director del castillo de monzón
(Huesca).* Acedido em: 12 de Julho de 2007, em:

[http://benasque.aragob.es:443/cgi-
bin/BoaAA/BRSCGI?CMD=VEROBJ&MLKOB=184168810619](http://benasque.aragob.es:443/cgi-bin/BoaAA/BRSCGI?CMD=VEROBJ&MLKOB=184168810619).

Programa Operacional da Cultura, (2004), Quadro Comunitário de Apoio
III 2000-2006. Acedido em: 20 de Maio de 2008, em:

<http://www.qca.pt/acessivel/pos/download/Cultura.pdf>.

RAMOS, Manuel J., MEDEIROS, A., SENA, P., TOMAZ, S., PRAÇA,
G., (2003). *Managing Natural Resources in Eastern Algarve, Portugal: An
Assessment of the Policy Uses of Local Knowledge(s)* [Versão electrónica], in
Negotiating Local Knowledge: Power and identity in Development. Alan Bicker,
Johann Pottier, John Sillitoe (Eds.). Pluto Press, 2003, pp. 155-170 (na versão
impressa). Acedido em: 31 de Janeiro de 2008
em: <http://iscte.pt/~mjsr/Docs/Manuel%20Ramos%20et%20al%20->

[%20Managing%20Natural%20Resources%20-%20Negotiating%20Local%20Knowledge%202003.pdf](#).

Ria Formosa. (s.d.), Acedido em: 30 de Janeiro de 2008, em:
<http://www.spea.pt/IBA/IBAs%20PDF/PT033.pdf>.

SALLES, Paulo, O'MALLEY, Stephen P., VOULGARIS, George, AUBREY, David G. *Tidal Observations at Ria Formosa, Algarve, Portugal*,
acedido em: 20 de Setembro de 2007 no website Marine Biological Laboratory,
Woods Hole Oceanographic Institution, em:

<http://hdl.handle.net/1912/57>

SILVA, Adélio J. R., LEITÃO, Paulo C., LEITÃO, José C., BRAUNSCHWEIG, Frank & NEVES, Ramiro, (2002). *Ria Formosa 3D hydrodynamic model. A contribution for the understanding of the Faro-Olhão inlet processes*. Acedido em: 30 de Janeiro de 2008 em:

http://maretec.mohid.com/PublicData/products/ConferencePapers/Littoral2002_paper.pdf.

SILVA, Raquel H., ROSSA, Walter, AGUIAR, José, Torres, Cláudio (2008), *Dia Internacional dos Monumentos e Sítios: problemas na política da conservação do Património Cultural*. Acedido em: 5 de Fevereiro de 2009 em:

<http://icomos.fa.utl.pt/documentos/wrrhsjaartigofinalpublico.pdf>.

VASCONCELOS, José de Sande, *Mapa da configuração de todas as praças fortalezas e baterias do reyno do Algarve*, Acedido em: 20 de Dezembro de 2007 em:

<http://purl.pt/762/1>.

VILA-CONCEJO, A., MATIAS, A., FERREIRA, Ó., DUARTE C., and DIAS, J.M.A. (2002). Recent Evolution of the Natural Inlets of a Barrier Island System in Southern Portugal [Versão electrónica]. *Journal of Coastal Research*. Special Issue, 36. Acedido em: 3 de Outubro de 2008, website Science and Policy Integracion for Coastal System Assessment, EUCC, em: http://www.science.ulst.ac.uk/ics2002/vila_concejo%20et%20al.pdf.

Portal do Instituto de Conservação da Natureza. Acedido em: 3 de Fevereiro de 2008, em: <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007-AP-RiaFormosa/O+Parque/Mapa+e+Caracterizacao/>.

Centro de Documentação do Instituto de Conservação da Natureza. Acedido em: 3 de Fevereiro de 2008, em: <http://portal.icnb.pt/ICNPortal/vPT2007-AP-RiaFormosa/O+Parque/Centro+de+Documentacao/Plano+de+Ordenamento/>.

Carta 12 – Valores Culturais. Cartografia, Vol. I Estudos de caracterização. Acedido em: 4 de Abril de 2008, em: <http://www.icn.pt/popnrf/Cartografia/1/Carta12.jpg>.

Carta 19 – Susceptibilidade ao galgamento. Cartografia, Vol. I Estudos de caracterização. Acedido em: 4 de Abril de 2008, em: <http://www.icn.pt/popnrf/Cartografia/1/Carta19.jpg>.

Carta 20 – Tendência para a erosão. Cartografia, Vol. I Estudos de caracterização. Acedido em: 4 de Abril de 2008, em: <http://www.icn.pt/popnrf/Cartografia/1/Carta20.jpg>.

Carta 21 – Áreas de risco aos processos costeiros. Cartografia, Vol. I Estudos de caracterização. Acedido em: 4 de Abril de 2008, em: <http://www.icn.pt/popnrf/Cartografia/1/Carta21.jpg>.

Carta 22 – Áreas potencialmente sujeitas a risco de inundação. Cartografia, Vol. I Estudos de caracterização. Acedido em: 4 de Abril de 2008, em: <http://www.icn.pt/popnrf/Cartografia/1/Carta22.jpg>.

Carta 23 – Risco de inundação. Cartografia, Vol. I Estudos de caracterização. Acedido em: 4 de Abril de 2008, em: <http://www.icn.pt/popnrf/Cartografia/1/Carta23.jpg>.

Carta 25 – Síntese dos riscos naturais. Cartografia, Vol. I Estudos de caracterização. Acedido em: 4 de Abril de 2008, em: <http://www.icn.pt/popnrf/Cartografia/1/Carta25.jpg>.

Diagnóstico, (2005), Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa. Acedido em: 20 de Abril de 2008, em:

<http://www.icn.pt/downloads/POP NRF/Diagnostico.pdf>.

Revisão do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa. Enquadramento Administrativo e Geográfico. Vulnerabilidade do Meio Físico e Cartografia de Riscos. Centro de documentação. Acedido em: 4 de Abril de 2008 em:

http://www.icn.pt/popnrf/Relatorio/1/4_ENQUADRAMENTO/4_enq_leg_admn.pdf.

Estudos de caracterização do plano de ordenamento. Quadro de relatórios-Vol.1. Acedido em: 4 de Abril de 2008, em:

<http://www.icn.pt/popnrf/web/>.

HENRIQUES, Pedro Castro, (2006). *Áreas protegidas de Portugal Continental, Estatutos de Conservação.* Acedido em: Maio de 2007, em:

http://portal.icn.pt/NR/rdonlyres/288A22AA-9325-4D86-AD3D-BC058748D94E/0/estatutos_de_conservacao.pdf.

Património Cultural Classificado. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa. Acedido em: 6 de Abril de 2008, em: http://www.icn.pt/downloads/POP NRF/PropostaRegulamentoAnexo2e3_Final.pdf.

Planta Condicionantes Nascente. Zonas de protecção /protecção parcial.

Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa. Acedido em: 12 de Abril de 2008, em:

http://www.icn.pt/downloads/POP NRF/POP NRF_condicionantes_nascent e.pdf.

Planta Condicionantes Poente. Zonas de protecção /protecção parcial. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa. Acedido em: 12 de Abril de 2008, em:

http://www.icn.pt/downloads/POP NRF/POP NRF_condicionantes_poente.pdf.

Planta Síntese Nascente. Zonas de protecção /protecção parcial. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa. Acedido em: 12 de Abril de 2008, em:

http://www.icn.pt/downloads/POP NRF/POP NRF_sintese_nascente_Abril.pdf.

Planta Síntese Poente. Zonas de protecção /protecção parcial. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa. Acedido em: 12 de Abril de 2008, em:

http://www.icn.pt/downloads/POP NRF/POP NRF_sintese_poente_Abril.pdf.

Regulamento do Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa. Acedido em: 6 de Abril de 2008, em:

http://www.icn.pt/downloads/POP NRF/PropostaRegulamento_Final.pdf.

Relatório de Conformidade – Rede Natura 2000. Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ria Formosa. Acedido em: 20 de Abril de 2008, em:

http://www.icn.pt/downloads/POP NRF/Relatorio_Ordenamento.pdf.

Vulnerabilidade do Meio Físico e cartografia de riscos. Acedido em: 4 de Abril de 2008, em: http://www.icn.pt/popnrf/Relatorio/1/10_RISCOS/.

Vulnerabilidade do Meio Físico e cartografia de riscos. Acedido em: 4 de Abril de 2008, em:

http://www.icn.pt/popnrf/Relatorio/1/10_RISCOS/10_Vuln_mfisico_riscos.pdf.

Vulnerabilidade do Meio Físico e cartografia de riscos. Acedido em: 4 de Abril de 2008, em:

http://www.icn.pt/popnrf/Relatorio/1/10_RISCOS/10_Vuln_riscos_antigo.pdf.

IPPAR-MC, acedido em: 20 de Abril de 2008 em: <http://www.ippar.pt/>,

Cerca Seicentista –
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=72814.

Fortaleza de Faro –
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=74878.

Torre de Bias –
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=339880.

Muralhas do Castelo de Tavira –
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=70656.

Forte da Conceição –
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=72859.

Forte do Rato –
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=75045.

Cacela Velha –
http://www.ippar.pt/pls/dippar/pat_pesq_detalhe?code_pass=72984.

MC-Radix, acedido em: 16 de Março de 2008 em:
<http://radix.culturalg.pt/index.html>.

Atalaia da Amoreira –
<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=577&id=16814>.

Atalaia de Marim –
<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=577&id=17328>.

Torre de Marim – <http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=577&id=3294>.

Torre de Bias – <http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?id=3293>.

Torre de Santo António do Alto –
<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=577&id=3295>.

Torre de Ares – <http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=577&id=3292>.

Castelo de Faro –
<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=16577>.

Muralhas de Faro –
<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=2986>.

Castelo de Tavira –
<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=3218>.

Fortaleza de Cacela-a-Velha –
<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=3269>.

Fortaleza de Santo António de Tavira –

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=3271>.

Forte do Rato – <http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=3257>.

Fortaleza de São João de Tavira –

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=3270>.

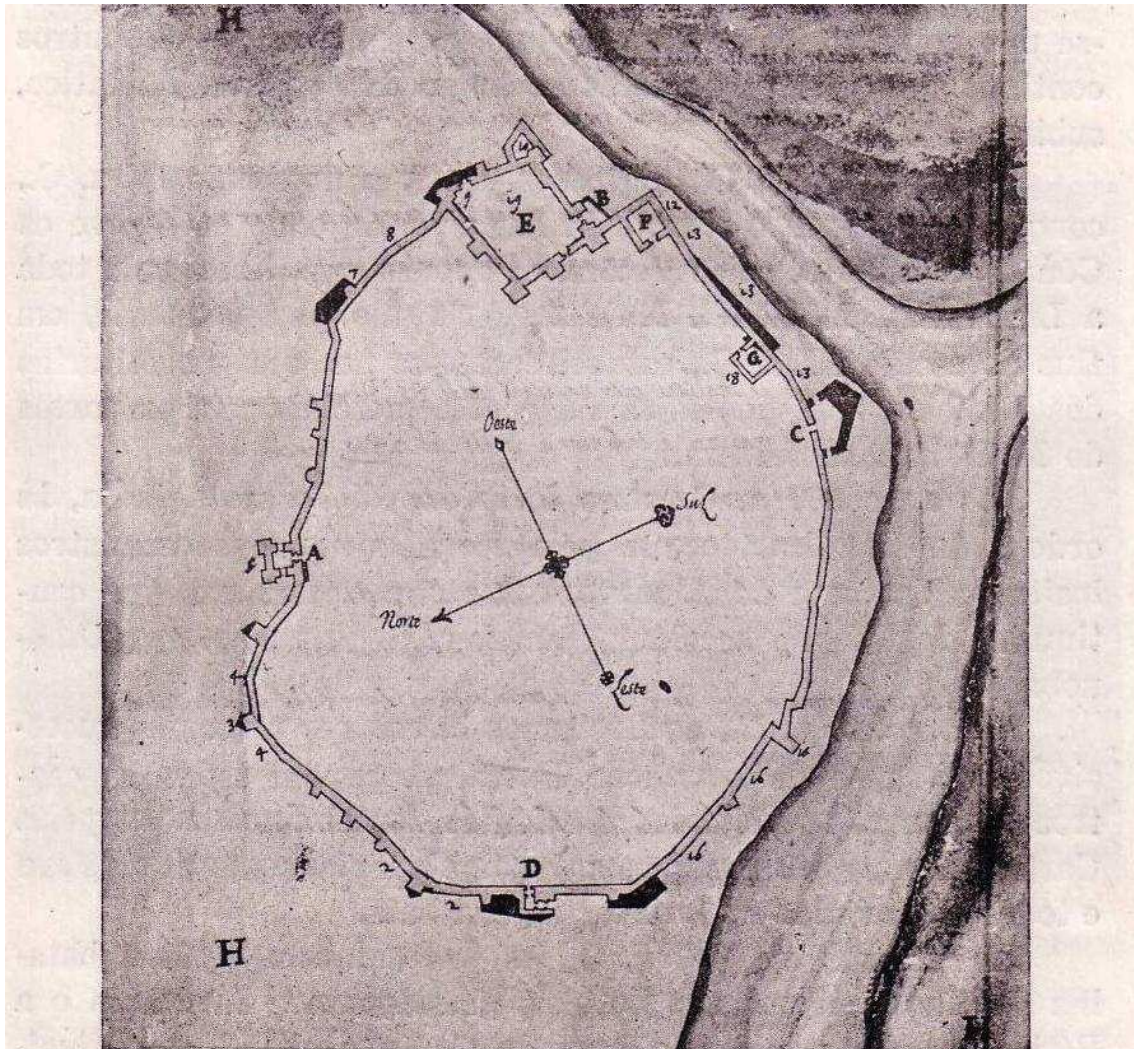
Forte da Conceição –

<http://radix.culturalg.pt/visualizar.html?contexto=581&id=3255>.

Sites e-património e IPA não acessíveis actualmente.

3. Anexos

Anexo 1a – Castelo de Faro com legenda corrigida.



Planta da Fortaleza de Faro

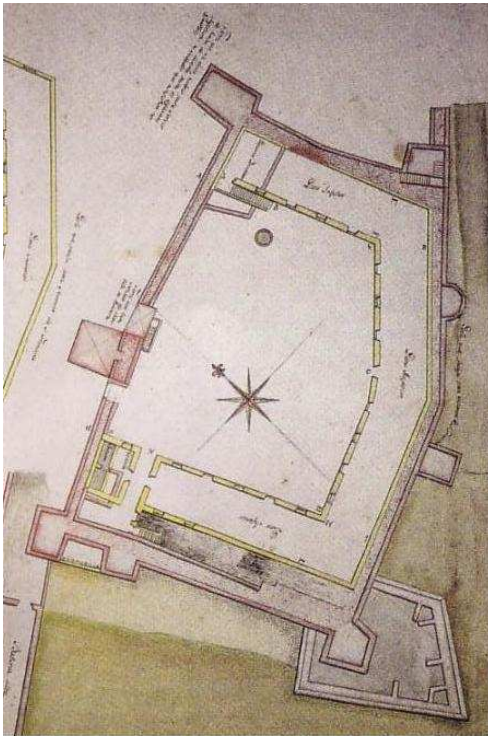
Carta de Alexandre Massai, séc. XVII. Códice da Casa do Cadaval

A - Porta do Repouso, antiga Porta das Freiras. B - Porta do Mar ou do Castelo (entaipada). C - Porta Nova. D - Porta da Vila, antiga Porta de N^a Sr^a de Entre Ambas as Águas. E - Castelo. F - Antigo Baluarte de S. Jorge ou Santiago. G - Antigo Baluarte de São Sebastião. H - Lugar onde existiram paúis, morraçais e bancos de areia.

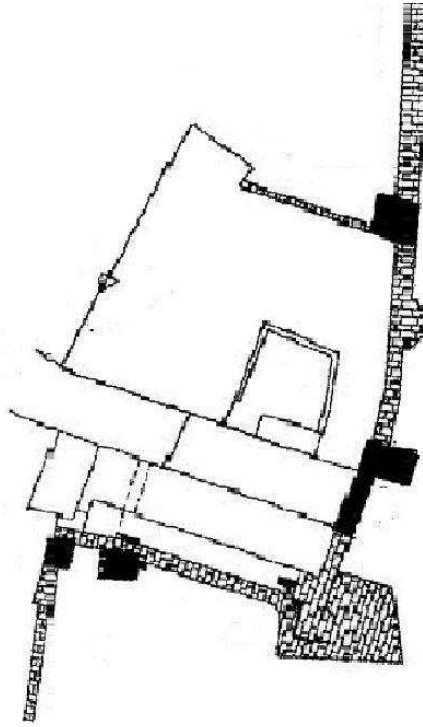
2, 4, 8, 13 e 16 - Cortinas. 3, 5, 7 e 15 - Torres. 9 - Porta do Socorro. 10 - Revelim.

Nota - n^os inexistentes na planta: 1, 6, 11. N^os 12, 18 e 19 correspondem a F, G e E respectivamente. N^os 14 e 17 propostas de baluartes.

O ponto cardeal Norte corresponde ao ponto Leste na planta



Pormenor da planta setecentista do quartel, de Teodósio da Silva Reboxo (LAMEIRA, 2003)



Pormenor da planta da Fábrica da Cerveja (PAULA E PAULA, 1993:153)

Anexo 1b – Planta do Quartel e antiga Fábrica da Cerveja de Faro.



Anexo 2a – Cerca existente actualmente (a vermelho). Reprodução autorizada pela Entidade Regional de Turismo do Algarve.



Anexo 2b – Troço da Cerca na Escola de Hotelaria.



Anexo 2c – Troço entre a Rua Dr. Pereira

de Sousa e a Rua D. Teresa Ramalho Ortigão.



Anexo 2d – Troço nas traseiras da Casa de Fresco.



Anexo 2e – Ângulo abaluartado, nas

traseiras da Casa de Fresco.



Anexo 2f – Troço nas traseiras da casa de Fresco.



Anexo 2g – Troço nas traseiras da Casa de Fresco.



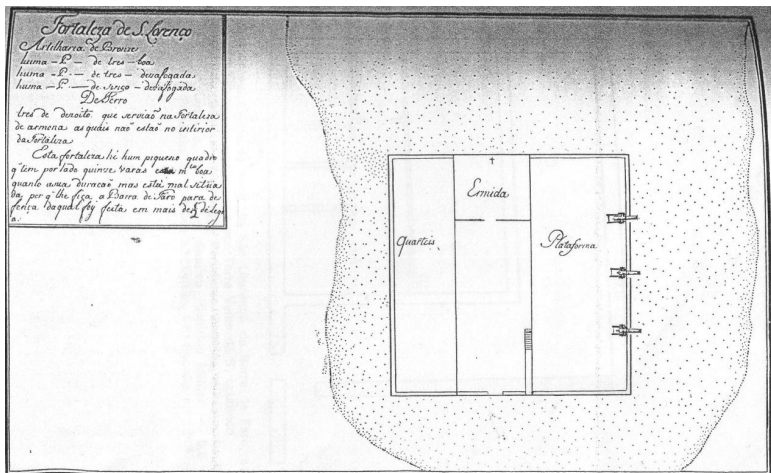
Anexo 2h – Troço frente ao cemitério de Faro.



Anexo 2i – Troço na Peixaria Silvestre.



Anexo 3a – Troço de madeira.



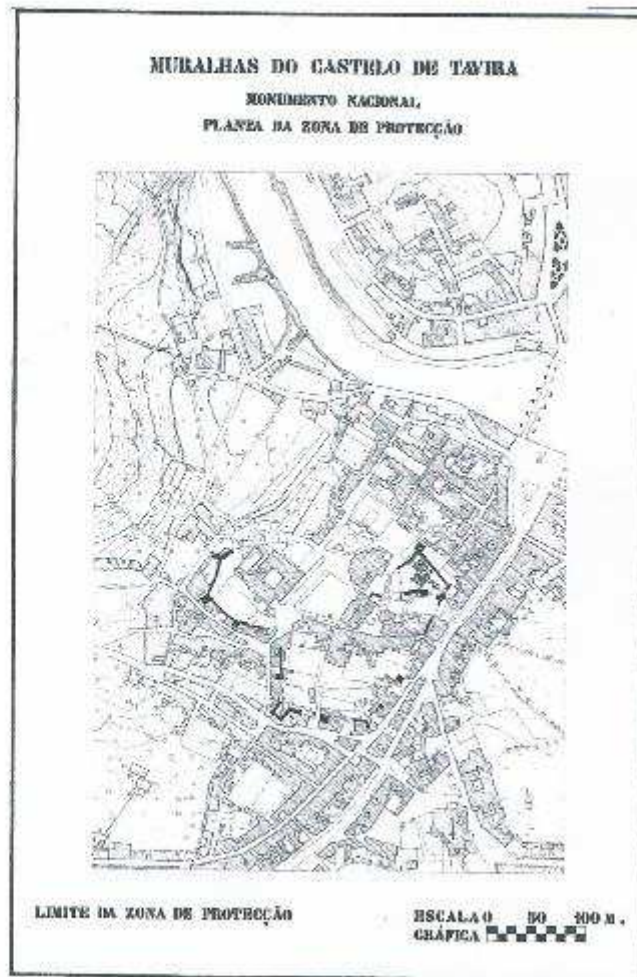
Planta da Fortaleza de São Lourenço, c. 1765, pelo Sargento-Mor Romão José do Rêgo

Anexo 3 b – Planta da

Fortaleza de São Lourenço, c. 1765, pelo Sargento-Mor Romão José do Rêgo (Callixto, 1987:175).



Anexo 3c – Vista geral das ruínas do Forte de São Lourenço.

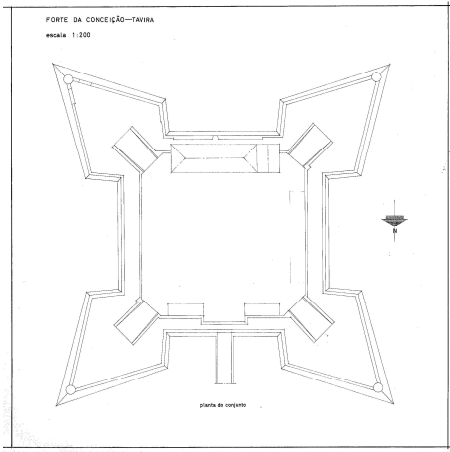


<http://www.monumentos.pt/Monumentos/UserControls/ImageMax.aspx?ID=371948&ODNumber=5&PageNumber=2&DocRRN=34670>

Anexo 3c' – Troços existentes da muralha do Castelo de Tavira.



Anexo 4a – Entrada do Forte de São João de Tavira.



Anexo 4b – Planta do Forte de S. João de

Tavira.

(http://www.skyscrapercity.com/showthread.php%3Ft%3D508022&usg=__LO4yFUO9oAFXLO010I2hcK2LcvU=&h=380&w=1024&sz=43&hl=pt-PT&start=3&tbnid=O07K4XuZ3EVXcM:&tbnh=56&tbnw=150&prev=/images%3Fq%3Dplanta%2BForte%2Bda%2BConcei%25C3%25A7%25C3%25A3o%2BTavira%26gbv%3D2%26hl%3Dpt-PT%26client%3Dfirefox-a%26channel%3Ds%26rls%3Dorg.mozilla:en-US:official%26sa%3DG).



Anexo 5 - Carta de Portugal de 1923, folha 53-A.

Estruturas defensivas – localização.



Mapa 1 – Estruturas defensivas - construção e utilização até ao séc. XV.



Mapa 2 – Estruturas defensivas – construção e/ou utilização desde o séc. XVI até 1640.



Mapa 3 – Estruturas defensivas – construção e/ou utilização posterior a 1640.

Legenda dos mapas 1, 2 e 3

(localizações prováveis a vermelho; “?” suposta utilização)

- 1 – Torre de Farrovilhas
- 2 – Torre de Quarteira ou Forte Velho
- 3 – Forte Novo de Loulé
- 4 – Bateria do Ancão
- 5 – Bateria de Farrovilhas
- 6 – Castelo e Muralhas de Faro
- 7 – Atalaia do Cabo de St.^a Maria
- 8 – Torre do Natal
- 9 – Torre de St.^o António do Alto
- 10 – Cerca Seiscentista
- 11 – Bateria da Barra Nova
- 12 – Bateria da Barreta
- 13 – Bateria da Lama
- 14 – Torre de Alfanxia
- 15 – Torre da Amoreira
- 16 – Torre de Bias I
- 17 – Torre de Bias II
- 18 – Torre de Marim
- 19 – Torre de Quatrim
- 20 – Forte de São Lourenço
- 21 – Bateria da Armona
- 22 – Bateria da Fuzeta
- 23 – Bateria Nova da Armona
- 24 – Bateria ou Posto de Olhão
- 25 – Bateria ou Posto de Porto de Mós
- 26 – Castelo e Muralhas de Tavira
- 27 – Atalaia da Abóbora
- 28 – Atalaia Grande
- 29 – Atalaia Pequena
- 30 – Atalaia dos Três Irmãos
- 31 – Torre de Aires
- 32 – Torre do Mar
- 33 – Torre de Nuno Pereira
- 34 – Torre da Raposa
- 35 – Forte de St.^o António de Tavira ou do Rato
- 36 – Fortaleza de São João de Tavira
- 37 – Forte do Torrão do Lastro
- 38 – Bateria do Registo de Tavira
- 39 – Torre dos Frades
- 40 – Fortaleza de Cacela

4. Glossário

Apetrechos – Material diverso para o funcionamento das baterias, peças de artilharia e para uso dos militares.

Amuralhado – Conjunto de panos de muralha, geralmente ligados entre si por torreões ou torres, com função de protecção a castelos.

Aviamento – Munições.

Baluarte – Obra avançada da fortificação que recebia artilharia, com perfil inclinado, de planta pentagonal.

Bateria – Unidade de artilharia, composta por plataforma para assentamento de bocas de fogo.

Berço – Boca de fogo.

Boca de fogo – Nome genérico para as armas de fogo não ligeiras (pederneiros, colubrinas, canhões).

Câmara – Parte móvel da boca de fogo, previamente carregada.

Canhoneiras – Espaço aberto no parapeito das fortalezas, rasgado para fora, destinado a albergar bocas de fogo.

Cerca – Construção defensiva mais baixa que uma muralha, com baluartes, para assentamento de bocas de fogo.

Escuso – Sem uso.

Faxina – Molhos de ramos ou de mato.

Gola – Face interior do baluarte, voltada à praça.

Guarita – Local de vigia coberto, nos ângulos dos baluartes ou no meio da cortina.

Morteiro – Arma de cano curto e largo destinada a tiro curvo.

Neurobalística – Utilização da força resultante da flexão ou da torsão para lançamento de projecteis.

Obus – Peça semelhante a um morteiro, de cano comprido.

Peça – Termo simplificado para qualquer tipo de boca de fogo.

Pedreiro – Boca de fogo, de grosso calibre, que atirava pelouros de pedra.

Pelouro – Munição esférica, normalmente de pedra ou ferro fundido.

Pirobalística – Cálculo matemático do comportamento dos projecteis das armas de fogo; uso da pólvora como força propulsora.

Poliorcética – Conjunto de normas arquitectónicas das fortalezas, técnicas construtivas, defensivas, ofensivas e utilizadas para defender e submeter uma fortificação; apetrechos militares, suas formas de utilização, associados a tais acções.

Registo – Controlo de mercadorias e pescado e pagamento dos respectivos impostos.

Reparo – Suporte móvel ou fixo para assentamento de bocas de fogo.

Reparos de campanha – Apoio, geralmente de madeira, onde assentavam as bocas de fogo; pode ser também terreno levantado à volta da praça, revestido de muros de pedra e cal ou de adobe ou terra batida, com escarpa proporcionada para bem se sustentar.

Revelim – Construção externa de duas faces, de planta triangular, com ângulo saliente, para defesa.

Sagre – Boca de fogo de médio calibre, de grande comprimento de cano.

Seteira – Abertura estreita nas ameias das muralhas destinada a disparar setas e armas de fogo ligeiras.

Tenalha – Construção de duas faces com dois ângulos salientes e um ângulo reentrante.

Torre Albarrã – Torre projectada para o exterior da muralha e unida a esta por um passadiço superior.

Traveses – Obra com banquetes e parapeitos no interior de uma trincheira para limitar os efeitos dos tiros directos, ricochetes e estilhaços.

Trom – Designação para as primeiras bocas de fogo, feitas em ferro forjado e de tosca construção.

Vauban – Sébastien Le Prestre, Marquês de Vauban (1633 - 1707), engenheiro militar francês, foi o introdutor do chamado estilo Vauban de fortificação em estrela. Especialista em poliorcética, foi nomeado Marechal de França por Luís XIV.

Leonor Mendes Nobre de Sousa

Nº 18423